

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E
ECOLOGIA SOCIAL – EICOS

LÍGIA JESUS DE CARVALHO

FORMAÇÃO E TRABALHO NA CAPITAL NACIONAL DO PETRÓLEO

RIO DE JANEIRO

2016

Lígia Jesus de Carvalho

FORMAÇÃO E TRABALHO NA CAPITAL NACIONAL DO PETRÓLEO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação psicossociologia de comunidades e Ecologia Social (EICOS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro - UFRJ

Co-orientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa - UFRRJ

RIO DE JANEIRO

2016

C331f

Carvalho, Lígia Jesus de
Formação e trabalho na capital nacional do
petróleo / Lígia Jesus de Carvalho. -- Rio de
Janeiro, 2016.
185 f.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro.
Coorientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de
Comunidades e Ecologia Social, 2016.

1. Indústria do petróleo. 2. Educação técnico
profissional. 3. Injustiça ambiental. 4. Dominação
de classe. I. Loureiro, Carlos Frederico
Bernardo, orient. II. Lamosa, Rodrigo de Azevedo
Cruz, coorient. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

“Formação e trabalho na capital nacional do petróleo”.

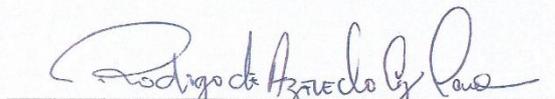
Ligia Jesus de Carvalho

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social / EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.



Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro (Orientador)
Programa EICOS/IP/UFRJ



Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa
UFRRJ



Prof. Dr. Celso Sanchez Pereira
UNIRIO

Rio de Janeiro

- 2016 -

Em memória de minha tia avó Hilda de Jesus Borges, migrante que veio do sul da Bahia para o Rio de Janeiro e não mediu esforços até trazer toda a família para próximo de si. Sob acordo estabelecido com o então noivo, apenas se casaria mediante possibilidade de que toda a família morasse junto com o casal. E assim o fez. Em caminhão pau de arara, carregado de abóboras, trouxe de Itabuna/Ba, em 1952, os irmãos ainda crianças, a mãe e ainda um vizinho a tiracolo. Sem a oportunidade do estudo e com a necessidade do sustento coletivo, todos os membros da família (inclusive os mais jovens) trabalharam em casas de família nas atribuições de babá, passadeira, copeira, cozinheira e ainda em alguns estabelecimentos comerciais. Deste núcleo vieram as gerações subseqüentes, sendo eu, a quarta geração.

Deixo aqui o registro da trajetória de minha família, que não deixa de representar um pouco da história deste país. São as minhas origens que me motivam como pesquisadora a compreender a questão da luta de classes e buscar caminhos que viabilizem a democratização do território e a educação emancipadora.

AGRADECIMENTOS

A todos que me incentivaram a estudar.

À minha mãe. Por ter realizado o que estava materialmente a seu alcance para garantir o meu acesso a um ensino diferenciado. E acima de tudo pela orientação de vida em prol do meu ingresso em uma faculdade federal, território até então desconhecido pelo meu núcleo familiar. Este apoio foi fundamental para que eu pudesse romper com a segregação social e espacial que delimitam as oportunidades de acesso à educação para aqueles advindos das camadas populares. No meu caso, nascida na baixada fluminense, conseguir o acesso à UFRJ foi o primeiro obstáculo superado para que eu pudesse vislumbrar outros caminhos possíveis através do estudo e assim estabelecer por meta de vida me tornar pesquisadora. A conclusão do mestrado é mais uma importante etapa para tal finalidade.

Aos professores que orientaram meus primeiros passos acadêmicos. Não posso deixar de mencionar neste sentido o Nupem (UFRJ/Macaé). A formação que obtive na graduação me fortaleceu para chegar confiante no processo seletivo do mestrado. Durante os sete anos que morei em Macaé contei ainda com uma pessoa muito especial cujo apoio material e afetivo me permitiram vivenciar as oportunidades de aprendizado disponíveis em uma universidade de âmbito federal. Assim agradeço a este que me fez amadurecer o suficiente para aproveitar a preciosa oportunidade profissional que estava em minhas mãos. Todos esses fatores contribuíram para que eu tivesse condições de ingressar no processo seletivo de mestrado.

Agradeço a banca do programa EICOS pela oportunidade de desenvolver a minha pesquisa. Durante o desenvolvimento da dissertação pude ter acesso a um ótimo material disponibilizado pelo professor Rodrigo Lemes contendo os arquivos do Plano de Manejo da Restinga de Jurubatiba e os estudos de impacto ambiental (EIAs) do Terminal Portuário de Macaé (TEPOR) e do Gasoduto Rota Cabiúnas. Contribuiu para ilustrar a descrição espacial do bairro Lagomar as imagens através do *software Google Earth* e arquivos vetoriais da malha de setores censitários do IBGE concedidas pela amiga Dulce Santoro. Para estes meus singelos agradecimentos.

O mestrado passa aos saltos. Tive que lidar ainda com mudanças em minha vida pessoal, o que infelizmente incluiu no pacote alguns problemas familiares e fez esse tempo correr mais rápido. Agradeço a coorientação do professor Rodrigo Lamosa por sempre me instigar com

perguntas perturbadoras e com reuniões de sumário (uma paixão em comum) que contribuíram para que os problemas pessoais não me tirassem o foco de pesquisa. Para todas as demais neuroses e crises existenciais pude contar com o orientador, amigo, conselheiro, mentor espiritual, companheiro Carlos Frederico Bernardo Loureiro (chamei pelo nome, a coisa ficou séria!). Obrigada pelo cotidiano aprendizado e por me carregar no colo nos momentos mais difíceis. Iniciamos em 2015 uma parceria, que espero ser para a vida.

É difícil para um menino brasileiro, sem consideração da sociedade

Crescer um homem inteiro, muito mais do que metade

Fico olhando as ruas, as vielas que ligam meu futuro ao meu passado

E vejo bem como driblei o errado, até fazer taxista crer

Que posso ser mais digno do que um bandido branco e becado

[...]

Euzin, pobre curumim, rico, franzino e risonho, sou milionário do sonho

[...]

Há um véu entre as classes, entre as casas, entre os bancos

Há um véu, uma cortina, um espanto que, para atravessar, só rasgando

Atravessando a parede, a invisível parede, apareço no palácio, na tela, na janela da
celebridade, mas minha palavra não sou só eu, minha palavra é a cidade

[...]

Quem vê só um lado do mundo só sabe uma parte da verdade

[...]

É por isso que educação, você sabe, é a palavra-chave

É como um homem nu todo vestido por dentro, é como um soldado da paz armado de
pensamentos, é como uma saída, um portal, um instrumento

[...]

Tô ligado que a vida bate, tô ligado quanto ela dói, mas com a palavra me ergo e
permaneço, porque a rua é nóiz.

[..]

Milionário do Sonho. Poema de Elisa Lucinda. Recitado em parceria com o cantor Emicida
no álbum: O Glorioso Retorno de Quem Nunca Esteve Aqui (2013).

RESUMO

A presente dissertação de mestrado objetiva analisar as formas de apropriação da educação técnico-profissional na dinâmica de reprodução social determinada pela instalação da cadeia produtiva do petróleo no município de Macaé, estado do Rio de Janeiro, sede das bases operacionais de exploração na maior bacia petrolífera do país e segundo município em arrecadação de royalties na região. Definiu-se como delimitação da pesquisa a formação dos jovens de 14 a 24 anos das classes subalternas, em particular daqueles residentes no bairro Lagomar. Os jovens deste bairro foram escolhidos para o aprofundamento da investigação empírica por se situarem em área de favelização originada pela chegada da indústria petrolífera, marcada por intensa migração, pelo acesso precário aos serviços públicos, pela violência contra jovens e pela condição de injustiça ambiental. Além disso, estes jovens constituem um público de interesse direto da indústria do petróleo, que oferece cursos profissionalizantes por meio de parceria com o poder público. A metodologia utilizada envolveu pesquisa documental, análise de dados oficiais e matérias em páginas institucionais do governo municipal, e entrevistas semiestruturadas com onze jovens e duas lideranças locais. O referencial teórico utilizado se inscreveu no campo marxista, com ênfase em autores que tratam a educação como formação humana, a relação trabalho-educação e o processo de produção de políticas estatais no capitalismo. Para tanto e tendo por foco o município de Macaé, a dissertação discorre sobre a centralidade da indústria do petróleo na reorganização dos territórios para a expansão do capital e para o atual padrão de desenvolvimento brasileiro. Analisa ainda o movimento de precarização da educação pública na região estudada, principalmente em sua interface com o mundo do trabalho e com a educação técnico-profissional. Por fim, descreve e analisa as respostas de jovens e lideranças nas entrevistas à luz dos dados levantados e das categorias conceituais trabalhadas. As análises permitem concluir que em Macaé os jovens de bairros onde residem grupos subalternizados são induzidos a determinada formação técnica precarizada, que os mantém numa condição de inserção subordinada no mercado de trabalho e como exército industrial de reserva, reproduzindo as relações de dominação social originadas no modo de produção capitalista e legitimadas pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: Indústria do petróleo. Educação técnico-profissional. Injustiça ambiental. Dominação de classe.

ABSTRACT

This master's thesis aims at analyzing the way the dynamics of social reproduction determined by the installation of the oil production chain appropriates professional-technical education in the city of Macaé, state of Rio de Janeiro. The city is the operational basis of oil exploration in the country's largest oil basin and the region's second oil-royalty collector. The research focused on the training of 14 to 24-year-old lower-class youth, particularly those living in the Lagomar neighborhood. Such group was chosen for the development of empirical research due to their location in a slum largely formed by the arrival of the oil industry and marked by intense migration, poor access to public services, violence against young people and environmental injustice. Furthermore, these young people are object of special interest from the oil industry, which offers vocational courses through a partnership with the state. The methodology used involved document search, municipal government's official data and institutional pages analysis, and semi-structured interviews with eleven young people and two local leaders. The theoretical framework derives from the marxian theory, with emphasis on authors who deal with education as human formation, with the relationship between education and labour, and with state-led policy production under capitalism. For this purpose, this work emphasizes the oil industry's centrality in reorganizing the territory for capital expansion and Brazil's current development standards. It also looks into the precarization of public education in its relation with the labour sphere and professional-technical education. Finally, it describes and analyzes the interview responses of young people and local leaders under the light of collected data and aforementioned conceptual categories. The analyses allow us to conclude that young people in Macaé's subaltern neighborhoods are induced to certain precarious technical training which keeps them subordinately inserted in the labor market as an industrial reserve army, reproducing the social domination relations fostered by the capitalist mode of production and legitimized by the Brazilian state.

Keywords: Oil industry. Professional-technical education. Environmental injustice. Class domination.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da Evolução da Área Urbana de Macaé – 1956/2001. Aerofotogrametria.....	40
Figura 2: Mapa indicador de vulnerabilidade econômica do município de Macaé-RJ.....	43
Figura 3: Mapa do bairro Lagomar, em Macaé em função do uso e ocupação do solo.....	47
Figura 4: Reportagem sobre a geração de empregos formais em Macaé.....	78
Figura 5: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade em Macaé. (IBGE, 2010).....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Arrecadação de royalties e participações especiais dos municípios pertencentes à Ompetro.....	33
Tabela 2: População dos municípios do Norte Fluminense entre 1970 e 2010.....	39
Tabela 3: Percentual de uso e ocupação do solo no bairro Lagomar, em Macaé/RJ.....	48
Tabela 4: Flutuação do emprego formal por setor de atividade em 2014.	79
Tabela 5: Número de admissões 2010/2013 por setor e gênero em Macaé	80
Tabela 6: Ocupações que mais admitiram trabalhadores formais em Macaé. Jan 2007 - Dez 2014	81
Tabela 7: Macaé: Ocupações que admitiram mais de mil trabalhadores formais. Período Jan-Dez 2014.....	81
Tabela 8: escolaridade exigida pelos cursos de qualificação.	85
Tabela 9: Escolaridade exigida pelo mercado de trabalho.	86
Tabela 10: Distribuição dos jovens por faixa etária.	92
Tabela 11: Primeira atividade remunerada dos jovens entrevistados.....	96
Tabela 12: Profissão Pretendida pelos jovens entrevistados	117

LISTA DE SIGLAS

Acim	Associação Comercial e Industrial de Macaé
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Cbsp	Curso Básico de Segurança de Plataforma
Cetep	Centro de Educação Tecnológica e Profissional
Cnct	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CTM	Central do Trabalhador de Macaé
Ctps	Carteira de trabalho e Previdência Social
Eicos	Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
Huet	Treinamento de Escape de Aeronave Submersa
Ibge	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Ompetro	Organização dos Municípios Produtores de Petróleo
Parna	Parque Nacional
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
Prodesmar	Programa de Desenvolvimento para Macaé e Região
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
Rima	Relatório de Impacto Ambiental
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
Tepor	Terminal Portuário de Macaé
Ufrj	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Zeis	Zona de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A CAPITAL NACIONAL DO PETRÓLEO	24
1.1 A CENTRALIDADE E O FETICHE DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	25
1.2 A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO EM MACAÉ.	32
1.3 TERRITÓRIO, DESIGUALDADE E EXPANSÃO DO CAPITAL: O BAIRRO LAGOMAR.	38
2. A PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO E TRABALHO	51
2.1 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO MANUAL NO CAPITALISMO	53
2.2 FORMAÇÃO PARA O TRABALHO EM MACAÉ.	60
2.3 A GERAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS EM MACAÉ	77
3 A PERSPECTIVA DO JOVEM MORADOR DO LAGOMAR	88
3.1 DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DE CAMPO	89
3.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA	92
3.3 ATIVIDADES REMUNERADAS	96
3.4 PROFISSÃO PRETENDIDA	116
3.5 LOCAL DE MORADIA	130
CONCLUSÕES	141
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICES	154
ANEXOS	178

INTRODUÇÃO

O município de Macaé se desenvolveu, desde a década de 1980, a partir de um ciclo de industrialização inaugurado com a instalação da cadeia produtiva do petróleo. Tornou-se na primeira década dos anos 2000, uma cidade inserida na lógica do capitalismo dependente, caracterizado pela expropriação através da precarização do trabalho e uso/consumo intensivo e insustentável de matéria prima. Esta fase do desenvolvimento capitalista, no que se refere aos usos das forças produtivas, se deu nesta região do estado do Rio de Janeiro com base na flexibilização de direitos trabalhistas, terceirização de serviços e na intensificação da expropriação, por intermédio, principalmente, de atividades econômicas de produção de energia e extração mineral.

No município em estudo, é possível afirmar em uma primeira aproximação do objeto e enquanto hipótese inicial de trabalho, que há uma fetichização em torno do mercado de trabalho voltado para o setor do petróleo, alicerçada nas atividades econômicas, políticas e ideológicas do estado para a manutenção da centralidade desta cadeia produtiva na reprodução do padrão de dominação social e acumulação de capital. O *slogan* da cidade intitulado ‘capital nacional do petróleo’ fortalece o caráter determinante do setor produtivo petrolífero. A referida intitulação traz consigo a afirmação do projeto econômico baseado na exploração do petróleo e reflete os interesses de forças políticas dominantes.

A identidade da cidade de Macaé está associada à economia do petróleo por meio do slogan de “Capital Nacional do Petróleo”, retórica que impregna o discurso dos atores sociais e representantes da classe política local. Esses atores que, de alguma forma exercem o poder decisório sobre a política de estruturação do território e que assumiram Macaé como “Capital Nacional do Petróleo” com propósitos políticos desenvolvimentistas, incluem representações da Indústria do Petróleo, a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo - OMPETRO, criada por ocasião da I Feira Brasil Offshore, em 2007, e a representação do Comércio e Indústria Local – ACIM. (SILVA; BECKER; MARTINS, 2015, p. 03).

Apesar de serem conhecidos os atores envolvidos por detrás da manutenção da centralidade alicerçada na atividade produtiva petrolífera a nível local, as relações de dominação impostas pelo avanço do capital são particularmente naturalizadas por um processo de construção de conhecimento (em qualquer nível de escolaridade) que se propõe a compreender o mundo natural descolado das relações sociais, pautados na soberania do discurso da neutralidade científica e da produção de conhecimentos sem vínculos a interesses políticos e econômicos.

A primeira aproximação da pesquisadora com a “capital nacional do petróleo”, foi mediada pelo olhar acadêmico do curso em Ciências Biológicas, ofertado em caráter de interiorização pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Macaé. Apesar do abrangente campo de investigação que permeia a formação em Ciências Biológicas, cuja dimensão do social deveria ser imprescindível - o intento da ecologia, por exemplo, denota para a referida integralização, visto que é caracterizada por ciência que estuda o modo pelo qual os organismos interagem entre si e o mundo natural (RICKLEFS, 2003) e que se propõe a compreender o *estudo da casa* (derivação do grego *oikos/logos*) ou de nossa circunvizinhança imediata - a compressão da dinâmica ecossistêmica é inviabilizada ao tratar a dimensão do humano meramente por espécie, dentre os “34 filos de organismos multicelulares que ingerem alimentos, heterotróficos” (BRUSCA; BRUSCA, 2007, p. 2), do filo Metazoa, (vulgo reino animalia), potencialmente capazes de gerar impactos antrópicos que afetam a capacidade de suporte do meio ambiente.

O humano, entendido de forma essencializada e sem historicidade, se apropria da natureza com forte potencial de esgotar a capacidade de suporte do sistema, em função da manutenção de sua espécie. Fato que contribui para corroborar a teoria darwiniana de sobrevivência do mais apto, transformada no entendimento da sociedade por intermédio do darwinismo social, que busca legitimar o liberalismo e o individualismo burguês com base em argumentos biológicos, fundamentalmente genéticos, e para o uso da biologia como ideologia de afirmação da competição capitalista como algo “natural” (LOUREIRO, 2006; LEWONTIN, 1993). Tentar compreender o ambiente sem incluir a dinâmica geopolítica e econômica esvazia o debate ou superficializa a discussão em sentido favorável à onda sustentável ideológica neoliberal do “cada um faz a sua parte por um planeta melhor”.

A seguir este raciocínio, não causaria estranhamento haver um município que, em função de possuir as instalações da Petrobras e efetivo número de empresas terceirizadas relacionados à exploração do petróleo, possuísse todas as atividades econômicas centradas em torno deste processo produtivo. Sob este contexto, Macaé faz jus ao título de *capital nacional do petróleo*. Isso porque, a descoberta de um recurso natural abundante e estratégico ao capital, é visto como a mola propulsora do desenvolvimento e do progresso.

No entanto, as formas econômicas de desenvolvimento presentes em Macaé, reproduzem formas de dominação, por intermédio da legitimação das desigualdades e consequente reorganização do território. As periferias do município, que surgem do fluxo migratório em busca dos empregos prometidos, a partir da expansão da indústria do petróleo na

região revelam a má distribuição desta riqueza, os impactos socioambientais e a administração inapropriada dos royalties, aplicados geralmente em áreas de benefício das classes médias e alta.

Dentre essas localidades periféricas situadas em Macaé, o território do Bairro Lagomar foi investigado nesta dissertação em virtude de ser uma área resultante do adensamento populacional irregular (ocupada principalmente por migrantes de baixa renda), por consequência da rápida urbanização do município, desde o estabelecimento da indústria do Petróleo. A localidade é ainda limítrofe: à unidade de conservação do Parque Nacional (PARNA) da Restinga de Jurubatiba, o que resulta em configuração de conflito pelo acesso e uso do território e ao empreendimento do gasoduto Cabiúnas, que a dispõe em situação de risco ambiental.

Adicionalmente, por ser uma área de habitação irregular e acesso limitado a direitos sociais básicos, no referido bairro há o desencadeamento de outros agravantes que se referem à precariedade de saneamento básico, além das condições de violência, que colocaram áreas periféricas de Macaé entre as mais violentas no estado do Rio de Janeiro (WAISELFISZ, 2004; COSTA, 2009). Sendo que há grandes propensões de intensificação destes agravantes principalmente em função da chegada do Terminal Portuário de Macaé (TEPOR), atualmente em processo de licenciamento.¹

Entre os recortes possíveis de pesquisa foi dado o enfoque ao lugar que o jovem subalterno em Macaé, denominado pelas instancias municipais *em situação de vulnerabilidade social*, ocupa no mercado de trabalho, frente às oportunidades de profissionalização disponíveis na intitulada capital nacional do petróleo. Antecipadamente é preciso destacar que a crítica realizada nesta dissertação não se refere à posição “contra” ou a “favor” do ensino profissionalizante, mas decorre do entendimento necessário das relações de dominação que situam as escolhas destes jovens.

Assim, o processo investigativo que resultou nesta dissertação agregou a perspectiva dos jovens do bairro Lagomar em relação à formação e trabalho. Sendo mediada pela análise dos processos econômicos, intrínseca ao desenvolvimento da indústria do petróleo, e do avanço do ensino profissionalizante instituído na região, sobretudo a partir da década de 1990. Para a

¹ O bairro Lagomar, de acordo com o relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Terminal Portuário de Macaé (TEPOR) encontra-se inserido em área de influência direta em relação ao respectivo empreendimento (MASTERPLAN, 2014).

dada finalidade foram entrevistados, no decorrer do ano de 2015, jovens do bairro Lagomar, na faixa etária entre 14 e 24 anos. O critério de idade se justifica por permitir a abrangência de jovens legalmente capazes de estarem inseridos em: programas sociais de profissionalização oferecidos pela prefeitura (entre 14 e 17 anos) ou atuantes no mercado de trabalho (entre 18 a 24 anos²).

As entrevistas semi-estruturadas foram registradas em gravador, aliado ao registro escrito realizado pela autora desta dissertação. Através da perspectiva psicossociológica, esta pesquisa busca apreender a totalidade social em que se inserem os indivíduos, sob a perspectiva relacional e histórica. O que inclui o “contexto ideológico-cultural-político-histórico” (NASCIUTTI, 1996, p.57) e a influência que este exerce na prática social cotidiana do indivíduo e como este se movimenta em tal contexto, reproduzindo-o, modificando-o e constituindo-se como tal.

A partir da proposição de Becker, que enxerga a realidade social sendo mais do que um “compilado de estatísticas” (Becker, 2007, p.28), a dinâmica contraditória da região onde residem os sujeitos da pesquisa pôde ser explicitada pelo uso da análise relacional das diferentes fontes de informações, mediante o uso da categoria totalidade social inerente ao materialismo histórico-dialético.

Para que este tipo de percurso metodológico fosse possível, no período que antecedeu a atividade de campo, foi realizada pesquisa exploratória, com idas ao bairro Lagomar e realização de entrevistas informais. Através da inserção em um projeto social - que promove aulas de Balé e Jiu-jitsu dentro da própria comunidade para jovens entre 4 e 17 anos - puderam ser estabelecidas conversas informais com os pais, responsáveis e demais frequentadores do projeto, que acima de tudo, por serem moradores da região contribuíram para a delimitação do campo.

A referida intervenção, além propiciar o estabelecimento de vínculos com potenciais entrevistados permitiu a realização de leitura mais crítica do bairro, contrapondo ou estabelecendo paralelos com os indicadores sociais (dados econômicos, sociais, culturais e geográficos) levantados e incluídos no grupo de informações levantadas que delimitam as representações científicas que possuímos.

Cabe mencionar também que nessa fase exploratória feita no bairro, o estudo do conceito do *habitus* em Bourdieu viabilizou compreender as escolhas deste jovem como “um sistema de

² A delimitação de idade entre 18 e 24 anos é atribuída pelo IBGE como a primeira faixa de trabalhadores (jovens).

disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levaria a agir de determinada forma em uma circunstância dada.” (BOURDIEU, 2001 apud LOUREIRO, BARBOSA & ZBOROWSKI, 2009, p. 90). O que foi de indispensável contribuição ao debate no interior do pensamento crítico adotado, estritamente marxista, ao permitir uma primeira aproximação com o entendimento da realidade social no capitalismo a partir de suas contradições materiais e formas de expropriação e dominação, superando a antinomia indivíduo/sociedade.

Ainda que posteriormente tal conceito não tenha sido utilizado de forma direta no constructo metodológico, este possibilitou inquerir como se dá a incorporação das determinações estruturais pelos sujeitos em seus modos de agir, sentir e pensar, ou seja, como se dá a mediação entre as práticas individuais e as condições sociais que determinam³ as atividades e escolhas de cada pessoa (SETTON, 2002). O princípio que interessa para a pesquisa, ao adotar o pensamento crítico, e que funda o conceito de *habitus* é o da relação dialética entre um sistema de disposições individuais em processo de interação constante com as estruturas. Seguindo uma ontologia marxiana, ao colocar a centralidade na atividade humana como elemento constitutivo do ser social, os dualismos são passíveis de superação.

Mediante o contexto explicitado, ao voltarmos a atenção para os jovens moradores das periferias de Macaé, um tipo de argumento muito comum de se ouvir na localidade estudada - aliás, a pesquisadora foi confrontada exatamente por este tipo de fala - refere-se ao fato de que, se esse jovem não ocupar os nichos dos subempregos que o município disponibiliza possivelmente ficaria à margem da sociedade e assim se prestaria à “bandidagem”. Tal argumentação não permite brechas para se pensar outros caminhos possíveis, o que seduz os ouvidos para imediata adesão. Não há mediação nas análises e argumentos, não há história. Há um fato e uma realidade estabelecida, na qual se deve agir de forma adequada a esta.

Com os estudos aprofundados em educação ambiental crítica, ecologia política e justiça ambiental e a orientação que a pesquisadora pôde obter ao longo do mestrado, as perguntas norteadoras adotadas foram: por que esse jovem, comumente oriundo de famílias de baixo poder aquisitivo, morador das periferias urbanas, é o eleito a ocupar os empregos precarizados?

³ Segundo Loureiro (2012), determinação significa que os resultados de um processo são frutos de mediações múltiplas. Estes resultados, por sua vez, estabelecem condições prévias aos acontecimentos posteriores, estados de permanência, estruturas que permitem afirmar e apreender tendências que se objetivarão ou não na permanente dialética necessidade-liberdade, estrutura-sujeito.

Ou ainda porque esses empregos são precarizados? A que custo socioambiental e qual o impacto na reorganização do território esse arranjo político e econômico opera no bairro Lagomar?

Neste sentido, naquilo que interessa aos processos educativos e os movimentos ideológicos na sociedade, é preciso retomar os problemas decorrentes da manutenção de modelos mentais e paradigmas científicos que dicotomizam o mundo natural do social. Esse movimento de apreensão do real, a dispor por foco a questão ambiental, envolve, portanto, compreender: as disputas pelo território; o monopólio das terras; a exploração de recursos naturais e energéticos; a luta dos povos tradicionais para a manutenção do seu modo vida (atualmente atropelado pelo capital); a precarização das relações de trabalho; os mecanismos de manutenção do modelo de acumulação e relações de poder. Nesse sentido é papel do pesquisador:

examinar a forma específica de articulação e subordinação das frações burguesas locais com as frações hegemônicas, a força do núcleo mais dinâmico do capital, impulsionado pelo setor financeiro e megacorporações que determinam [...] a intensidade das expropriações e da exploração do trabalho. (LEHER, 2015, p. 23).

A relevância pessoal para esta pesquisa advém justamente do desejo de contribuir, no plano do debate acadêmico, com a ruptura dessa lógica que impõe um desigual acesso ao conhecimento científico e historicamente acumulado e produzido pela humanidade, investigando a formação e o trabalho que os jovens vêm buscando em Macaé, particularmente do bairro Lagomar. A reiterar o caráter da não neutralidade científica, foi assumida a pesquisa social engajada, nos termos de Martinez Alier (2011), de pesquisa posicionada em termos epistemológicos e políticos, contribuindo para o conhecimento crítico e buscando, no desdobramento da etapa de conclusão do mestrado, instigar esses jovens a refletirem sobre o ambiente e as relações de trabalho no qual estão inseridos.

Por sua vez, em termos de relevância social mais ampla, a pesquisa possibilita o debate sobre os mecanismos que sustentam o desenvolvimento de uma região pautada na centralidade em torno do Petróleo. Especificamente quando nos aprofundamos na compreensão das regiões periféricas em Macaé, as estatísticas sobre essas localidades assumiram a representação sobre quem são os agentes socioambientalmente vulneráveis⁴, porém os mecanismos de reprodução

⁴ O conceito de vulnerabilidade na presente pesquisa se insere nos usos recorrentes deste nas análises vinculadas à justiça ambiental e à desigualdade ambiental. Se refere, portanto, ao reconhecimento de que grupos sociais determinados e frações da classe trabalhadora possuem desigual acesso a direitos sociais e aos recursos ambientais, tornando-os mais suscetíveis a riscos, ameaças e danos ambientais e a ambientes insalubres, e com menor poder de pressão e garantia de direitos básicos que garantam dignidade de vida (LOUREIRO e AZAZIEL, 2006).

e manutenção de toda a sorte de injustiças ambientais e tensões sociais evidenciadas em números, raramente são aprofundados nos trabalhos científicos existentes.

Em meio ao cenário atual de crise instaurada no setor produtivo do petróleo desde 2014, a pesquisa desenvolvida nos conduz à reflexão de que as abastadas reservas de petróleo, embora finitas, não são suficientes para garantir a estabilidade econômica, diante do modo como os recursos econômicos são distribuídos e utilizados pelas classes dominantes. Quando os detentores do capital vinculados à cadeia produtiva do petróleo começaram a sentir os impactos da crise internacional, a produção foi reduzida e reorganizada para se cortar custos, gerando uma onda de demissões em massa e de redução de investimentos e circulação de capital que afetou toda a economia local. Assim, este é um momento histórico em que se fez necessário aprofundar a compreensão sobre os mecanismos que sustentam o desenvolvimento de uma região pautada na centralidade em torno do Petróleo.

Já a relevância acadêmica adquiriu contorno após a pesquisadora recorrer à literatura e observar o grande enfoque concedido aos processos de desordenamento demográfico, social e ambiental nos trabalhos voltados para a região Norte Fluminense pós chegada do petróleo em detrimento, conforme também evidenciou Mattos (2009) e Sirelli et al (2012), da perspectiva do trabalhador e de suas famílias inseridos neste contexto. Contrariando este sentido, a pesquisa que resultou nesta dissertação insere como premissa metodológica estes trabalhadores e suas famílias como sujeitos da investigação, a partir de entrevista semi-estruturada com jovens em idade definida pelo recorte da pesquisa, residentes do bairro Lagomar, e como premissa epistemológica o reconhecimento das formas de expropriação e dominação inerentes ao modo de produção capitalista, rompendo com as pesquisas fenomenológicas e positivistas.

No entanto, a pesquisa documental com análise de dados quantitativos também foi contemplada. Na pesquisa documental sobre o ensino profissionalizante em Macaé, foram realizados levantamentos nos arquivos do Centro de Memória Antonio Alvarez Parada. Nestes foram identificados autores e obras sobre a história do município, dentre estes estão as pesquisas realizadas por Lôbo Junior (1990) e Parada (1985; 1995). Adicionalmente, ocorreu a interpretação dos dados em relação aos índices demográficos da cidade de Macaé, com enfoque no Balneário Lagomar, obtidos a partir de fontes secundárias, respaldadas na pesquisa domiciliar realizada pelo programa Macaé Cidadão - 2006/2007. Também foi realizada análise dos dados estatísticos em relação ao mercado de trabalho no município de Macaé.

A partir da ponderação que a inclusão no mercado de trabalho do petróleo exige a escolarização por meio da educação básica e, concomitante a esta ou em momento posterior, a profissionalização, as argumentações apresentadas nesta pesquisa têm por objetivo geral objetiva analisar as formas de apropriação do ensino profissionalizante na dinâmica de reprodução social determinada pela instalação da cadeia produtiva do petróleo no município de Macaé -RJ.

Para tanto, são definidos por objetivos específicos:

- Mapear as políticas sociais de viés profissionalizante destinadas aos jovens de classe subalterna em Macaé-RJ.
- Analisar a conjuntura dos empregos formais na intitulada capital nacional do petróleo, frente as oportunidades disponíveis no referido mercado de trabalho.
- Compreender as expectativas dos jovens de Lagomar em relação a sua formação e inserção no mercado de trabalho na dita capital nacional do petróleo.

A pesquisa proposta contribui com as orientações interdisciplinares do programa Eicos (Linha de Pesquisa 1 – Comunidade, Meio Ambiente, Desenvolvimento e Inclusão Social) ao se refletir sobre um processo social, com ênfase na educação profissionalizante, em diálogo com o campo da justiça ambiental, ambicionando o debate entre áreas distintas e a produção do conhecimento crítico. O recorte feito incita o amadurecimento dos debates em relação ao modo pelo qual as políticas públicas de educação voltadas para os jovens de classe subalterna, moradores de Lagomar, bairro entremeado de conflitos socioambientais, se consolidam na região.

A hipótese de pesquisa adotada considerando as perguntas norteadoras, perspectiva teórica assumida, objetivos delimitados, e diante do discurso hegemônico de que a indústria do petróleo promove a inclusão social através do trabalho, buscou amadurecer a discussão teórica em torno do seguinte argumento: em meio a um município cujas oportunidades de profissionalização reproduzem formas de dominação entre classes, por intermédio da legitimação das desigualdades sociais na região, determinando tipos diferenciados (e desiguais) de escolaridade para cada classe, o jovem subalterno é condicionado para a formação de contingente de mão de obra voltado à manutenção da centralidade das atividades produtivas petrolíferas.

Deste modo, os mecanismos de dominação social e de precarização da formação e trabalho que permeiam o universo dos jovens de classe subalterna em Macaé-RJ, a partir da perspectiva

de 10 jovens do bairro Lagomar, aliado à análise teórica, documental e de dados elencaram a conjuntura da temática de interesse, voltada para formação e trabalho na capital nacional do petróleo.

A dissertação foi sistematizada em três capítulos. No primeiro capítulo foi explicitado como se promove o fetiche da indústria do Petróleo, a partir da centralidade em torno desta atividade produtiva. O capítulo apresentou ainda a contextualização que situa o território do sujeito pesquisado, neste caso o bairro Lagomar, em Macaé. O segundo capítulo elencou os processos de formação voltados para a escolarização e profissionalização atualmente vigentes em Macaé, a partir da apropriação teórica sobre a concepção do trabalho manual no capitalismo. Atribuindo importância à influência que a modificação dos modos de produção exerce no modelo de educação que é concedida as massas trabalhadoras, o capítulo contém a análise documental sobre as origens da formação para o trabalho em Macaé. Foi contemplada também a análise de dados sobre o mercado de trabalho do município em relação a geração de empregos formais discutindo o caráter precarizado da inserção do proletariado neste mercado. O terceiro capítulo foi organizado de modo a incluir as entrevistas realizadas com os jovens do bairro Lagomar e coordenadores de projetos, cujas respectivas categorias de análise abordaram a caracterização socioeconômica deste jovem, atividades remuneradas realizadas ou pretendidas pelos mesmos e aspectos inerentes ao seu local de moradia. A metodologia utilizada para a coleta de dados em campo também foi descrita no respectivo capítulo.

1. A CAPITAL NACIONAL DO PETRÓLEO

No presente capítulo foi proposto compreender o município de Macaé, autointitulado por capital nacional do petróleo, a partir do processo de acumulação de capital e reprodução de suas relações sociais desiguais, configuradas, no caso em estudo, a partir da instalação da cadeia produtiva do petróleo, tornando central uma matriz energética finita que é explorada nos moldes extrativistas de mercado, favorecendo a expansão do capital no contexto de desenvolvimento liberal e dependente. Para além da dependência material à extração mineral, a formulação teórica feita permite afirmar que a atividade petrolífera no modo de produção capitalista foi elevada ao patamar do fetiche, o que naturaliza as relações de dominação, conforme abordado no item 1.1.

Nesse cenário de fetichização das mercadorias derivadas do petróleo e de reprodução da dominação de classe, no item 1.2, explicita-se como os vultosos royalties recebidos pelo município - cuja a finalidade seria mitigar os impactos ambientais, estruturais e sociais gerados nos municípios impactados - são aplicados em incumbências que visam a manutenção deste status de arrecadação, por meio da defesa da indústria do petróleo como única alternativa de desenvolvimento possível para a região, cuja “vocação natural” seria a extração de petróleo. Assim o município investe fortemente no desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas direta ou indiretamente a esta atividade econômica, o que perpetua a dependência em torno do petróleo e deflagra, diante da geopolítica do petróleo instituída em 2015, em colapso financeiro municipal, mediante o contexto de crise e redu o do preço do barril a valores que giram em torno de US\$ 35,00 (em fevereiro de 2016).

Além disso, a análise do uso dos royalties, principal fonte de recursos oriundos do petróleo na composi o orçamentária municipal, permite verificar que o crescimento econômico dos municípios do Norte Fluminense em fun o do petróleo não se refletiu em desenvolvimento social igualitário. As periferias do município de Macaé, que surgem por consequência do fluxo imigratório, fruto da chegada da indústria do petróleo na região exaltam as consequências sociais de um processo de avanço industrial em que o ordenamento territorial reproduz e espacializa as desigualdades. Neste contexto, o item 1.3 abordou a questão do território do Bairro Lagomar, em Macaé/RJ, local de moradia dos jovens entrevistados nesta disserta o.

1.1 A CENTRALIDADE E O FETICHE DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

Segundo a perspectiva marxista, o capitalismo se constituiu originalmente no processo de acumulação estabelecido por meio da despossessão/espoliação de territórios, recursos naturais e do trabalhador. Em termos de análise da conjuntura global contemporânea, esse padrão de acumulação é assegurado com o uso de diversas estratégias: desde a mundialização do capital à redefinição do papel do estado (dominadas por interesses do poder financeiro) confluindo para a precarização das relações de trabalho.

O conceito de acumulação primitiva foi desenvolvido por Marx no livro 1 de O Capital (MARX, 2013). Para ele a explicação sobre a origem do processo de acumulação de capital não deriva diretamente de os indivíduos possuírem condutas avarentas e gananciosas, mas da transformação das relações capitalistas no campo, separando camponeses e a terra, expropriando o trabalhador de seus meios de produção, alienando-se e alienando as relações com a natureza. Essa é a condição para a cisão cidade-campo, para a criação do trabalho assalariado e da mais-valia.

Harvey (2004), contextualizou este conceito de Marx na fase atual do capitalismo e formula o conceito de acumulação por despossessão, que passa a orientar suas análises mais recentes. Para o autor, o capitalismo sempre necessita de novos territórios para se expandir ou do contrário entraria em colapso, pois esgotaria recursos e mercados de consumo que garantem o ciclo econômico. Para tanto, não só invade áreas existentes como estoque (áreas protegidas, territórios indígenas e quilombolas e unidades de conservação, por exemplo), como reorganiza outras áreas anteriormente ocupadas, mas por forças econômicas que não mais interessam à geoeconomia mundial, moldando-as às exigências da economia nos moldes neoliberais.

No caso brasileiro, o Estado é crescentemente organizado para atender a interesses privados, sendo desresponsabilizado da garantia de direitos sociais, o trabalho é precarizado, as políticas públicas são fragilizadas e leis ambientais flexibilizadas para garantir a hiperintensificação da exploração do trabalho e de recursos naturais que servem como *commodities* no mercado internacional. A economia nacional, portanto, passa a depender crescentemente da exportação de matéria-prima (madeiras, grãos, petróleo, carne), reduzindo seu investimento na indústria e no desenvolvimento tecnológico, e ampliando a dependência internacional.

Esses conceitos ajudam a compreender como opera a economia do petróleo em Macaé. Como foi dito, um padrão de crescimento voltado para a reprimarização da economia requer consequentemente “ajustes”, a citar a intensificação da exploração para o trabalho, que para este fim remoldam as legislações trabalhistas, previdência, sindicatos, educação, da saúde, etc. (LEHER, 2007). Este impacto é sentido pela maior parte da população, que na contemporaneidade, destituída de terras sobrevive às custas da venda da própria força de trabalho.

Nos processos de acumulação voltados para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o Estado exerceu papel decisivo. Para o fortalecimento da soberania nacional,

Nos anos 30, [...] foi necessário não apenas que o Estado tivesse uma participação ativa devido à presença inexpressiva da indústria de bens de capital mas também a mobilização de capitais nacionais e de recursos externos que, naquele momento, eram escassos em decorrência da crise internacional que também acabava por influenciar o fraco desempenho das exportações. (SAVIANI FILHO, 2013, p. 857).

Por sua vez, na década de 1950 foram evidenciados o suporte infraestrutural em importantes setores energéticos, de transportes e no ramo das telecomunicações; amparo à iniciativa privada, com incentivos fiscais e disponibilidade de crédito possibilitando o fortalecimento de “complexa estrutura produtiva (industrial, agropecuária e terciária)” (BRANDÃO, 2010, p.48), porém sem abrir mão do conservadorismo mantido através da constante aliança com oligarquias regionais.

Em consonância com os planos nacionais de desenvolvimento (PNDs), a ação estatal continuou sendo primordial para a expansão dos setores acima referidos. O interessante é observar que o planejamento do território nacional não era gerido pelas esferas regionais e sim pelos próprios macrossetores subsidiados – no setor elétrico a Eletrobras, afiliadas e algumas empresas estaduais; no setor minerometalúrgico, a companhia Vale do Rio Doce e grandes companhias siderúrgicas estatais; no setor petroquímico, a Petrobras; essenciais para o avanço do padrão de acumulação pretendido.

Apesar do caráter finito de nossos recursos naturais, o capital avança ao ritmo da “ampliação do agronegócio, a expansão das regiões de extração de minérios e de geração de energia, e a abertura de novas rotas para a circulação do capital”. (LEHER, 2007, p. 224). Isso porque os processos de acumulação primitiva permanente são de natureza imediatista extraindo lucro e mais valia por intermédio de recursos previamente acumulados, o que compõe um

contexto de exploração mercantil sedimentado na propriedade de terra, com forte ênfase no agronegócio e extração mineral.

Este mecanismo é contínuo para a manutenção do capital e dentre outras consequências resulta na “geração de uma massa redundante de proletários destituídos de propriedade. [...] O uso do território e de seus recursos minerais, água, energia etc. até exauri-los.” (BRANDÃO, 2010, p. 48). Por sua vez, as políticas públicas, que se afirmam universalistas, mas atendem a interesses particularistas são dominadas por frações da classe dominante que detém a “hegemonia das cúpulas políticas mercantis territoriais” (BRANDÃO, 2010, p. 50) legitimando a reprodução das relações sociais capitalistas, ou seja, manutenção deste *status quo*.

A permanente necessidade de expansão do capitalismo “criou a globalização, globalizou-se a demanda e acirrou-se a disputa pelos recursos energéticos.” (HERNANDEZ; BERMAN, 2010, p. 145). Afinal, não há atividade econômica expansiva e intensiva sem energia; com qualidades que permitam alto rendimento econômico, energético e fácil disponibilidade para seu uso em diferentes lugares. Neste contexto que se consolida a centralidade do petróleo para o capitalismo no final do século XIX e dos séculos XX e XXI.

Esse novo padrão de acumulação baseado em atividades petrolíferas se iniciou em 1859 com as primeiras extrações de Petróleo na Pensilvânia (EUA), aliado a influência exercida pela Revolução industrial, que “impulsionou o acionamento do sistema de máquinas e ferramentas por fontes primárias fósseis de energia (carvão e, em seguida, petróleo)” (MENDONÇA, 2015, p. 270), e posterior “disseminação dos motores de combustão interna e a decorrente expansão da indústria automobilística” (HERNANDEZ; BERMAN, 2010, p. 146).

No decorrer do processo histórico, os países exportadores de tais recursos fortaleceram a posição econômica no cenário mundial, visto que, “o controle dos recursos naturais é indispensável para assegurar o atual padrão de acumulação do capital” (LEHER, 2007, p. 223). No caso do petróleo, em função de sua adaptação às necessidades e demandas do modo de produção capitalista, concomitante à internacionalização promovida pela globalização, aguçou as disputas pelo monopólio do petróleo. O que resultou em disputas pelas jazidas de petróleo, motivo este das disputas travadas pelos Estados Unidos com o território do Oriente Médio, muitas destas ocorridas no contexto da guerra (a citar, Guerra do Golfo, 1991; Guerra do Iraque, 2003).

Foi ainda preponderante para a consolidação de uma nova divisão internacional de produção, a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Este último, além da influência exercida sob a economia atuou sobre diversos setores, inclusive “nas reformas educacionais em diferentes países da América Latina”. (LAMOSA, 2015, não paginado). Como exemplo podemos citar a separação entre educação profissional e o ensino médio, através do decreto 2208/1997, em função da demanda por mão de obra com formação técnica no mercado de trabalho afim de aumentar a produtividade da economia. Foi através da mediação destas instituições financeiras que o Brasil (sob o preço de alto endividamento externo) se adequou ao modelo de internacionalização do sistema produtivo.

Em conformidade a este novo padrão produção de capital, a estatal brasileira Petrobras foi “uma das empresas protagônicas (juntamente com a Vale) do processo de reprimarização dessa economia” (MENDONÇA, 2015, p. 273). No entanto, desde a implantação da Petrobras em 1954, a expansão da exploração petrolífera somente ocorreu em função da injeção de capital externo na economia brasileira, o que possibilitou massivos investimentos em pesquisas e tecnologias voltadas para a exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, e crescentemente elevaram o país da condição de importador de petróleo bruto para exportador.⁵

Este folego inicial financiado às custas de empréstimos externos vieram a ser cobrados, em termos praticamente de “agiotagem”, conforme contextualiza Leher (2015), fruto da recessão que atingiu os Estados Unidos pela crise de alta do petróleo no cenário mundial desde a década de 1970. Esta década marca a crise estrutural do capital e seu modelo fordista de acumulação, sendo materializada pela queda nas taxas de investimento, aumentos dos juros internacionais e pela crise da dívida externa na periferia do sistema capitalista, como foi o caso dos países latino americanos.

A negociação da dívida dos países inseridos periféricamente no sistema capitalista foi realizada na década de 1980, a partir de rodadas organizadas pelas principais instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), como aquela que sistematizou a agenda de contrarreformas denominada como “Consenso de Washington”, em 1989. Para o pagamento da dívida externa, uma série de medidas foram exigidas e que alteraram,

⁵ Em 2006, o Brasil alcançou a autossuficiência em petróleo bruto. No entanto conforme evidencia Hernandez e Bermann (2010) é essencial que o país também invista no refino do petróleo bruto, para que não haja o risco de que o petróleo que é exportado, seja submetido ao refino no exterior e nos retorne sob a forma de importação de derivados.

em profundidade a economia brasileira: abertura econômica; privatização de empresas públicas como a Vale, Companhia Siderúrgica Nacional, entre outras; flexibilização laboral; desregulamentação de diversas relações econômicas. (LEHER, 2015, p. 24).

Neste período foi dado grande impulso à exportação de *commodities*. O Brasil, acompanhando a tendência global de acumulação primitiva voltada para as atividades petrolíferas, em face da atual reprimarização de sua economia adquiriu conformação “de uma realidade onde ‘ilhas de dinamismo’ convivam com numerosas sub-regiões marcadas pela estagnação, pobreza, retrocesso e até isolamento” (ARAÚJO, 1999, p. 16). O que configura o “atual padrão de desenvolvimento regional brasileiro, fragmentado e espalhado territorialmente” (BARCELOS, 2015, p. 10).

A dada reconfiguração do território resultou em atropelamento das legislações ambientais e das populações tradicionais, aprofundamento das desigualdades sociais e dependência material em torno de recursos finitos. Um país de dimensões continentais e enorme biodiversidade, que se apropria dos avanços tecnológicos para facilitar o escoamento de suas *commodities* de modo mais eficiente e rápido, em um movimento *de fora para fora*, com o foco no mercado exportador.

A dependência em torno da indústria do petróleo, apesar de manter em curto prazo a economia aquecida, não tem se mostrado eficiente em um cenário de crise no setor. Em função da crescente queda no preço do barril de petróleo, que em janeiro de 2015 já registrava uma baixa de 50% por cento do valor, quando comparado a 2009⁶, as receitas dos municípios dependentes dos royalties do petróleo têm sido diretamente afetadas.

O cenário de crise internacional no setor petrolífero é ocasionado em função da manutenção da produção do petróleo em tempos de desaquecimento da economia mundial: com a elevada oferta, sem a respectiva demanda é evidenciada a queda no preço do barril. Esse quadro poderia ser revertido se a produção de petróleo diminuísse, no entanto, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) - detentora de 75% das reservas petrolíferas do mundo – desde 2014 tem mantido o excesso de petróleo no mercado⁷.

⁶ Petróleo nunca voltará ao patamar de US\$ 100 o barril, afirma príncipe saudita. Reportagem de 12/01/2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/01/petroleo-nunca-voltara-ao-patamar-de-us-100-o-barril-afirma-principe-saudita-5553.html>>. Acesso em: 16 maio 2015.

⁷ Oferta de petróleo da Opep em março atinge maior nível desde outubro. Reportagem em: 01/04/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/04/oferta-de-petroleo-da-opep-em-marco-atinge-maior-nivel-desde-outubro.html>>. Acesso em: 16 maio 2015.

Apesar de haver uma prospecção otimista de que o menor preço petróleo possa estimular a demanda pelo petróleo, a realidade é que a crescente baixa no preço do barril tem afetado a situação econômica dos países produtores de petróleo que demandam de uma tecnologia mais cara para a exploração de seus campos petrolíferos. O pré-sal enquadra-se neste contexto.

Pelas projeções de 2011 da Petrobras, o pré-sal permitirá que a produção de petróleo total da companhia seja de mais de 6 milhões de barris por dia em 2020. [A critério de comparação] em dezembro de 2013, o Brasil produziu, *on shore e offshore*⁸, 2,109 milhões de barris de petróleo por dia. (MENDONÇA, 2015, p.278).

Esse aumento substancial em tese geraria um impacto considerável na economia do país, além de reforçar a atuação do mesmo no plano geopolítico internacional do petróleo. Porém com a descoberta do pré-sal no ano de 2009, apesar do aparente comprometimento do governo Lula e Dilma com uma proposta do governo que mantivesse essas riquezas sendo aplicadas em direitos sociais fundamentais, como educação e saúde, a primeira licitação do regime de partilha de produção, que ocorreu em 2013 no campo de Libra (localizado na Bacia de Santos) gerou grande controversa e debate em função da concessão de áreas para exploração e produção de petróleo para as corporações multinacionais.

O caráter efêmero das relações econômicas sustentadas pelo pilar do petróleo, a dita “questão energética”, equaliza todos os cidadãos em prol da noção de progresso associada a um maior potencial energético. A exaltação do nacionalismo energético abre ainda margem para o fetiche de distribuição igualitária de riquezas e prosperidade material. O dicionário do pensamento marxista, denomina por fetichismo as características atribuídas a bens materiais pelas relações sociais dominantes, que são reveladas de modo naturalizado, fora das relações de produção, e que são objeto de busca dos indivíduos, a partir de necessidades socialmente criadas. A naturalização das coisas, segundo Bottomore (2001)

portadoras de uma característica social historicamente específica” atua como “uma espécie de máscara para as relações sociais peculiares ao capitalismo. [...] O que na verdade é social aparece como natural. (BOTTOMORE. 2001, p. 150).

⁸ *Offshore* é um termo de origem inglesa que significa “ultramar”. No mercado do petróleo e gás se refere a todas as atividades que estão localizadas ou são operadas no mar. IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2080:catid=28&Itemid=2>. Acesso em: 15 mai. 2015. Glossário ANP. *Offshore*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?id=582#o>>. Acesso em: 15 maio 2015.

Assim, a atividade petrolífera no modo de produção capitalista cria uma cadeia de negócios e produtos fetichizados que são buscados como caminho único de progresso e prosperidade material. De acordo com Loureiro, o fetichismo é um mecanismo ideológico fruto de relações de trabalho alienadas e “se encontra moldado por relações sociais objetivadas [...], que por sua vez se fundam em relações de expropriação e dominação”. (LOUREIRO, 2015, p. 05). O caráter do trabalho alienado possui efeito devastador nas relações de produção pois subordina a existência social à produção de mais-valor. Essa inversão, para que se objetive, exige a instrumentalização dos processos sociais, a precarização das relações de trabalho e a fragmentação do conhecimento, com efeitos diretos no modo de produção e na educação.

1.2 A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO EM MACAÉ.

A produção petrolífera gera uma profunda alteração do espaço geográfico aonde se instala em função da chegada de empresas ligadas direta e/ou indiretamente a este segmento e também pelo aumento do contingente populacional, que é atraído pela promessa de geração de emprego e renda. Neste sentido, Mendonça sinaliza que o mar é o “‘novo’ ambiente a ser tomado pelo capital.” (2015, p. 293).

Por sua vez, os municípios que sedem a base logística das atividades *offshore* ou ainda que são indiretamente afetados por esta, através da Lei 9.478/1997⁹, conhecida como a Lei do Petróleo, recebem compensações financeiras comumente sob a forma de royalties e participações especiais afim de mitigar os impactos ambientais, estruturais e sociais gerados nos municípios impactados¹⁰. O que gerou profunda “mudança no quadro econômico dos municípios fluminenses com maciços investimentos, principalmente naqueles diretamente relacionados às atividades petrolíferas.” (PACHECO, 2005, p. 03).

Referente à arrecadação dos municípios do Norte Fluminense em relação aos royalties:

Dos nove municípios da Região Norte Fluminense, cinco estão localizados na denominada Zona de Produção Principal da Bacia de Campos: Campos dos

⁹ A abrangência da lei 9.478, de 1997, segundo Mendonça (2015, p. 275): “permitiu a atuação do capital privado, pela via do Regime de Concessão, nos segmentos de exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional. [...] instituiu a ANP, que tem, dentre outras funções, regulamentar, contratar e fiscalizar as atividades em todas as etapas da cadeia produtiva do setor petróleo. No mesmo diploma legal foram criadas as rendas petrolíferas, ou seja, pagamentos na forma de compensações financeiras pela extração de petróleo e gás natural. Essas compensações são chamadas de participações governamentais: pagamento pela ocupação ou retenção da área; bônus de assinatura; *royalties*; e participações especiais.” Além do referido marco regulatório, em função das descobertas dos campos de pré-sal da bacia de Campos e Santos, mais três diplomas legais foram instituídos a partir de 2010 e que tratam: do Regime de Partilha de Produção - com o objetivo de impulsionar a extração de petróleo em campos já descobertos sem onerar o Brasil sobre os custos da produção cabendo também à concessionária o repasse de royalties sobre os campos explorados; da Cessão Onerosa – “que cede à Petrobras o direito de explorar e produzir em áreas, especialmente no pré-sal, com até cinco boe [barris de petróleo equivalentes]” (ib., p. 281) e da estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), gestora dos contratos de Partilha de produção.

¹⁰ Informações contidas na página institucional da prefeitura de Macaé sobre a aplicação dos royalties no município. “[Saiba mais sobre os royalties e como eles são aplicados em Macaé] a implementação de políticas e projetos destinados a acompanhar o vertiginoso crescimento ocasionado pela indústria offshore, com iniciativas como projetos habitacionais, recomposição de rodovias danificadas pelo transporte pesado e abertura de novas vias, construção de hospitais, postos de saúde e sua manutenção, infraestrutura para os novos bairros que têm surgido na cidade, saneamento, educação em todos os níveis, inclusive com investimentos no ensino superior. [...] além da manutenção de uma ampla rede de proteção social que a Prefeitura garante a todos que vem morar em Macaé.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. [199-?], não paginado.). *Royalties*. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/royalties>>. Acesso em: 16 maio 2015.

Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã e São João da Barra. Tal fato lhes confere uma maior participação no rateio final dos recursos de royalties e participações especiais. Já os municípios de Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana fazem parte da denominada Zona de Produção Limitrofe da Bacia de Campos, o que implica em um baixo repasse de royalties (quando comparado com os repasses obtidos pelos municípios da Zona de Produção Principal e Zona de Produção Secundária) e a inexistência de participações especiais. (PACHECO, 2005, p. 02).

Na Tabela 1 que consta a arrecadação de royalties e participações especiais dos municípios pertencentes à Ompetro (Organização dos Municípios Produtores de Petróleo), é possível verificar que, em 2014, somente no município de Macaé, os royalties renderam aos cofres municipais aproximadamente 548 milhões de reais. É conveniente também reiterar que nos municípios do Norte Fluminense o vultoso crescimento econômico não se reflete em desenvolvimento social igualitário, conforme será abordado no capítulo 1.3, que tratou sobre as condições de vida do bairro Lagomar.

Tabela 1: Arrecadação de royalties e participações especiais dos municípios pertencentes à Ompetro.

Municípios	Royalties + Participação Especial					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Armação dos Búzios	R\$ 41.897.724,65	R\$ 54.433.595,43	R\$ 64.834.653,70	R\$ 82.693.743,10	R\$ 78.203.220,50	R\$ 92.838.065,15
Arraial do Cabo	R\$ 5.216.022,59	R\$ 5.753.840,31	R\$ 26.548.891,01	R\$ 44.480.524,01	R\$ 44.086.547,66	R\$ 46.294.775,38
Cabo Frio	R\$ 133.778.273,24	R\$ 190.041.949,99	R\$ 245.857.232,03	R\$ 324.982.556,21	R\$ 292.232.851,77	R\$ 327.547.737,11
Campos dos Goytacazes	R\$ 993.167.279,11	R\$ 1.016.021.871,72	R\$ 1.231.637.781,97	R\$ 1.354.233.313,47	R\$ 1.121.075.458,74	R\$ 1.286.920.735,95
Carapebus	R\$ 22.745.005,61	R\$ 29.294.670,39	R\$ 34.802.768,18	R\$ 38.640.170,21	R\$ 37.145.406,03	R\$ 41.499.852,91
Casimiro de Abreu	R\$ 56.490.065,54	R\$ 72.096.769,23	R\$ 99.439.966,64	R\$ 112.016.299,75	R\$ 109.723.361,10	R\$ 117.076.833,93
Macaé	R\$ 387.541.067,11	R\$ 410.516.330,10	R\$ 482.234.671,56	R\$ 538.654.219,32	R\$ 502.865.600,53	R\$ 548.171.100,40
Niterói	R\$ 33.957.924,44	R\$ 41.932.167,05	R\$ 64.486.783,68	R\$ 114.460.860,55	R\$ 123.074.151,12	R\$ 206.408.566,35
Quissamã	R\$ 90.969.685,66	R\$ 90.510.827,62	R\$ 92.661.381,55	R\$ 102.831.908,28	R\$ 92.767.436,08	R\$ 94.208.926,94
Rio das Ostras	R\$ 284.555.968,90	R\$ 248.427.458,73	R\$ 324.800.547,05	R\$ 348.835.716,27	R\$ 289.333.003,20	R\$ 329.584.159,08
São João da Barra	R\$ 168.329.125,44	R\$ 203.028.163,85	R\$ 251.512.931,02	R\$ 233.262.154,92	R\$ 193.689.360,84	R\$ 246.968.015,77

Disponível em: <http://www.ompetro.org.br/index.php/52-ompetro/arrecadacao/464-balanco-arrecadacao-ryalties> . Acesso em: 16. mai. 2015.

O município de Macaé (Anexo A) ocupa a segunda posição em arrecadação de royalties na região norte fluminense (RJ), em função do seu expressivo potencial de produção petrolífera. Visando a manutenção deste status de arrecadação investe fortemente no desenvolvimento deste setor produtivo. O resultado deste processo é o encadeamento da economia local indireta ou diretamente fomentada pela indústria do petróleo, que passam a depender imediatamente desta.

Por exemplo, no setor de comércio e serviços, segundo os dados da ACIM (Associação Comercial e Industrial de Macaé),

Somente no período entre 2009 e 2011, o número total de empresas saltou de 9.614 para 12.353. Os dados comprovam que a cidade tem sido cada vez mais procurada para a aplicação dos investimentos de pequenas, médias e grandes empresas. O reflexo desse crescimento, conseqüentemente, foi o aumento no valor da arrecadado pelo município em termos de ISS [imposto sobre serviço], que subiu para 18,67% nos últimos três anos. (TALYULI, [20-?], não paginado¹¹).

Embora o crescimento do setor de comércio e serviços seja tratado pelo município como resultado da diversificação da economia, o mesmo está relacionado ao inchamento populacional e à circulação da massa salarial oriunda dos trabalhadores diretos e indiretos da indústria do petróleo, fruto deste novo contexto produtivo da região. O crescimento da rede hoteleira na região, considerada a segunda maior do estado do Rio de Janeiro (SALOMÃO, 2014, não paginado¹²), também segue esta lógica.

Com a finalidade de fornecer o aporte aos grandes empreendimentos ligados ao setor, há o interesse dos gestores locais em atrair para seus municípios os complexos portuários, visando a obtenção de maior montante de “recursos econômicos e pelos lucros políticos” (MENDONÇA, 2015, p. 299) advindo da exploração, produção e escoamento do petróleo (principalmente desde que foram descobertos os campos do pré-sal). Ainda segundo o autor, nestas disputas entre os municípios para atrair as empresas, possibilidades de um desenvolvimento integrado são desfeitas.

A superficialidade do vínculo empresa/município é ainda assumidamente reconhecida pelas instâncias municipais. De acordo com o secretário de Planejamento de Macaé:

Nós sempre temos esperança de que as empresas venham para ficar, mas elas dependem em grande parte dos contratos com a Petrobras [...] Quando esses contratos

¹¹ Reportagem. Comércio cada vez mais forte. Disponível em: <<http://acim-macaee.com.br/index.php/2013-09-30-13-51-56/artigos/297-comercio-cada-vez-mais-forte.html>>. Acesso em: 16 maio 2015.

¹² Reportagem. Macaé é o retrato das perdas que o setor de petróleo vem sofrendo. 20 dez. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,macae-e-retrato-das-perdas-que-o-setor-de-petroleo-vem-sofrendo,1610354>>. Acesso em: 16 maio 2015.

terminam e não são renovados, obviamente essas empresas buscam outros mercados. (Edgerton; Sciaudone, 2015, não paginado ¹³).

Por sua vez, o setor de serviços ciente da centralidade do município em torno da indústria do petróleo se adequa para obter o lucro sob esta nova conjuntura do capital. As empresas que inicialmente se estabelecem em Macaé para atender a uma demanda de mercado de adequação às normas de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional (SMS), ampliaram seus serviços para a qualificação e capacitação dos trabalhadores no segmento *offshore*.

Com um público alvo diversificado e contínuo, principalmente em função da periodicidade dos treinamentos de Segurança, as empresas oferecem seus serviços sob a forma de pacotes, parcerias com as prefeituras (Anexo B) e/ou cursos isolados para o público em geral. A partir da inserção nas prefeituras e demanda do público em geral, as empresas prestadoras dos cursos de qualificação, além de aumentarem a margem de lucro, garantem a manutenção, com certo nível de profissionalização, de trabalhadores aptos para o segmento de petróleo e gás.

A lógica de disponibilizar para o público em geral, cursos que visam à segurança do trabalhador no ambiente de trabalho, como por exemplo o curso Básico de Segurança em Plataforma (CBSP - Salvatagem) ¹⁴ e HUET ¹⁵ oneram o próprio trabalhador dos custos com a própria qualificação. Assim, além de responsabilizar o próprio trabalhador pela sua formação, o investimento deste com despesas financeiras, tempo dedicado à qualificação profissional e perda de tempo para outros afazeres, conseqüentemente aliviam as despesas para as empresas do segmento *offshore*.

¹³ Reportagem. Com queda do petróleo e operação Lava Jato, Macaé (RJ) entra em decadência. 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2015/02/03/brasil-cortes-na-petrobras-sao-desastrosos-para-macaee-a-capital-do-petroleo.htm>>. Acesso em: 27 maio 2015.

¹⁴ Informação fornecida por uma das empresas do segmento que comercializam o curso. “O treinamento CBSP - Salvatagem tem como objetivo capacitar o aluno, não aquaviário, para as tarefas a bordo de Unidades "Offshore", dando lhes conhecimentos básicos sobre medidas de segurança a bordo, de acordo com as recomendações contidas nos itens 5.2 e 5.3 e Tabelas 5.3.1 e 5.3.5 da Resolução A.891(21) de 25/11/1999, da Organização Marítima Internacional, em complemento ao que é exigido pela Convenção STCW-1978, como emendado, e pelo Código STCW-1978, como emendado.” (West Group, s.d). O curso possui a duração de 5 dias, possui a validade de 5 anos e custa R\$ 1.023,04. Disponível em: <<http://www.westgroup.com.br/site/curso.php?lang=br&cid=1>>. Acesso em: 26 maio 2015

¹⁵ Sobre o curso de HUET. O campo de atuação, de acordo com a descrição de uma das empresas do segmento refere-se a “Situações de deslocamento com aeronaves para profissionais offshore.” West Group, s.d). Na página institucional desta mesma empresa, filiada em Macaé, o curso é ministrado em 1 dia (com oito horas de duração) e possui validade recomendada de 4 anos.

A dependência em torno dos royalties atrelada à não diversificação dos setores produtivos, em tempos de crise de petróleo confluíram no total despreparo da economia dos municípios produtores do Norte Fluminense para o enfrentamento da situação. Na tentativa de reverter a baixa arrecadação dos royalties, os prefeitos da região, articulados sob a força tarefa da Ompetro propuseram documento que buscou articular a “antecipação do repasse dos royalties relativos aos próximos dois anos”. (OMPETRO, 2015, não paginado¹⁶).

Para fortalecer o apelo pela necessidade de antecipação da verba foram amplamente veiculados nas mídias locais matérias com ameaças de cortes¹⁷ no orçamento da saúde e educação, ou ainda reportagens sensacionalistas retratando a história do trabalhador desempregado e sem renda, que se vê obrigado a voltar a sua terra natal, pois a cidade não lhe gerar o seu sustento e de sua família.

O recém-nomeado presidente da Ompetro (e prefeito do município de Macaé), ao tratar sobre crise reconheceu abertamente que:

A crise não reduz só a arrecadação de royalties. Essas cidades dependem da economia do petróleo, por isso todos os empregos acabam afetados. O desemprego começa nos gabinetes dos diretores das empresas e vai até a padaria do último bairro do município. (OMPETRO, 2015, não paginado¹⁸).

Para contextualizar o debate em torno das consequências da não diversificação da economia que gira quase que exclusivamente em torno da cadeia produtiva do petróleo, podemos trazer o exemplo do município de Campos dos Goytacazes, maior beneficiário das rendas petrolíferas do país. Este, apesar de possuir “extensas áreas agricultáveis e planas, com o maior número de assentamentos da reforma agrária do estado do Rio de Janeiro [...] não produz quantidade significativa de alimentos nem mesmo para abastecimento local.” (ABREU,

¹⁶ Reportagem. Prefeitos buscam solução política para enfrentar crise do petróleo. 31 março 2015. Disponível em: <<http://www.ompetro.org.br/index.php/noticias/1874-prefeitos-buscam-solucao-politica-para-enfrentar-crise-do-petroleo>>. Acesso em: 29 maio 2015.

¹⁷ No entanto, decisão judicial negou a antecipação da referida verba. (Macedo, 2015). Reportagem. Justiça barra antecipação da verba do petróleo. 16 agosto 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/odiaestado/2015-08-16/justica-barra-antecipacao-da-verba-do-petroleo.html>> Acesso em: 01 novembro 2015. A alternativa adotada por alguns municípios foi, de fato, os cortes orçamentários. No caso dos municípios de Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras os cortes foram centrados em redução no número de funcionários nas secretarias e de contratos terceirizados. (BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO, 2015).

¹⁸ Reportagem. Prefeitos buscam solução política para enfrentar crise do petróleo. 31 março 2015. Disponível em: <<http://www.ompetro.org.br/index.php/noticias/1874-prefeitos-buscam-solucao-politica-para-enfrentar-crise-do-petroleo>>. Acesso em: 29 maio 2015.

2015, p. 11). O processo acentuado de desruralização em função da centralidade dos royalties nas economias municipais e da reorganização das atividades econômicas e dos territórios em torno do petróleo, é apontado pela autora por “estéril”. Isso porque:

é geradora de pouca participação e influência no desenvolvimento local, vinculada a empreendimentos que [...] embora dinâmicos, não promovem a integração do território, tampouco minimizam as desigualdades socioespaciais, por si sós. (ABREU, loc. cit).

Essa realidade identificada em Macaé se coaduna com o que Harvey (2005) chamou de a produção capitalista do espaço. O espaço capitalista é produzido em dois sentidos. Primeiro, mediante a reprodução alienada da vida cotidiana que é mediada pelo processo de produção, circulação e realização de mercadorias, cujo objetivo direto e socialmente aceito é o lucro, portanto, a reprodução do capital e sua acumulação. É um cotidiano que produz relações alienadas, pois deve expandir o capital e reformar constantemente o processo de trabalho e as relações sociais na produção e na circulação. Para que esse ciclo não seja rompido ou estagnado, o capitalismo necessita do Estado, cuja forma de existência se altera em função dos interesses das forças econômicas dominantes. Assim, é o Estado que se torna o segundo elemento decisivo para a produção espacial no capitalismo ao garantir a infraestrutura necessária à circulação das mercadorias e ordenar o território de modo a localizar espacialmente as classes sociais, serviços e mercados.

Segundo Altvater (2010), o fossilismo apresenta o maior rendimento energético por unidade produzida, sendo o combustível não somente mais rentável, como de maior mobilidade de circulação no mundo facilitando a expansão mundial do mercado. Por esta razão, o autor considera que o capitalismo atual só conseguiu tamanha expansão por ser baseado nos combustíveis fósseis e no modelo eurocêntrico de organização social.

Por sua vez, as compensações financeiras repassadas aos municípios que sediam diretamente a base logística das atividades offshore e/ou indiretamente são afetados (mas que também recebem certa porcentagem de *royalties*) possuem “indicadores sociais, ambientais e econômicos [que] não condizem com as altas receitas registradas há anos” (MENDONÇA, 2015, p. 302). As periferias do município relevam as consequências de um processo de avanço industrial sem planejamento, conforme será discutido a seguir.

1.3 TERRITÓRIO, DESIGUALDADE E EXPANSÃO DO CAPITAL: O BAIRRO LAGOMAR.

O município de Macaé, desde a chegada da empresa Petrobras, em 1978, e “demais empresas ligadas à economia petrolífera, como Halliburton, Schlumberger, Pride, Transocean e Brastech, que lá se instalaram desde a década de 1980 e, de maneira mais expressiva, a partir de 1997”¹⁹ (PAGANOTO, 2008, p. 50) foi fortemente impactado com as reestruturações econômicas resultantes desta indústria, praticamente eliminando a pequena produção rural, a pesca artesanal, e práticas culturais tradicionais. O que resultou em todo um “processo de rearranjo econômico, político, demográfico e territorial” (SIRELLI et al., 2012, p. 190) em torno desta estatal e a uma cultura de “cidade de passagem”, em que as pessoas residem com uma perspectiva de permanecer enquanto o petróleo der retorno econômico.

O vertiginoso crescimento econômico promovido pelas atividades de extração, produção e logística do petróleo possibilitou em Macaé um índice diferenciado em relação à oferta de empregos formais gerados. Em relação aos municípios do Norte Fluminense,

Observa-se também o emprego formal está concentrado em duas cidades: Campos dos Goytacazes e Macaé. Em 1985 o município de Campos detinha 65 % dos empregos formais da região, enquanto que Macaé apresentava o valor de 26%. Em doze anos, a taxa de empregos formais de Campos caiu para 47% ao passo que a taxa de Macaé já representa 44% de toda a oferta de empregos formais, mostrando uma forte tendência de crescimento, tendo em vista as novas descobertas do pré-sal. (TERRA; RESSIGUIER, 2011, p. 155).

Apesar do contexto atual de crise do petróleo, o município de Macaé possui vantagem em relação aos postos de empregos formais, mesmo quando comparado a um município do porte econômico de Campos, que “recebe o maior montante de rendas petrolíferas do País, dentre os 985 municípios beneficiados pela Lei nº 9.478 de 1997” (ABREU, 2015, p. 11). Isso porque, Campos dos Goytacazes adquiriu forte perfil como “centro prestador de serviços e mão de obra qualificada para os demais municípios” (TERRA; RESSIGUIER, 2011, p. 155) com pouca expressividade de “atividades de embarque e desembarque associadas à atividade petrolífera” (SERRA, 2011, p. 52), que se localizam em Macaé. Assim, ser sede das instalações,

¹⁹ Este impacto foi particularmente intensificado a partir de 1997, que em função da quebra do monopólio da Petrobras, trouxe para a região as empresas, prestadoras de serviços terceirizados.

junto com o fato de ser a segunda arrecadação em royalties, permite que o município se apresente como atrativo para empresas que atuam na cadeia produtiva do petróleo e elabore um discurso de prosperidade via petróleo sedutor para os jovens.

Segundo Terra e Ressiguiier (2011, p. 152) “concentrar capitais e gerar milhares de empregos diretos e indiretos, a atividade petrolífera faz de Macaé um dos mais importantes centros de migração”. A Tabela 2, contempla o número de habitantes desde 1970 até 2009 dos municípios do Norte Fluminense O que nos permite dimensionar as proporções de dinâmica populacional quando nos referimos ao fenômeno migratório que é observado em Macaé, concomitante ao período em que ocorreu a ascensão econômica, voltada para as atividades de extração de petróleo, ao final da década de 1980.

Tabela 2: População dos municípios do Norte Fluminense entre 1970 e 2010.

Municípios	1970	1980	1991	2000	2010
Campos dos Goytacazes	285.440	320.868	376.290	406.511	463.731
Carapebus	8.164	6.834	7.238	8.651	13.359
Cardoso Moreira	17.958	14.728	12.819	12.579	12.600
Conceição de Macabu	11.560	13.624	16.963	18.706	21.211
Macaé	47.221	59.397	93.657	131.550	206.728
Quissamã	9.933	9.620	10.467	13.668	20.242
São Fidélis	35.143	34.976	34.581	36.774	37.543
São Francisco de Itabapoana	39.883	35.932	38.714	41.046	41.354
São João da Barra	15.736	18.665	20.847	27.503	32.747
Região Norte Fluminense	471.038	514.644	611.576	696.988	849.515
Adaptado pela autora. Dados dos Censos Demográficos - IBGE (1970, 1980, 1991, 2000) retirado de TERRA e RESSIGUIER (2011, p. 152.) e Censo Demográfico 2010.					

Apesar do expressivo número de habitantes em Campos dos Goytacazes é importante mencionar que a extensão territorial do mesmo (4.026,696 km) possibilita em tese uma melhor distribuição populacional. De acordo com o último censo do Ibge (2010) o município apresentou densidade demográfica de 115,16 hab/km . Em comparação, o Município de Macaé, com um território em média três vezes menor (1.216,846 km), neste mesmo censo apresentou densidade demográfica de 169,89 hab/km .

Quando calculamos a diferença no crescimento populacional no intervalo entre uma década e outra é possível notar, de acordo com a Tabela 2, que em Macaé esse aumento ocorreu

em ritmo muito mais acelerado, quando comparado aos demais municípios do Norte Fluminense. Macaé no censo 2000 estava a comportar 37.893 novos habitantes, quando comparados ao número de habitantes do censo 1991. No censo 2010 esse valor atingiu a marca de 75.178 novos habitantes, em comparação ao censo 2000. Esse balanço das duas últimas décadas superou inclusive o aumento populacional (em comparação ao saldo de habitantes entre um censo e outro) do município de Campos dos Goytacazes.

A evolução da área urbana do município de Macaé no período entre 1956 e 2001, (Figura 1) revela a acelerada expansão do crescimento populacional o qual nos referimos. Pode ser notado em 1956, um adensamento populacional restrito a porção que corresponde ao centro da cidade. Sendo que até 1976 o principal diferencial ocorreu na ocupação da orla dos Cavaleiros. Em 1989, “onze anos após o início das obras de instalação do complexo da Petrobras no município” (PAGANOTO, 2008, p. 57), a cidade expandiu longitudinalmente.

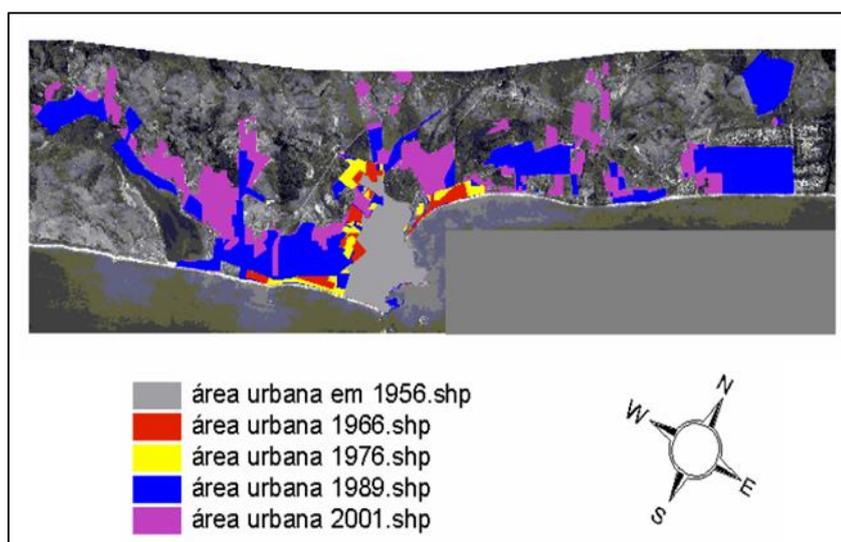


Figura 1: Mapa da Evolução da Área Urbana de Macaé – 1956/2001. Aerofotogrametria.

Retirado de: (DIAS, 2005, p. 97).

Em estudo sobre a mobilidade espacial dos trabalhadores que migram para Macaé em função das ofertas de emprego, o autor Paganoto (2008, p. 36) expôs que, além as vias de inserção no mercado de trabalho da região via empresas terceirizadas (que realoca o trabalhador já contratado, de acordo com a demanda existente nas filiais), há também os migrantes que chegam em Macaé estimulados “pela mídia ou pelo exemplo de parentes e amigos que conseguiram inserção no mercado de trabalho, nos setores de comércio e de serviços.”

A chegada no município deste segundo perfil de migrante, que muitas vezes não possui a qualificação para o seletivo mercado petrolífero ou a experiência na carteira de trabalho que

as empresas do setor exigem no cargo pretendido, (DIAS, 2005; FERREIRA, 2011; TERRA; RESSIGUIER, 2011), aliado a um processo de avanço estrutural sem planejamento proporcionou o desenvolvimento desordenado das regiões periféricas em Macaé. A ocupação industrial sem planejamento acarreta nos locais em que se fixa:

[...] sobrecarga nos serviços de utilidade pública, congestionamentos em horários de pico, falta d'água em bairros periféricos, enchentes constantes, escassez crescente de moradias, favelização acelerada e uso predatório do litoral, além de outras mazelas que uma ocupação industrial sem planejamento acarreta nos locais em que se fixa. (PAGANOTO, 2008, p. 6).

Em paralelo, os múltiplos impactos inerentes a cadeia produtiva petrolífera (alteração no uso do mar e da terra, especulação imobiliária, aumento populacional exponencial, aumento no custo de vida, pressão sobre unidades de conservação, demanda de infraestrutura, perda de práticas culturais e econômicas tradicionais etc.) ideologicamente justificadas em nome da geração de emprego e renda que afetam a população de modo desigual. (CARVALHO; GUIMARÃES; DELECAVE, 2011).

É importante considerar ainda que a maior parte da população de Macaé vive à margem da pujança econômica prometida pelo setor produtivo da cadeia do petróleo. Os autores Abreu e Silva e Faria (2011, não paginado), à luz dos dados da Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007, revelaram que 54,5% da população residente migrante “recebe de um a três salários mínimos [...] incluindo os que não declararam rendimento”.

A pesquisa supracitada assinalou ainda que 40,5% da população residente migrante não possui carteira assinada, cujas maiores concentrações deste perfil se encontram principalmente nas periferias do município. O que evidencia a “concentração de renda entre uma pequena parcela da população e uma acentuada segregação espacial” (ABREU E SILVA; FARIA, 2015, não paginado).

De fato, o município de Macaé possui notória divisão espacial em função da renda, visto que o centro da cidade “está ladeado por duas zonas de enormes contrastes” (HERCULANO, 2011, p. 29). Ao norte, se localizam a maior parte das periferias da região e, ao sul do município estão as moradias de luxo que abrigam os moradores de alta qualificação da cidade. A Figura 2, que dispõe sobre a vulnerabilidade econômica, dos bairros existentes na porção urbana de Macaé, evidencia essa segregação socioespacial, visto que, os bairros de maior vulnerabilidade econômica, estão situados majoritariamente ao norte. Estes por sua vez, conforme discutido

anteriormente, são oriundos do período de intenso fluxo migratório pós chegada da indústria petrolífera ao município.

Desta forma, as localidades periféricas existentes em Macaé retratam que:

O crescimento econômico e urbano foi, entretanto, acompanhado pela **favelização**²⁰ (Malvinas, Nova Holanda, Aroeira, Santana, Boa Vista, São Jorge, Jardim Pinheiro, Vila Pinheiro, Leocádia, Botafogo, Miramar, Lagomar, Jardim Santo Antônio, Nova Macaé, etc.) [...]. (HERCULANO, 2011, p. 31, grifo nosso).

Dentre estas localidades periféricas situadas em Macaé, nos aprofundaremos na descrição do bairro Lagomar (Anexo C). De antemão, o bairro Lagomar possui algumas nuances em relação a condição de sua respectiva categorização. No reordenamento do município de Macaé, estruturado na lei complementar N°.045/2004, o bairro Lagomar foi ainda categorizado sob a condição de Zona de Especial Interesse Social. (ZEIS). De acordo ainda com informações disponibilizadas na página institucional da Prefeitura Municipal de Macaé (2013)²¹, é mencionado o decreto 180/2005, que prevê um plano de urbanização para o bairro Lagomar.

²⁰ Para se referir as localidades que se desenvolvem em Macaé fruto de um crescimento desorganizado e que de maneira mais ampla são assistidas precariamente pelos serviços públicos essenciais, o termo “favelização” é comumente utilizado no trabalho “Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé”, de Selene Herculano (2011). No entanto é preciso explicitar o caráter dual que o uso deste termo pode sugerir, “tais como formal-informal, integrado-excluído, favela-bairro, centro-periferia” (LAGO, 2003). Mesmo que o termo seja utilizado para se referir às localidades que se desenvolveram em Macaé, enquanto resultado de um crescimento desorganizado e que de maneira mais ampla são assistidas precariamente pelos serviços públicos essenciais, tal caracterização pode abrir margem para homogeneizar diferentes contextos sociais e históricos, além reforçar a questão do estereótipo. (ROSA, 2009).

²¹ Reportagem. Obras da prefeitura transformam o Lagomar, bairro que mais cresce no município. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/noticias/leitura/noticia/obras-da-prefeitura-transformam-o-lagomar-bairro-que-mais-cresce-no-municipio>>. Acesso em: 12 novembro 2014.

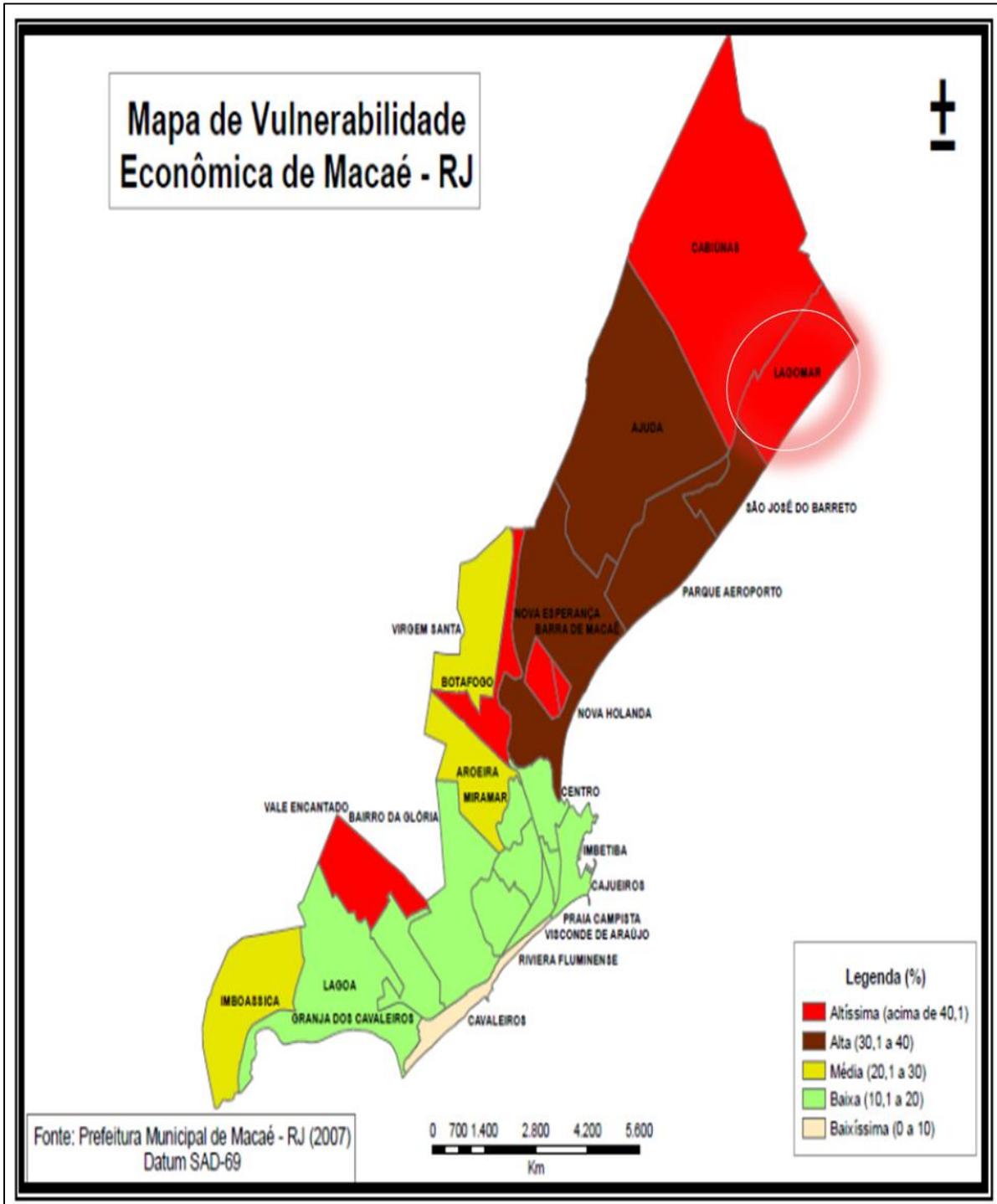


Figura 2: Mapa indicador de vulnerabilidade econômica do município de Macaé-RJ.

Extraído de: (FERREIRA, 2011, p. 176).

Os autores Terra e Ressiguier (2011, p. 149) apontam que o novo Código de Urbanismo do município revela a intenção de legalizar “áreas de ocupação ambientalmente sensíveis, como as de mangue, restinga e lagoa.” A sutil diferença, no entanto, é que as ocupações irregulares onde habitam as pessoas de baixo poder aquisitivo, como por exemplo Lagomar, Nova Esperança e Nova Holanda foram consideradas por Zona de Especial Interesse Social enquanto que “o Mirante da Lagoa, no entorno da Lagoa de Imboassica e Ilha Caieira, em área de mangue [...] ocupadas por pessoas de maior poder aquisitivo” (TERRA; RESSIGUIER, 2011, p. 149) receberam a denominação de Zona Residencial.

A partir desta comparação é percebido que áreas igualmente irregulares são assistidas de modo desigual em relação aos serviços públicos essenciais, dada a situação econômica de seus habitantes. Assim, as periferias do município, que surgem do fluxo migratório em busca dos empregos prometidos a partir da expansão da indústria do petróleo na região revelam a má distribuição desta riqueza, os impactos socioambientais e a administração inapropriada dos royalties, aplicados geralmente em áreas de benefício das classes médias e alta.

Outra contradição refere-se ao fato do bairro Lagomar não ter sido categorizado pelo censo Ibge 2010 na condição de aglomerado subnormal²², apesar da metodologia do respectivo censo demográfico ter sinalizado como avanço consulta à legislação municipal em relação a “áreas similares a aglomerados subnormais, especialmente as Zonas Especiais de Interesse Social”. (IBGE, 2011, não paginado).

Por sua vez, o programa de habitação do município denominado “Macaé sem Favelas”²³ prevê atendimento ao bairro Lagomar. A autora Herculano (2011) considerou determinados

²² Definição de Aglomerado subnormal, segundo o Censo Demográfico 2010. “É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuir pelo menos uma das seguintes características: • urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou • precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.” (IBGE, 2013, não paginado).

²³ Sobre o Programa Macaé sem Favelas. “A prefeitura de Macaé vai investir mais de R\$ 300 milhões nos próximos anos no projeto Macaé Sem Favelas, que está sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação. O objetivo é acabar com as favelas e reduzir o déficit habitacional no município. A prefeitura deverá totalizar cerca de 4.000 novas unidades habitacionais somente nesta administração. O Macaé Sem Favelas será implantado em três etapas: 2010/13, 2014/18 e 2019/22.” Disponível em: <<http://www.macaee.gov.br/habitacao/conteudo/titulo/macaee-sem-favelas>>. Acesso em: 02 Novembro 2014.

bairros periféricos, incluindo o Lagomar, sob a condição de áreas “favelizadas”, sendo que somente algumas destas localidades são consideradas pelo censo do Ibge 2010 na categoria de aglomerado subnormal. São estas: Malvinas, Nova Holanda, Santana, Leocádia e Botafogo (parte antiga).

Segundo Madeira Filho, Roriz e Silveira (2011, p. 341) dentre os bairros do município de Macaé, “Lagomar é o que mais se expande, com ocupações desordenadas, chegando a uma população de cerca de trinta mil pessoas.” Referente a data de criação do bairro Lagomar:

O bairro Lagomar (620) originou-se a partir da aprovação do loteamento Balneário Lagomar, aprovado em 1976, com 527 sítios de recreio, com 5000,00 m², o loteamento Santa Rosa foi aprovado em 1978, com 50 lotes, com área média de 600,00 m², em 1982, foi aprovado o loteamento Parque Lagomar, conhecido como Engenho da Praia, com 589 lotes, com área média de 200,00 m², e em 1983, o loteamento Praia Cigana, foi aprovado, com 127 lotes com área média de 430,00 m². O bairro Lagomar, tem parte do seu território inserido no Parque Nacional de Jurubatiba, e na área do loteamento Balneário Lagomar, aprovado como sítios de recreio, com lotes de 5000,00 m², surgiram invasões e loteamentos clandestinos, descaracterizando completamente a proposta original. (BARUQUI, 2004, p. 39).

De acordo ainda com Baruqui (2004), as habitações irregulares se originaram dentro do Balneário Lagomar, no início da década de 1990. Sendo que,

Desde 1997 tramita no Ministério Público Federal de Campos, um processo que denuncia o parcelamento ilegal desta área, em lotes de 200m² ou menos, num processo que se caracteriza por uma ocupação desordenada, sem infraestrutura básica. (BARUQUI, 2004, p. 71).

Em conformidade com a lei complementar N^o.045/2004 – que dispõe sobre a Divisão Administrativa do Município – é considerado Bairro Lagomar o conjunto de os loteamentos compreendidos por Parque Lagomar (Engenho da Praia), Balneário Lagomar, Praia da Cigana, Santa Rosa, e parte de São José do Barreto. No entanto, cotidianamente as reportagens locais e os próprios moradores da região tratam por bairro Lagomar todo o trecho limítrofe ao Oceano Atlântico até a rodovia Amaral Peixoto. Atravessando a referida rodovia é considerado Engenho da Praia (Figura 3). Para critérios desta pesquisa foi adotada a localização geográfica a partir desta última descrição.

A área confronta-se ainda com o empreendimento do gasoduto Cabiúnas²⁴, às futuras instalações do Terminal Portuário de Macaé (TEPOR)²⁵ e a unidade de conservação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (Anexo D). Em relação aos riscos ambientais, em função da proximidade com o terminal Cabiúnas, o bairro Lagomar encontra-se ainda dentro da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, em relação ao trecho terrestre. Entende-se por área de Influência do Empreendimento “a abrangência geográfica dos impactos diretos e indiretos que este poderá acarretar aos Meios Físico, biótico e Socioeconômico.” (PETROBRAS, 2011C, p. 01). Na Figura 3 é possível visualizar esquematicamente o percurso dos dutos, localizados entre o PARNA da Restinga de Jurubatiba e o bairro Lagomar.

²⁴ O gasoduto Rota Cabiúnas trata de um empreendimento que escoar a “produção de gás natural do Pólo Pré-sal, [da bacia de Santos] direcionando-o para tratamento no Terminal de Cabiúnas (TECAB).” (PETROBRAS 2011A, p.01). Com a ampliação da infraestrutura de escoamento de gás, a oferta de gás natural no mercado também é ampliada, o que de acordo com o EIA da Rota Cabiúnas, sinalizou para a “ordem de 13 milhões m³/dia”. (PETROBRAS 2011B, p.01).

²⁵ O TEPOR se encontra atualmente em processo de licenciamento.

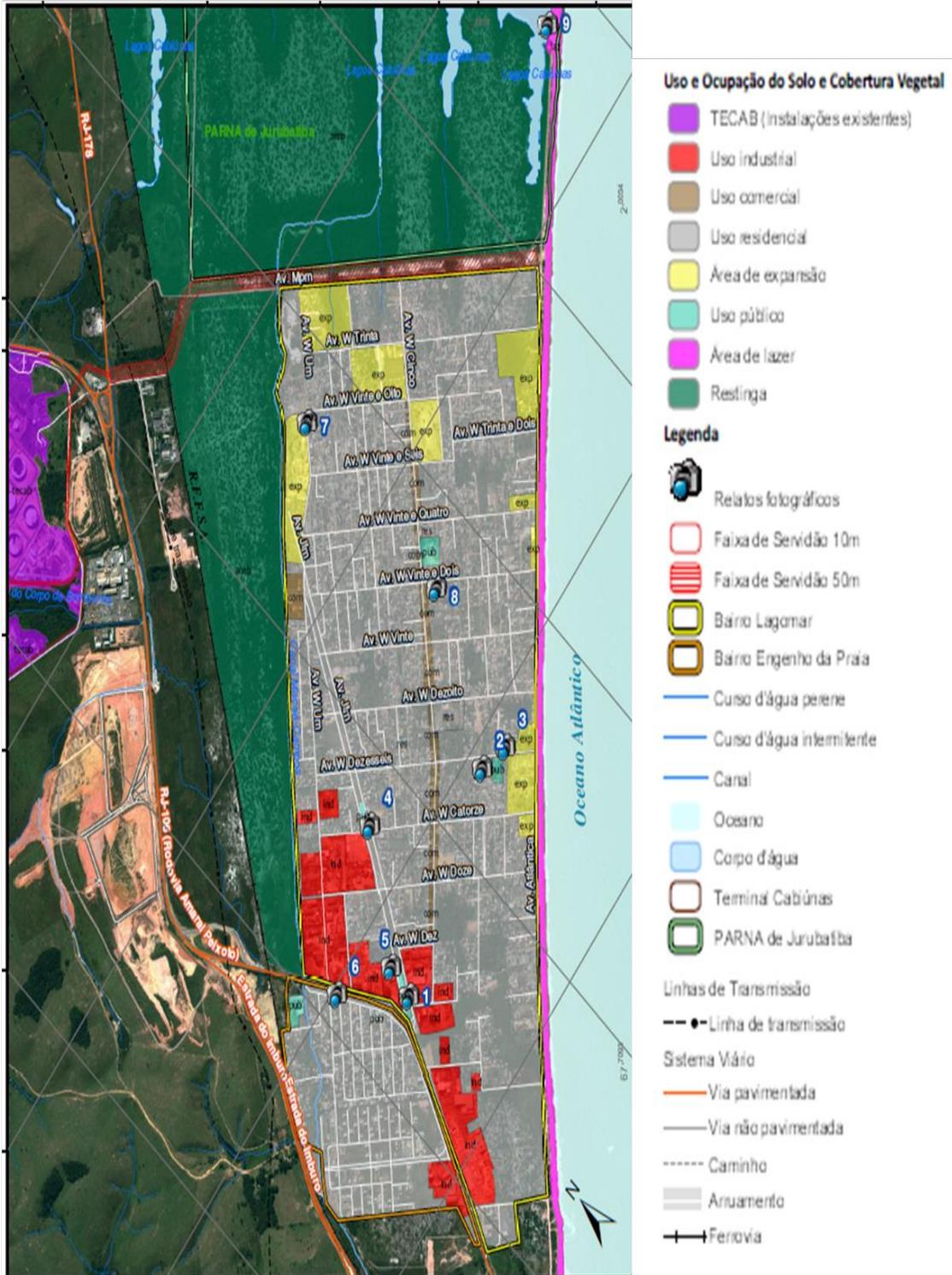


Figura 3: Mapa do bairro Lagomar, em Macaé em função do uso e ocupação do solo.

Retirado de: (PETROBRAS. 2011D, p. 08). De acordo com o respectivo mapa, a rodovia Amaral Peixoto demarca a divisão entre a porção correspondente ao bairro Lagomar e o bairro Engenho da Praia. É possível visualizar ainda esquematicamente no mapa a localização dos dutos do terminal Cabiúnas, referenciado na legenda em função da porção correspondente aos dutos de servidão.

A consulta ao estudo de impacto ambiental do gasoduto Rota Cabiúnas (PETROBRAS, 2011D) nos permitiu compreender a ocupação do solo no bairro Lagomar. Estes indicaram a utilização por uso residencial (38,30%) como principal ocupação deste território, seguida da área de restinga (37,45%), representada pela existência do Parque Nacional (PARNA) da Restinga de Jurubatiba.

Tabela 3: Percentual de uso e ocupação do solo no bairro Lagomar, em Macaé/RJ.

Classes	Área (m ²)	Percentual (%)
Uso industrial	340.692	3,88
Uso comercial	46.366	0,53
Área de lazer	203.114	2,31
Área de expansão	307.450	3,50
Uso public	29.194	0,33
Restinga	3.290.704	37,45
Uso residencial	3.364.962	38,30
Área de servidão dos dutos existentes		
TOTAL	8.786.603	100,00

Retirado de: (PETROBRAS, 2011D, p. 11).

A zona industrial (3,88%) presente no bairro (mais especificamente centralizada na entrada do mesmo) veio a ocorrer em função da proximidade da respectiva área com a Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106) e o Terminal Cabiúnas. A porcentagem em relação a área de lazer (2,31%) do uso de ocupação do solo do bairro Lagomar, chamou a atenção da pesquisadora visto que o estudo também incluiu no percentual do cálculo, a área de lagoa localizada dentro do parque nacional da restinga de Jurubatiba.

Além da ampla faixa litorânea [...] a população utiliza a lagoa localizada no Parque Nacional da Restinga como alternativa de lazer. Essa área é citada como principal local de entretenimento da comunidade, que se encontra distante dos principais centros de lazer do município. (PETROBRAS, 2011D, p. 12).

No entanto, a utilização do parque como área de lazer é conflituosa e explicita a tensão existente entre a população de entorno do parque, do bairro Lagomar, e o Parque Nacional propriamente dito. No plano de manejo do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (BRASIL, 2007, p. 16), a presença “de pessoas no interior do Parque” foi considerada por “atividades conflitantes”, sendo relatado ainda a ocorrência de “atividades de banho, passeios de bugre e caminhadas” sem regulação.

Posteriormente, a Portaria nº 01, de 05 de janeiro de 2012, que buscou estabelecer “normas e procedimentos para o credenciamento e autorização dos serviços de condução de visitantes, transporte em barco e transporte em veículo tracionado, com fins turísticos no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – PARNA Jurubatiba.” (BRASIL, 2012, p. 01), instituiu que a visitação poderia somente ocorrer em trechos restritos, com o objetivo de gerar impactos menores. No entanto, as normas de visitação de maneira geral, que inclusive especificam dias e horários em que o parque deve encontrar-se aberto ao público, somente existem no plano legal, visto a falta de infraestrutura para se fazer cumprir o respectivo regimento, gerando usos em locais variados, com eventual repressão da fiscalização do ICMBio.

Sob esta conjuntura, o Bairro Lagomar encontra-se susceptível:

aos riscos ambientais associados à proximidade do Terminal de Cabiúnas, que processa e distribui o petróleo e o gás produzido na Bacia de Campos [e por estar adicionalmente localizada em] área limítrofe e zona de amortecimento do Parque Nacional Restinga de Jurubatiba (PARNA Jurubatiba) [...] contemplado pela Lei 9.985/ 2000 (BRASIL, 2000), a qual define que as atividades humanas a serem desenvolvidas na região estão sujeitas a restrições e a um mínimo impacto ambiental negativo. (FERREIRA, 2011, p. 181).

Além dos riscos ambientais e de sua constituição como área de habitação irregular, ocupada por famílias em situação de precariedade econômica, no bairro Lagomar há o desencadeamento de outros agravantes em relação à precariedade de saneamento básico, além das condições de violência. Este último enfatizado na fala dos jovens entrevistados para esta pesquisa (Vide item 3.5) e corroborado por Costa (2009) e Waiselfisz (2004), conforme mencionado na introdução.

Por possuir habitações assentadas “sobre solos arenosos, ou seja, de alta permeabilidade com lençol freático elevado em alguns trechos” (FERREIRA, 2011, p. 181) e instalações precárias de saneamento básico - a incluir de acordo com dados da pesquisa domiciliar do programa Macaé Cidadão - 2006/2007, apontados por Terra e Ressiguiet (2011), 56,5% do esgoto destinado a fossa rudimentar e ausência de 63,1% de água canalizada - os poços escavados na localidade para o abastecimento de água, encontram-se impróprios para o consumo.

Os avanços das habitações irregulares e conseqüentemente sob as condições precárias de infraestrutura acima descritas resultam em alto impacto ambiental, o que confronta a legislação ambiental prevista para uma área de zona de amortecimento, onde se localiza o bairro Lagomar.

É importante lembrar também que, parte “do Balneário Lagomar está no entorno do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, criado por decreto presidencial em 29 de abril de 1998.” (BARUQUI, 2004, p. 71). Ou seja, a existência do bairro Lagomar (que data de 1976, com processos de habitação irregular a partir de 1990) é anterior à criação do Parque Nacional de Jurubatiba, sendo que a referida unidade de conservação trata o bairro como uma ameaça e desconsiderou as necessidades deste no seu ato de criação institucional.

Em resumo, Macaé alia o novo padrão de acumulação empreendido através do setor produtivo petrolífero à ocorrência de injustiça ambiental no município.

O cruzamento de dados de risco de contaminação por poluentes industriais, com os de localização de empreendimentos industriais associados à cadeia produtiva do petróleo e gás e com os padrões de crescimento desordenado e desigualdade social evidenciados no município, confirmaria a hipótese de ocorrência de injustiça ambiental no município, associada aos impactos secundários e indiretos da indústria do petróleo. (FERREIRA, 2011, p.179).

Desse modo, conforme evidenciado ao longo deste capítulo, sinteticamente é possível afirmar que a ocorrência de injustiça ambiental e social se reflete de modo agudo nas condições de vida dos moradores do Bairro Lagomar. Assim, a reorganização desigual do território determina que as classes subalternas habitem áreas com qualidades ambientais “sacrificadas”, em nome do desenvolvimento industrial. O que tipifica os mecanismos de reprodução da dominação social e a existência de forte componente racial e classista na distribuição desigual dos danos e impactos ambientais derivados das formas de uso e apropriação da natureza legitimados pela centralidade da exploração petrolífera para o município de Macaé.

2. A PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO E TRABALHO

A partir da concepção de que o capitalismo impõe de um modelo de formação dual, que dicotomiza trabalho intelectual e manual, o item 2.1 tratou das formas como os trabalhadores foram alocados no processo de industrialização no modo de produção capitalista e como este os dispõem estrategicamente sob a condição de exército industrial de reserva. Conforme discutido no item 2.2, foram explicitados alguns dos mecanismos presentes no município de Macaé em prol da manutenção de um contínuo exército industrial de reserva, necessário para a reprodução do atual padrão de acumulação.

Inicialmente foi dada ênfase às políticas sociais de profissionalização presentes no município de Macaé, voltadas para o jovem em situação de vulnerabilidade socioambiental e promovidas discursivamente por meio do lema “inserção social através do trabalho”. Em função do que foi mencionado nas entrevistas dos jovens entrevistados necessitou também ser discutido a influência que as parcerias do Estado com as empresas, sob as bases de programas de profissionalização nos moldes do que é conhecido popularmente por Jovem Aprendiz, tem exercido na formação para o trabalho dos jovens de um bairro periférico, no município de Macaé.

Analisando historicamente como se estruturam as relações sociais que permeiam o ensino profissionalizante, principalmente concedido aos jovens de classe subalterna em Macaé, através de análise documental²⁶, buscou-se compreender as origens do ensino profissionalizante no município, que vive desde a década de 1980 forte ciclo de industrialização com a chegada da indústria do petróleo. O respectivo recorte histórico incitou o amadurecimento dos debates em relação ao modo pelo qual as políticas públicas sociais, destacadamente de educação, voltadas para os trabalhadores, se consolidam na região.

Contudo, entender a estrutura de oferta de cursos profissionalizantes exigiu a análise de índices sobre emprego de mão de obra na região, verificando a dinâmica de absorção e flutuação desta e conseqüentemente, a estabilidade econômica desse público a quem se destina a política de profissionalização do poder público municipal em parceria com as empresas. Neste sentido 2.3 realizou a análise dos dados em relação ao mercado de trabalho em Macaé, confrontando

²⁶ Para a finalidade pretendida foram utilizados como fonte documental os arquivos do Centro de Memória Antônio Alvarez Parada, dentre eles: Macaé: Síntese Geo - Histórica. (LÔBO JUNIOR, et al., 1990). Histórias Curtas e Antigas de Macaé - vols. I e II. (PARADA, 1995). E a reportagem intitulada “Uma escola Profissional para Macaé”, escrita por Antonio Alvarez Parada em 1985.

com o debate teórico anteriormente feito, com o objetivo de possibilitar a compreensão sobre o tipo de emprego, principal atrativo das cidades produtoras de petróleo, que se encontra disponível ou que é ofertado para a maior parte dos trabalhadores, determinando as escolhas e caminhos trilhados particularmente pelos jovens de bairros habitados pelas classes subalternas.

2.1 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO MANUAL NO CAPITALISMO

Segundo a perspectiva marxista, coerentemente com sua visão dialética de mundo, portanto relacional, o trabalho possui uma dupla dimensão. Ele é o elemento ontológico do ser social e também “trabalho alienado”, submetido as condições de expropriação no modo de produção capitalista. Desde modo é a categoria fundante do ser social e fundamental para a constituição dos meios de vida e desenvolvimento dos processos linguísticos e culturais. Ao longo do processo histórico o mesmo se constituiu como condição essencial, a medida em que o humano “necessita produzir continuamente a sua própria existência” (SAVIANI, 1989, p. 08). É nesse sentido, que igualmente não se pode dissociar a educação do trabalho, pois como bem coloca Konder (2000, p. 112):

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda a sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação.

Sob a perspectiva ontológica de que “trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transforma-la.” (SAVIANI, 1989, p.07), e nesse movimento constituir as relações sociais formando a sociedade e nos formando em nossas individualidades, é preciso considerar que na história da relação metabólica sociedade/natureza, o humano transforma para atender as próprias necessidades sob modos de produção determinados. No modo de produção capitalista, as relações sociais alienadas estabelecem um padrão único e universal de produção destrutiva baseada na propriedade privada e na exploração do trabalhador. Tal forma de sociedade, cuja finalidade é a produção de mercadorias e a coisificação da vida, exigiu uma educação que atendessem às exigências da produção e reproduzisse a estrutura de classes (FRIGOTTO, 2015).

A suposta ideia de que os homens são livres para exercer suas próprias escolhas, difundidas maciçamente com o avanço das relações assalariadas na indústria, foi fundamental para a ascensão da burguesia como classe dominante. Nas trocas mercantis capitalistas, a redução do trabalho humano à força de trabalho, portanto, a uma mercadoria a ser negociada, foi naturalizada e posta como condição economicamente justa, uma vez que expressa uma relação de troca entre o burguês e o trabalhador. Esta negociação, por sua vez, foi instituída através da adoção do direito contratual, em que o trabalhador passou a poder vender legalmente sua força de trabalho mediante o estabelecimento de contrato em que em tese as duas partes

aderiram racionalmente e livremente. No entanto, o processo de “industrialização da agricultura e urbanização do campo” (SAVIANI, 1989, p. 10), não só cria o padrão de acumulação descrito no capítulo 1, como, ao tirar o acesso aos meios de vida do trabalhador, o força a aderir à necessidade de vender sua força de trabalho. Portanto, o contrato de trabalho não é livre e sim uma condição de sobrevivência para o trabalhador e de reprodução das formas de exploração pelo capitalista (CIAVATTA, 2008).

Neste processo de acumulação é crescente a demanda por produção e reprodução da força de trabalho. Não há capitalismo sem novos trabalhadores e mais-valor extraído do trabalho inserido no processo produtivo. Todavia, historicamente, o gigantesco desenvolvimento das forças produtivas e da geração de riquezas materiais não foi acompanhado pela satisfação material de todos e nem pela absorção das pessoas no mercado. Esse processo constitui a população excedente. Para explicar como isso se realiza é interessante partir da objeção que Marx fez sobre a teoria da população de Malthus, ao enunciar que,

não é a quantidade de meios de subsistência e sim os ‘meios de emprego’ (demanda por força de trabalho) que produz a população excedente. A criação de ‘trabalhadores excedentes’ (homens desprovidos de propriedade e que precisam trabalhar para sobreviver) ‘é própria da época do capital’. (MARX, 1985, p. 114 apud Viana 2006, p. 92).

Por sua vez, a concorrência capitalista e as oscilações do ciclo industrial (produção, crise, estagnação), definem os salários dos trabalhadores e quantos destes serão empregados, estando “regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva [...] ora absorvida, ora liberada” (Marx, 1988, p. 195 apud Viana, 2006, p.95). Através da dinâmica do capital, dentro do exército de reserva há ainda uma fração de trabalhadores estagnados que apresentam ocupações irregulares sendo considerados “reserva de trabalho inesgotável de força de trabalho ao capital” (Viana, 2006, p.95). Sobre a condição de vida destes trabalhadores:

Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isto faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário. (Marx, 1988, p. 199 apud Viana, 2006, p. 95).

Voltando ao livro 1 de O Capital de Marx (2013), quando este aborda as leis gerais de acumulação e afirma:

Para absorver um número adicional de trabalhadores de uma dada grandeza, ou mesmo devido à da metamorfose constante que o capital antigo sofre a fim de manter ocupados os trabalhadores já em funcionamento, requer-se, antes de mais nada, uma acumulação acelerada do capital total em progressão crescente. Essa acumulação e centralização crescentes, por sua vez, convertem-se numa fonte de novas variações na composição do capital ou promovem a diminuição novamente acelerada do seu componente variável em comparação com o componente constante. Por outro lado, essa diminuição relativa de seu componente variável, acelerada pelo crescimento do capital total, e numa proporção maior que o próprio crescimento desse último, aparece, inversamente, como um aumento absoluto da população trabalhadora, aumento que é sempre mais rápido do que o do capital variável ou dos meios que este possui para ocupar aquela. A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (Idem, *Ibidem*, p. 705).

A lei da concorrência capitalista força uma incessante busca por aumento de produtividade e de investimento de capital onde se pode obter maior retorno, mantendo ou ampliando a taxa média de lucro. Esse aumento de produtividade, com maior investimento em tecnologia e equipamentos que podem gerar maior produção de mercadoria com menor tempo médio de trabalho (aumentando a taxa de mais-valia) leva e exige uma população de trabalhadores excedente para se garantir a acumulação e para o desenvolvimento da riqueza capitalista. Ou seja, grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem exploradas. Quanto maior é a riqueza capitalista e o desenvolvimento econômico e tecnológico, maior é a exigência pela transformação de uma parte da população trabalhadora em desempregados, subempregados, terceirizados ou simplesmente inúteis para a produção. Isso ajuda a manter salários baixos e gera uma luta por emprego entre os trabalhadores que disputam vagas no mercado.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. (MARX, 2013, p. 707)

Essa regra geral do funcionamento do sistema se reproduz na educação e tem nesta um componente fundamental para a formação de mão-de-obra e para a naturalização das relações de exploração. A educação escolar serve para reproduzir e disseminar uma cultura de aceitação da sociedade capitalista, e a forma como é ofertada à população estabelece ainda no ensino básico uma escola para as classes dominantes e uma escola para trabalhadores. E a educação voltada para a formação do trabalhador, seja em cursos técnicos, profissionalizantes ou treinamentos em serviço, são voltados para uma compreensão fragmentada do processo produtivo, à instrumentalização dissociada das relações de produção, o que não só significa em uma oferta precarizada aos trabalhadores com cursos de curta duração e conteúdos voltados apenas aos interesses do mercado, como em uma formação que reproduz a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (SOUZA, 2015).

Esse modelo de formação para o trabalho, que é o foco da pesquisa, mantivera a dicotomia entre o trabalho manual e intelectual, desde as “sociedades antigas e suas formas servis e escravistas passando pelas sociedades modernas e contemporâneas capitalistas.” (CIAVATTA, 2008, p. 409). Trabalho manual não significa que não se aplique função intelectual para a realização das atividades correspondentes. Se refere ao fato do trabalhador não possuir autonomia em relação ao que está sendo produzido podendo se enquadrar ainda como mero executor de determinada tarefa. Conforme a sociedade moderna foi se estruturando o manejo das técnicas de produção industrial exigiu o domínio do código escrito, o que promoveu a demanda da universalização da educação básica, ainda que ofertada desigualmente tanto no acesso quanto na qualidade. A própria incorporação dos conhecimentos científicos pelo trabalho exigiu que a escola repassasse este tipo de conhecimento afim de formar um *cidadão produtivo* apto para atender as necessidades do mercado. Segundo Saviani (1989),

A sociedade moderna, desenvolvida a partir do advento do capitalismo, é uma sociedade que revoluciona constantemente as técnicas de produção, que incorpora os conhecimentos como força produtiva. É a sociedade que converte a Ciência, que é potência espiritual, em potência material através da indústria. (SAVIANI, 1989, p.09.).

Visto ainda que, não poderiam os trabalhadores, segundo Saviani (1989):

Ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque sem conhecimentos eles não podem também produzir e, por consequência, se eles não trabalham, não acrescentam valor ao capital. (Idem, Ibidem, p. 13.).

O conhecimento no capitalismo, no entanto, é transmitido ao trabalhador de forma parcelada. Ao adotar o princípio da fragmentação do trabalho, além da otimização do tempo de produção, a noção referente ao conjunto é centralizada nas mãos dos detentores dos meios de produção. Por sua vez, os trabalhadores a possuírem somente a própria força de trabalho, não se reconhecem mais na mercadoria produzida e na totalidade do processo produtivo, o que resulta em alienação.

A aceleração do processo de industrialização do Brasil acompanhou o debate em torno das políticas educacionais que deveriam ser implementadas para a formação de mão de obra voltada à necessidade das demandas econômicas. Os currículos escolares se estruturaram sob esta vertente, especificamente o ensino profissionalizante, que historicamente caminhou para a dicotomização entre a educação propedêutica e a formação técnico profissional. Segundo Lamosa (2015, não paginado) a “estrutura dualista no Brasil se formou, desde a década de 1940, a partir das leis orgânicas, estabelecidas no período da ditadura Vargasista”. Desse modo, as leis orgânicas instituídas neste período definiram os rumos da educação profissional no país em função da “opção desenvolvimentista adotada nos quase dois decênios em que Vargas permaneceu no poder (1930/45 e 1951/54)”. (SAVIANI FILHO, 2013, p.855). Corresponde também ao período supracitado, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), através do decreto-lei 4.048/1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), instituído pelos decretos-leis 8.621 e 8.622, ambos de 1946.

O resultado da negociação pelo controle do ensino profissional de caráter industrial foi a criação de instituições a priori pautadas por uma gestão bipartite, como o SENAI, mas que verdadeiramente ficaram a cargo de instituições com interesses privados, neste caso, a Confederação Nacional da Indústria. (SOTERO. 2011, p.06)

O que sinaliza para a consolidação de um modelo de ensino profissional estabelecido a partir da parceria público-privado, vigente até os dias atuais. A diminuição da autonomia da escola com a apropriação do sistema educativo pelo aparelho econômico, diminuiu os custos com a formação da mão de obra técnica, além de garantir a manutenção de trabalhadores excedentes, fundamental para manter baixos níveis salariais e maximizar o lucro.

Ainda que, idas e vindas de decretos caminhem ora a favor, ora contra à cisão do ensino médio com a educação profissional, até termos chegado ao recente Decreto federal n.º 5.154/2004 - implementado com “o objetivo de corrigir a dissociação entre a educação

profissional e educação básica na formação da juventude brasileira” (LAMOSA, 2015, não paginado) - a veiculação da educação atrelada à estrutura econômica e correlação de forças mediante a inserção do empresariado nas políticas educacionais, contribuem para a inevitável precarização do ensino destinado às classes subalternas.

No entanto, segundo Saviani (2012, p. 03), não podemos ser utópicos em considerar a educação um “instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade”. Visto que este tipo de pensamento encaminha a concebermos uma sociedade sem divisão entre classes, no qual o fenômeno da marginalidade é uma distorção a ser corrigida pela educação. Essa concepção de mundo se enquadra no contexto das teorias não críticas. A pedagogia tecnicista, amplamente inspiradora dos discursos presentes no ensino profissionalizante, se define neste contexto e atende aos desígnios da neutralidade científica, “racionalidade, eficiência e produtividade” (SAVIANI, 2012, p. 11), com o intuito de tornar o processo educativo funcional e objetivo. O marginalizado mediante esta lógica, se refere ao indivíduo evadido e/ou repetente que não se adaptou à estrutura produtiva e não teve mérito para permanecer na escola, deixando de adquirir as habilidades e competências necessárias para se inserir no mercado como empregado ou empreendedor. Assim, aquele que é o expropriado vira o responsável por sua própria condição subalternizada na sociedade.

Alternativamente o modelo de politécnia propõe uma teoria educacional mediante a superação da dicotomia trabalho manual/intelectual, sem recair no fazer pedagógico idealista do conjunto das propostas não críticas e capaz de imbuir as críticas explicitadas pelas teorias crítico-reprodutivistas. O termo educação politécnica apesar de remeter, no sentido literal à multiplicidade de técnicas, este não deve abranger a totalidade de conhecimentos fragmentados e sim “ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 1989, p. 17). A partir deste princípio, o autor expõe que,

A união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar sobre a base da superação da apropriação privada dos meios de produção, com a **socialização** dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, do conjunto da sociedade. (SAVIANI, 1989, p. 15).

A questão do ensino integrado ao mundo do trabalho é propositalmente enfatizada no intuito de buscar desconstruir a genérica ideia da educação como inerente *a formação do homem* sem que se aprofunde o debate. Afinal, o que é o humano sem o trabalho como elemento

fundante de sua existência? Por este motivo fez sentido para Saviani tratar, não somente a politecnia, mas toda a organização escolar tomando como ponto de referência a problemática do trabalho. A partir do momento em que o trabalhador compreende o funcionamento e os fundamentos do processo produtivo, o mesmo se liberta do adestramento para as atividades particionadas do mercado e pode agir de forma organizada no enfrentamento das formas de exploração. O que somente seria possível através da luta da classe trabalhadora em prol de uma educação que busque romper como os dualismos e supere o modelo vigente de formação voltada para a formação de exército de reserva inerente aos interesses econômicos do capital.

Ao discorrer sobre a concepção de politecnia durante os trabalhos do "Seminário Choque Teórico", Saviani (1987, p. 07) reiterou a necessidade de partir das condições existentes para “encontrar os caminhos para a superação dos limites do existente.”. Sob este ímpeto, a compreensão das condições atuais existentes em Macaé em relação a profissionalização e mercado de trabalho serão tratadas a seguir.

2.2 FORMAÇÃO PARA O TRABALHO EM MACAÉ.

A formação do proletariado conforme será discutido na respectiva seção adere ao discurso de formação de mão de obra voltada as necessidades do mercado. Assim, com esse recorte ilustra-se a atuação e controle do capital na educação escolar, enquanto aparelho ideológico do Estado na reprodução das desigualdades sociais, e explicar de que modo este se apropria da escola a partir de investimentos na profissionalização precarizada, que visa formar a força de trabalho manual que a indústria do petróleo necessita em curto prazo.

Historicamente é possível compreender a influência que a modificação dos modos de produção exerce sobre o tipo de educação que é concedida as massas. Saviani (1989, p. 08) sinaliza que conforme “se modifica o modo de produção da existência humana, portanto o modo como ele trabalha, produz-se a modificação das formas pelas quais os homens existem.”. Estes modos de produção se referem as diversas formas sociais de dominação, presentes desde as sociedades servis e escravagistas até o modelo capitalista vigente. No contexto brasileiro estas relações se estabelecem sob,

o tipo de estrutura social que foi se conformando a partir de um país colônia e escravocrata durante séculos e a hegemonia, na década de 1990, sob os auspícios da doutrina neoliberal, de um projeto de capitalismo associado e dependente. (FRIGOTTO, 2007, p. 1131).

A institucionalização do ensino profissionalizante em Macaé ocorreu no século XIX, em função da implantação da linha férrea na região. Em 1911 foi fundado o Liceu dos operários da Imbetiba, que oferecia “cursos de marcenaria, torneraria, caldeiraria, ajustagem, ferraria e solda” (LÔBO JUNIOR et al., 1990, p.49), em caráter remunerado, horário integral, com currículo a incluir disciplinas correspondentes ao fundamental II e que ainda empregava os aprendizes concluintes na rede ferroviária.

Segundo Lamounier (2008, p. 216) comumente “a literatura em geral relaciona a implantação das ferrovias com o desenvolvimento do capitalismo, especialmente do processo de industrialização e de expansão de relações de trabalho assalariado.” No entanto ressalta ainda que não se deve estabelecer uma relação direta entre a implantação das ferrovias e a difusão do trabalho livre/assalariado.” Isso porque existiram indícios de emprego de escravos nas ferrovias e secundariamente em função das condições precárias sob as quais se constituíram o dito

‘trabalho livre’: sob contratos mantidos sob o jugo de legislações repressivas baseados na coerção e que puniam inclusive com prisão a quebra dos referidos contratos.

A recente reviravolta em relação ao ensino profissionalizante acontece na região nas últimas décadas de 1970 se dá devido à exploração e produção de Petróleo na Bacia de Campos. O assunto em voga na região passou a se tratar da qualificação técnica para o mercado de trabalho *offshore*, conforme ilustrado em reportagem publicada no jornal local de Macaé, O Debate, em 1985, sob o título *Uma escola Profissional para Macaé*. A autoria da reportagem refere-se ao historiador e educador macaense, Antonio Alvarez Parada²⁷ (1925-1986), que semanalmente publicava em uma coluna do jornal, e embora não possuísse um título específico, tratava de temas atuais à sua época, nos quais expressava sua opinião. (FROSSARD, 2006).

Na reportagem em questão, Alvarez Parada considerava irrealizável a construção de uma escola técnica em Macaé, em função dos gastos que estas demandavam e também por já haver outra escola nestes moldes na cidade vizinha (em Campos). O autor lamenta ainda o fechamento do Centro de Formação Profissional de Macaé, em 1978. A escola profissionalizante o qual se referia, era comumente conhecida por Escola do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial²⁸ e visava à formação de mão de obra qualificada para a ferrovia.

Desacreditando que o poder público pudesse ter condições de implantar em Macaé “uma das poucas e esplêndidas Escolas Técnicas Federais, oásis do deserto nacional desse tipo de ensino” (PARADA, 1985, não paginado), o autor deposita suas esperanças na sensibilização da Petrobras para “ressuscitar, na mesma Imbetiba, o ensino profissional em nossa cidade.” Esperanças essas que não foram em vão: A partir de convênio firmado em 1987, entre a prefeitura de Macaé (que doou um terreno de 51 mil m próximo a Lagoa de Imboassica), Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/Setec) e a Petrobras, (que assumiu total responsabilidade financeira), o prédio do IFF é inaugurado em 1993, com as atividades sendo iniciadas ainda no mesmo ano.²⁹

²⁷ Além de seu forte caráter de historiador, Alvarez Parada lecionou Química, Física, Espanhol e Matemática em importantes instituições de ensino do município, além de atuar como professor e diretor na escola de ensino profissionalizante SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. (FROSSARD, 2004). Esta última informação, aliada ao conteúdo da reportagem que será apresentada esclarece, em alguns aspectos, o posicionamento de Alvarez Parada sobre o tema de interesse. Mais especificamente nos fornecerá em síntese a perspectiva do autor sobre a questão do Ensino Superior versus Ensino profissionalizante, vividas à sua época.

²⁸ Mantida pela Rede Ferroviária Federal.

²⁹ Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/campus>> Acesso em: 16 junho 2014.

É perceptível o posicionamento de Alvarez Parada em prol da qualificação profissional voltada para a juventude. Aliás, esta é uma constatação de Frossard (2006), que mapeou os escritos de Alvarez Parada. O parágrafo final da reportagem sintetiza claramente este intento: “Enquanto os ‘royalties’ não emergem do mar, que da empresa petrolífera jorre algo mais valioso que o dinheiro do ouro negro: a formação técnica e profissional de nossa juventude.” (PARADA, A.A, 1985, não paginado).

A partir destes escritos publicados na época pela imprensa local é possível compreender os primeiros rearranjos econômicos ocorridos no município após a chegada da Petrobras. O ensino profissionalizante visando a inserção dos futuros proletariados nesse próspero mercado é um desses movimentos. A formação “técnica e profissional” de fato assumiu o foco ao longo do desenrolar das políticas sociais do município. No entanto, um pouco diferente do que ambicionou Alvarez Parada, a profissionalização voltada para a maioria dos futuros proletariados em Macaé assumiu em tempos atuais um molde precarizado, que legitima e perpetua as desigualdades na região.

Em função do enquadramento que o neoliberalismo ambiciona para o ensino profissionalizante, não há necessidade, conforme expõe Frigotto (2007, p. 1135) de “uma efetiva universalização da educação básica de qualidade social efetiva e, articulada a esta, a educação profissional e técnica que não se reduza ao adestramento pragmático do mercado.” Aliado a este caráter expropriador, diante do modo como a sociedade brasileira historicamente se constituiu, constata-se a natureza dualista da educação capitalista (formação intelectual e generalista para as classes dominantes, educação profissionalizante e especializada para a classe subalterna; escola do conhecimento para os primeiros e escola assistencialista para os segundos), ainda que em certos momentos essas tendências se complexifiquem dependendo das políticas públicas e das relações econômicas.

É importante mencionar ainda que, além da profissionalização concedida as classes subalternas, os jovens residentes em Macaé possuem acesso à escola básica de âmbito municipal, estadual ou federal da região. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil ³⁰ (Atlas Brasil), no município de Macaé, em 2010, 91,86% das crianças de 6 a 14

³⁰ “O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil foi desenvolvido através da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), com dados dos Censos Demográficos do IBGE.”. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/macaee_rj>. Acesso em 14 novembro 2014.

anos estavam a frequentar a escola (incluindo aquelas com defasagem de até 2 anos); já entre a faixa etária de 15 a 17 anos, somente 37,65% dos jovens estava a frequentar o ensino médio (incluindo aqueles com defasagem até 2 anos), 32,17% ainda estavam no ensino fundamental.

A considerar que a maior parte das matrículas dentro do município ocorrem no sistema público de ensino – em 2014 no fundamental eram: 25.229 no público (estadual e municipal) para 6615 no privado; no ensino médio eram: 6349 matrículas (estadual e municipal e federal) para 1595 no privado – foi possível perceber que a maior parte dos futuros proletários advindos das classes populares em Macaé caminham para a obtenção de escolarização abaixo da que é exigida na ‘capital nacional do petróleo’, como discutido no capítulo 2.3, que trata sobre a geração de empregos no município. De maneira mais ampla, a população adulta (com 25 anos ou mais) em Macaé, ao que se refere à escolaridade, segundo dados do Atlas Brasil, em 2010 somente 48,20% da população possuía o ensino médio, para 64,80% com o ensino fundamental completo.

De acordo ainda com os dados do censo escolar INEP/2014 há uma categoria de matrículas denominada por *Educação Profissional (Nível técnico)* abrange “um conjunto de estabelecimentos públicos e privados que se caracterizam como escolas técnicas, agrotécnicas, centros de formação profissional, associações/escolas, entre outros. (INEP, 2014, p.29). De acordo ainda com o INEP os dados incluídos dentro desta categoria consideram “as matrículas concomitante, subsequente e integradas ao ensino médio”. (Ibid., p.28).

Assim, segundo dados do INEP, no ano de 2014, para o município de Macaé constavam 4.332 matrículas particulares na referida categoria (incluídas em um total de 4637 matrículas). A critério de comparação, no mesmo ano o município possuía no total 7.944 alunos matriculados no ensino médio, sendo 6.349 matrículas nas escolas públicas (municipal, federal e estadual) e 1.595 no ensino privado. Ou seja, o número de matriculados nos cursos técnicos particulares equivale em média a 54% do número de alunos matriculados no ensino médio em todo o município. O que reitera a efetiva procura pelos cursos de caráter técnico privado na região e em função dos moldes de profissionalização presentes no município.

O interesse pela formação através de cursos técnicos privados se mostrou também presente na fala dos jovens entrevistados (vide item 3.2.3 - Profissão pretendida). Os jovens mencionaram as instituições EFONAPE (Escola de Capacitação e Formação Técnica para a Indústria Petroleira e Naval), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

A EFONAPE é uma instituição de ensino privada que oferece cursos técnicos e de capacitação profissional voltados para o segmento da indústria petroleira e Naval. De acordo com as informações contidas na página institucional ³¹, a mesma possui cinco unidades no Rio de Janeiro e que atuam em sistema de parcerias com as empresas. Uma destas unidades está situada dentro do Bairro Lagomar, em Macaé, aonde são ofertados tanto cursos técnicos quanto de capacitação profissional.

Os cursos técnicos de Automação Industrial, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica Industrial e Mecatrônica são oferecidos pela EFONAPE ao custo mensal médio³² de 400,00 reais, com turmas em horários diurnos e noturnos, e tempo de conclusão em 12 meses, incluindo a obtenção do registro no Conselho Regional de Engenharia - CREA. Há também parceria com o instituto Educar, (pessoa jurídica de direito privado), através do qual são concedidas bolsas de até 50% através do programa Educa Mais Brasil. De acordo ainda com o gerente administrativo da empresa.

A EFONAPE, que também é parceira da CODIMAR, prestadora de serviços de caldeiraria, usinagem, jato abrasivo e pintura industrial, está situada no bairro Lagomar, em um espaço de 18 mil metros quadrados. A EFONAPE-CODIMAR atualmente oferece os cursos técnicos de Automação Industrial, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica Industrial e Mecatrônica.

‘[...] Contamos com 24 salas de aula climatizadas, seis laboratórios. O mais interessante, e o que nos diferencia das outras escolas técnicas, é que os nossos alunos se formam técnicos em apenas um ano. Nossa equipe está cada vez mais empenhada em prestar o melhor serviço educacional no ensino profissionalizante e técnico de nível médio’, comemora Marcelo Martins, gerente administrativo da EFONAPE-CODIMAR.

[...]

‘Contamos com 650 novos alunos para o primeiro semestre deste ano. A aula inaugural, com aproximadamente 800 pessoas, foi um grande sucesso. O número expressivo de novos alunos comprova isso. Somos parceiros há anos da empresa CODIMAR, a qual é detentora de toda a estrutura física’, concluiu Marcelo Martins. (AGENCIA FUTEBOL INTERIOR, 2013, não paginado³³).

³¹ Escola de Capacitação e Formação Técnica para Indústria Petroleira e Naval. Disponível em: <<http://efonapeescola.com/>>. Acesso em: 16 setembro 2015.

³² Calculado a partir da tabela divulgada dentro da rede social do instituto. Disponível em: <<https://www.facebook.com/efonapemacaie/photos/pb.259600494092976.-2207520000.1442413537./864238030295883/?type=3&theater>>. Acesso em 16 setembro 2015.

³³ Entrevista com Marcelo Martins, gerente administrativo da EFONAPE-CODIMAR. Reportagem. Carioca: EFONAPE é a nova patrocinadora do Macaé Esporte. Publicado em 04/04/2013. Disponível em: <<http://www.futebolinterior.com.br/futebol/Macaie-RJ/noticias/2013-04/Carioca:-EFONAPE-e-a-nova-patrocinadora-do-Macaie-Esporte>>. Acesso em: 16 setembro 2015.

A referida instituição de ensino privada, ao se instalar em uma área periférica do município de Macaé e disponibilizar cursos de caráter técnico, com forte ênfase para áreas relacionadas a cadeia produtiva direta ou indiretamente do petróleo e gás, aliado ainda a precariedade de ofertas de instituições de ensino técnico dentro do bairro (conforme abordado no capítulo 1.3), aparentemente a fez ganhar destaque no cenário local. Esta constatação foi reforçada pela menção da mesma entre os jovens entrevistados que estavam a buscar a profissionalização técnica, com o intuito de se inserirem no mercado de trabalho da região.

A necessidade engendrada socialmente de possuir a própria renda, mencionada pelos jovens no decorrer da pesquisa, adentrou um caminho que até a ida em campo não havia sido discutido: a remuneração via programas de aprendizagem profissional em empresas, conhecidos popularmente por Jovem Aprendiz. Conforme será detalhado no capítulo 3.3, no total 06 dos 10 jovens entrevistados mencionaram o programa jovem aprendiz em suas falas quando abordados sobre os quesitos cursos realizados e/ou experiências em atividades remuneradas. Na maioria das menções não havia escolha por um curso em específico, sendo o ingresso mediado pelas instituições SENAI e SENAC.

Para compreender o tipo de formação que o jovem do bairro Lagomar estava a buscar em Macaé através dos respectivos programas de aprendizagem em empresas foi consultada legislação que regulamenta a contratação de aprendizes (Decreto nº 5.598/2005) em território nacional. A análise deste documento juntamente com a apostila *Manual da aprendizagem*, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi fundamental para situar a pesquisadora sobre o universo dos programas de aprendizagem profissionalizantes.³⁴

Deste modo, a seguir serão enunciados os principais mecanismos que regem estes programas de aprendizagem profissionalizantes nas empresas: caracterização; quem são os jovens que podem aderir ao programa; remuneração concedida ao aprendiz; o que é obrigatoriedade da empresa e da instituição formadora; carga horária mínima dos cursos profissionalizantes.

Segundo o Manual da aprendizagem (BRASIL, MTE, 2014, p. 09) - elaborado no sentido de “orientar os empregadores e as entidades formadoras habilitadas a respeito dos

³⁴ Em função da importância que a pesquisadora atribuiu às informações obtidas, aliado ao fato de ter sido evidenciado em campo o interesse dos jovens em relação à referida temática, o conteúdo que tratou da legislação sobre os programas de aprendizagem em empresas é pretendido ser socializado com os jovens entrevistados.

procedimentos que devem ser observados para a contratação de aprendizes segundo as legislações pertinentes” - é dito que:

A aprendizagem é um instituto que cria oportunidades tanto para o aprendiz quanto para as empresas, pois dá preparação ao iniciante de desempenhar atividades profissionais e de ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, permite às empresas formarem mão de obra qualificada, algo cada vez mais necessário em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica. (BRASIL, MTE, 2014. p. 11).

Embora conhecido popularmente por jovem aprendiz ou ainda, conforme mencionado no manual do MTE, “aprendizagem” ou “programas de aprendizagem”, a referida simplificação mascara o objetivo de um conjunto de ações que visam claramente a formação técnico profissional de jovens visando disponibilidade de mão de obra (dita qualificada) para o mercado de trabalho. Aliás notoriamente especificado: “objetivo é proporcionar ao aprendiz uma formação profissional básica” (BRASIL, MTE, 2014, p.11).

A faixa etária que o decreto abrange para a vigência do contrato de aprendizagem, especifica que a “contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes entre quatorze e dezoito anos.” (BRASIL, DECRETO Nº 5.598/2005, Art. 11). Salvo em atividades que abarcam exceções do tipo insalubridade ou periculosidade no ambiente de trabalho, ou ainda “atividades práticas incompatíveis “com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes.” (BRASIL, DECRETO Nº 5.598/2005, Art. 11 - III) a aprendizagem deverá ser ministrada com jovens entre 18 e 24 anos.

É contraditório no entanto, que o decreto supracitado tão logo cite no art. 2º, os termos que regem a especificação da faixa etária, segundo o do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, onde o mesmo delimita que aprendiz “é o *maior* de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.” (BRASIL, DECRETO Nº 5.598/2005, Art. 2º, grifo da autora).

Além do critério da idade, é ainda previsto, através do decreto supracitado, a matrícula e frequência do aprendiz na escola básica. (BRASIL, DECRETO Nº 5.598/2005, Art. 4º). No entanto, apesar de não estar presente na legislação do aprendiz, especificidades de público alvo, que poderiam ser definidas, por exemplo, em função de comprovação de baixa renda ou matrícula em escola pública por parte deste jovem - o que denotaria que o acesso a acesso a

este tipo de programa seria destinado somente as classes populares – o processo seletivo é realizado pela empresa. Ou seja, são as empresas que definem o perfil da vaga, o abre margem para que a mesma possa eleger os critérios que lhe considerar cabíveis.

A remuneração que o aprendiz recebe ao ingressar no programa refere-se: ao salário mínimo hora, salvo condição mais favorável (por exemplo: piso regional mais elevado); vale-transporte, bem como todos os direitos trabalhistas e previdenciários. Por sua vez, a contratação de aprendizes é de obrigatoriedade dos “ estabelecimentos de qualquer natureza, que tenham pelo menos 7 (sete) empregados, são obrigados a contratar aprendizes” (BRASIL, MTE, 2014). Assim, é de obrigatoriedade da empresa estabelecer:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. (BRASIL, DECRETO Nº 5.598/2005, Art. 3º).

[...]

Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (BRASIL, DECRETO Nº 5.598/2005, Art 9º).

Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, mencionados no Art. 9º, incluem: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP; (BRASIL, DECRETO Nº 5.598/2005, Art. 8º). No entanto, a modalidade de *formação técnico-profissional metódica* permite considerar elegíveis para oferta de cursos, entidades como “II - as escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas; e III - as entidades sem fins lucrativos” (BRASIL, DECRETO Nº 5.598/2005, Art. 8º). O respectivo termo em destaque é explicado no Art. 6º.

Entendem-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. (BRASIL, DECRETO Nº 5.598/2005, Art. 6º).

É importante compreender o que também cabe a instituição formadora, visto que, são nestes acordos estabelecidos entre a mesma e a empresa contratante que encontram-se diversas brechas que permitem tornar o processo de ensino aprendizagem do jovem de inteira responsabilidade das instituições formadoras. Ora, conforme está a constar na própria definição do que entende-se por ‘formação técnico-profissional metódica’, o local para o desenvolvimento das atividades teóricas e práticas (aprendidas no respectivo curso de aprendizagem profissional que o jovem fosse matriculado), deveriam ser desenvolvidas no “ambiente de trabalho” desse aprendiz. E aonde seria o ambiente de trabalho de um aprendiz que possui “contrato de trabalho especial”, previsto em CTPS, com uma dada empresa contratante, senão na própria empresa?

O parágrafo único, que segue o Art. 6º, especifica que as atividades teóricas e práticas devem ser desenvolvidas “sob orientação e responsabilidade” (BRASIL, DECRETO Nº 5.598/2005, Art. 6º, parágrafo único) das entidades prestadoras dos cursos. Posteriormente o capítulo que trata sobre as atividades teóricas e práticas a serem desenvolvidas pelo programa especifica que “as aulas práticas podem ocorrer na própria entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica ou no estabelecimento contratante ou concedente da experiência prática do aprendiz.” (BRASIL, DECRETO Nº 5.598/2005, Art. 23).

Na hipótese de o ensino prático ocorrer no estabelecimento, será formalmente designado pela empresa, ouvida a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, um empregado monitor responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, em conformidade com o programa de aprendizagem. (BRASIL, DECRETO Nº 5.598/2005, Art. 23, § 1º).

Se consultarmos ainda a portaria do MTE Nº 723 DE 23 de abril de 2012, que elaborou “o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAP, destinado ao cadastramento das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas no art. 8º do Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005.” (BRASIL, PORTARIA MTE, Nº 723/2012, Art 1º), a mesma confere a empresa contratante que:

A carga horária prática do curso poderá ser desenvolvida, total ou parcialmente, em condições laboratoriais, quando essenciais à especificidade da ocupação objeto do curso, ou quando o local de trabalho não oferecer condições de segurança e saúde ao aprendiz. (BRASIL, PORTARIA MTE, Nº 723/2012, Art. 11, § 1º)

Desta forma, o local aonde serão ministradas as aulas teóricas e práticas o decreto abre margem para a flexibilização de deixar a encargo do acordo firmado entre a empresa e a entidade que ministra o curso se as atividades teóricas e práticas serão ministradas inteiramente na instituição formadora ou parcialmente dentro da empresa contratante. Sendo que, para este último devem ser respeitadas as especificações impostas no respectivo artigo.

Embora o decreto 5.598/2005 (Art. 20) deixe em aberto a fixação ou não da quantidade de horas teóricas e práticas que cabe a entidade qualificada ministrar, dentro do plano de curso, ao consultarmos a portaria MTE N° 723/2012, esta define que,

Para definição da carga horária teórica do programa de aprendizagem, a instituição deve utilizar como parâmetro a carga horária dos cursos técnicos homologados pelo Ministério da Educação - MEC, aplicando-se, no mínimo, quarenta por cento da carga horária do curso correspondente ou quatrocentas horas, o que for maior. (BRASIL, PORTARIA MTE, N° 723/2012, Art. 10, § 2º).

Ou seja, a carga horária reduzida dos cursos profissionalizantes através da modalidade supracitada sequer atende aos parâmetros adotados pelo MEC. A partir da consulta à legislação pertinente aos programas de aprendizagem foi explícito compreender que, mesmo com a obrigatoriedade de contratação de aprendizes pelas empresas - via contrato de trabalho especial, efetivado em CTPS - o que tem sido garantido a esses jovens é o fornecimento de um *combo aprendiz*: curso profissionalizante e remuneração, o que evidencia o modelo de organização técnico industrial adaptado para o desemprego estrutural e para a modelagem do jovem para aceitar a condição subordinada.

Cônsencia dos riscos políticos e ideológicos dessa contradição, a burguesia busca impor limites ao processo de formação/qualificação profissional e social do trabalhador coletivo. Atenta ao fato de que a ampliação do conhecimento científico e tecnológico necessário às suas necessidades de acumulação constitui um elemento determinante do aumento da demanda dos trabalhadores por educação, a burguesia procura redefinir sua política de formação/qualificação profissional. Essa redefinição tem como objetivo limitar o acesso ao conhecimento técnico-científico a um seletor contingente da força de trabalho, enquanto a grande maioria é atendida por um tipo de qualificação profissional fragmentada e de baixa qualidade.

Se, por um lado, esse tipo de qualificação fragmentada não prepara uma parcela significativa da força de trabalho para apropriar-se da ciência e da tecnologia aplicada na produção, por outro lado, pelo menos, tem o efeito de conformação ética e moral desse segmento da força de trabalho na nova conjuntura excludente do mercado de trabalho. Funciona como uma espécie de educação para o desemprego, na medida em que prepara parcelas significativas da força de trabalho para permanecerem à margem do mercado formal de trabalho, contentadas com subempregos, trabalhos precários, “bicos” ou trabalhos temporários. Mais que isso, prepara essas parcelas da classe trabalhadora para encarar com naturalidade tal situação e a conformar-se com ela. (SOUZA, 2015, p. 64).

As medidas de ampliação do acesso à profissionalização têm sido implementadas pelo governo por meio do discurso de que tais ações ampliam as oportunidades de acesso ao primeiro emprego dos jovens. Embora a legislação inerente a esta modalidade de profissionalização não eleja critérios de acesso que priorizem as camadas populares³⁵, de que jovens estão a ser referir? Conforme será descrito no item 3.3, estes programas de profissionalização são um substancial atrativo para os jovens subalternos, visto a condição financeira precária dos mesmos, aliado ao fetiche de que realização dos cursos profissionalizantes promoveria o acesso ao mercado de trabalho em Macaé.

Dentro da lógica de adaptação dos trabalhadores para a sociedade do desemprego estrutural, os cursos profissionalizantes oferecidos gratuitamente pelo município através do Centro de Educação Tecnológica e Profissional (CETEP), também caminham neste sentido. Na página institucional da instituição é claramente explicitado o objetivo – O “CETEP atua para suprir demanda de mão-de-obra qualificada.” (CETEP, [199-?], não paginado³⁶) – bem como a justificativa de sua implementação.

Em 2006 foi divulgada pela Organização dos Estados Ibero Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, (OEI) o resultado de uma pesquisa baseada em dados entre os anos de 2000 e 2004, onde Macaé era o quinto município mais violento do país em homicídios jovens entre 15 e 24 anos. Diante desta realidade a então vereadora (PT) em Macaé, Marilena Garcia, procura o deputado federal (PT), Jorge Bittar, e se encontra

³⁵ Diferente por exemplo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que identifica o seu público alvo, (estudantes do ensino médio da rede pública, incluindo a modalidade de educação de jovens e adultos - EJA; beneficiários dos programas federais de transferência de renda, entre outros).

³⁶ Disponível em: <http://www.cetepmacae.rj.gov.br/site/v2.0/?page_id=173>. Acesso em: 24 maio 2015.

com o então presidente da república, Lula, acompanhada do prefeito Riverton Mussi (PMDB), objetivando reverter à situação de violência na cidade através da qualificação profissional dos jovens. (CETEP, [199-?], não paginado³⁷).

Porém, a carga horária reduzida dos respectivos cursos, refletem um perverso movimento da política pública de profissionalização, impedindo uma formação integral e politécnica (Saviani, 1989). Os cursos ofertados pelo CETEP, são denominados por “capacitações de iniciação”, o que denotam para uma versão simplificada (em termos curriculares e de carga horária) dos moldes atuais do ensino médio técnico.

Desde 2013, todos os cursos do Cetep passaram a ter carga horária mínima de 120 horas, atendendo à exigência do Ministério da Educação (MEC) para capacitações de iniciação. A partir dessa reformulação e ainda a das grades dos cursos, a procura das empresas junto à Secretaria de Trabalho e Renda por profissionais habilitados pelo Cetep passou a ser diária. Além disso, o tempo de permanência nas firmas se tornou maior, de acordo com o acompanhamento feito pelo órgão. Depois da reestruturação, 2.300 pessoas já se capacitaram pelo Cetep. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ, 2015).³⁸

A critério de comparação, o curso de soldador oferecido pelo CETEP possui a carga horária de 200 horas (Anexo E), enquanto que o mesmo curso, segundo o catálogo nacional de cursos técnicos (CNCT), do Ministério da Educação (MEC) prevê 1200 horas. Ou seja, conforme se refere Saviani (2012, p. 54) sobre o aligeiramento do ensino concedido as camadas populares, este “pode ser aligeirado até o nada, até se desfazer em mera formalidade.”

Apesar dos cursos ofertados no CETEP não atenderem exclusivamente a cadeia produtiva do petróleo (vide Anexo F) foi percebido ações nas regiões periféricas de Macaé, voltadas para inserir o jovem no segmento offshore. Em reportagem veiculada no site da Prefeitura Municipal de Macaé, é dado destaque para o curso de caldeiraria oferecido no Bairro da Nova Holanda em Macaé. Tal iniciativa ilustrada sob o título *Educação no resgate da cidadania* estabelece por objetivo:

³⁷ Disponível em: <http://www.cetepmacae.rj.gov.br/site/v2.0/?page_id=157>. Acesso em: 05 abril 2014.

³⁸ Macaé é o segundo município do Estado na criação de empregos formais. 24/4/2015. Disponível em: <<http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/macaeeosegundomunicipiodoestadonacriacaodeempregosformais>>. Acesso em: 26 maio 2015.

Buscar na educação novas perspectivas de crescimento intelectual e humano é o objetivo dos 53 alunos que frequentam o curso de caldeiraria no Ciep Darcy Ribeiro, no bairro Nova Holanda. A ação desenvolvida pela Prefeitura de Macaé, por meio do Centro de Educação Tecnológica e Profissional (Cetep), é a oportunidade que muitos estão abraçando para sair da situação de vulnerabilidade. (OLIVEIRA, 2014, não paginado³⁹).

De acordo ainda com a reportagem, alunos do curso profissionalizante que já trabalham “estão aproveitando a oportunidade para se qualificar e mudar de profissão” (OLIVEIRA, 2014, não paginado), visto que este é ministrado em horário noturno. O interesse de mudança de foco profissional é um discurso recorrente na região, alimentado pelo discurso da promessa dos altos salários no ramo *offshore* e garantia de emprego, conforme enunciado da segunda parte da notícia:

O salário inicial de caldeireiro é de R\$ 2 mil. Segundo dados da Secretaria de Trabalho e Renda, desde a inauguração da Central do Trabalhador de Macaé (CTM), em 2010, foram cadastrados até o dia dois de setembro de 2014, 1.371 vagas para caldeireiro. (OLIVEIRA, 2014, não paginado).

Com exceção deste curso, que é oferecido gratuitamente pela prefeitura, a estratégia adotada por muitos trabalhadores no intento de ingressar no ramo *offshore* é trabalhar em outro emprego até conseguir subsídios para custear a sua própria profissionalização. No entanto, a inserção do proletariado no segmento *offshore* constantemente é tema de debate na região. Em sessão plenária realizado no município de Macaé, em maio de 2014 foi discutida pelos vereadores a demanda em relação ao curso Salvatagem, (curso Básico de Segurança em Plataforma), obrigatório para trabalhadores embarcados em plataformas de petróleo. O vereador Guto Garcia, que foi secretário de Educação e idealizador do Cetep defendeu a proposta de estabelecer parcerias público-privadas com as empresas que ministram o curso na região, no sentido de que o mesmo pudesse ser ofertado com custo reduzido para a população. Eis a fala do vereador na reportagem.

³⁹ Reportagem. Educação no resgate da cidadania. 15 setembro 2014. Disponível em: <<http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/educacao-no-resgate-da-cidadania>>. Acesso em: 26 maio 2015.

Na minha gestão deixamos a proposta de continuidade para compra de cursos de Salvatagem e Huet, para os jovens que atendessem aos requisitos técnicos e sociais a serem definidos. Esses cursos são requisitos básicos para quem deseja ingressar no mercado offshore. Durante três anos o Cetep executou o projeto de qualificação profissional do Programa de Desenvolvimento Social de Macaé e Região (Prodesmar) e uma das exigências dessa parceria com a Petrobras era que se oferecessem cursos fora da área do Petróleo para que não confrontasse com o Prominp. (SIQUEIRA, 2014, não paginado⁴⁰).

O discurso supracitado revela claramente os interesses políticos por detrás da profissionalização massiva dos jovens trabalhadores. Visto que este convênio firmado com a Petrobras (Prodesmar) especifica a “qualificação profissional de jovens e adultos não exclusiva à cadeia do petróleo” (CETEP, [199-?], não paginado⁴¹), a prefeitura aparentemente busca conseguir parceiras privadas que permitam ampliar os cursos oferecidos pelo CETEP para o segmento *offshore* da cadeia do petróleo. Neste sentido, parcerias do município com o setor privado, visando fortalecer a qualificação principalmente a qualificação no ramo offshore estão em processo de consolidação. Um exemplo é a escola sonda⁴², ação que juntamente com ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, promete permitir um ensino mais prático nas ocupações de plataformista e operações de perfuração.

A leitura que se pode fazer sobre esses cursos ofertados em Macaé, principalmente ao que concerne ao movimento de maior abertura para os cursos do segmento *offshore*, é o direcionamento de recursos públicos para atender estritamente um mercado dependente da exploração do petróleo. Por sua vez, é atendida a demanda das empresas da região, que necessitam de um profissional “qualificado”, mas que não querem arcar com este custo. Logo, repassar esse gasto para os cofres públicos, gera não só mais lucro para a empresa, mas a própria apropriação e controle privado da política pública de formação profissional, que induz as escolhas profissionais dos jovens subalternizados.

A prefeitura de Macaé, visando ainda a capacitação do jovem dito em situação de vulnerabilidade social tem investido em dois programas sociais de qualificação: Programa Nova

⁴⁰ Reportagem. Guto defende curso de Salvatagem a baixo custo. 05 maio 2014. Disponível em: <<http://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/31312/guto-defende-curso-de-salvatagem-a-baixo-custo>>. Acesso em: 13 maio 2015.

⁴¹ CETEP. Disponível em: <http://www.cetepmacae.rj.gov.br/site/v2.0/?page_id=173>. Acesso em: 13 agosto 2014.

⁴² Crise se enfrenta com trabalho. Reportagem em 02. abr. 2015. Disponível em: <<http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/crise-se-enfrenta-com-trabalho>>. Acesso em: 04 abril 2015.

Vida (da secretaria de desenvolvimento social) e Guarda Mirim (da secretaria de ordem pública). A seguir uma síntese sobre ambos os programas, de acordo com as informações contidas nas páginas institucionais do município.

Esta é uma oportunidade de aprendem [sic] a trabalhar, sendo assim incluídos socialmente. Os adolescentes são integrantes de famílias em vulnerabilidade social e o dinheiro no fim do mês representa uma ajuda aos pais e responsáveis, que arcam com a despesa da casa. O projeto ainda contribui para a valorização do estudo, pois para ingressar no Nova Vida é preciso estar apto na escola e ter frequência escolar satisfatória. (BORDALO; BARBOZA, 2014, não paginado⁴³).

Descrito por “trabalho educativo” (BORDALO; BARBOZA, 2014, não paginado), o programa Nova Vida, de acordo ainda com as reportagens contidas na página da secretaria de desenvolvimento social, existe há cerca de 21 anos. Os alunos ingressos são selecionados por meio de processo seletivo que inclui prova de português, matemática e História de Macaé, além de entrevista social. No entanto, é especificado que muitos dos jovens que participam do programa foram encaminhados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ou pelo Conselho Tutelar.

Além do trabalho de meio turno, os alunos obrigatoriamente necessitam frequentar modalidades de aula, ministradas no CETEP, onde são abordadas temáticas

sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quesitos básicos de Informática e Inglês, além de estudos de Português, Matemática, Atendimento ao Cliente, entre outros ensinamentos, como por exemplo, a sistemática e o funcionamento das secretarias municipais. (CETEP, [199-?], não paginado⁴⁴).

Por sua vez, o programa Guarda Mirim, embora oferecido por outra secretaria do município, possui características muito similares ao programa Nova Vida.

O programa Guarda Mirim [...] oferece escolaridade, resgatando a defasagem escolar com a aceleração de estudos, e treinamento básico nos serviços administrativos, encaminhando e acompanhando os adolescentes para empresas conveniadas, como aprendiz, onde permanecerão até os 18 anos. O objetivo é formar jovens para o mercado de trabalho. Antes de começarem a atuar, os guardas mirins passam por curso

⁴³ Reportagem. Nova Vida: inscrições começam em fevereiro. 06 janeiro 2014. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/noticias/leitura/noticia/nova-vida-inscricoes-comecam-em-fevereiro>>. Acesso em: 05 abril 2014.

⁴⁴ Cetep. Disponível em: <<http://www.cetepmacae.rj.gov.br/site/v2.0/?p=273>>. Acesso em: 26 mai, 2015.

de três meses de duração, em horário alternativo ao da escola, com a atividades de cunho social, educativo e esportivo abrangendo aspectos de patriotismo, civismo, cidadania, meio ambiente e trânsito, além de campanhas educativas feitas pela corporação. [...] São assegurados seus direitos trabalhistas e previdenciários, oportunizando o aprendizado profissional e a inclusão participativa, organizativa e crítica no contexto social. (SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA, [199-?], não paginado⁴⁵).

Basicamente ambos os programas possuem o mesmo objetivo, qualificar os jovens entre 14 e 17 anos matriculados na rede pública de ensino para o mercado de trabalho. Outro ponto em comum refere-se ao pagamento do valor equivalente a meio salário mínimo para os jovens e trabalho na condição de aprendizes, em regime de meio expediente, nas empresas conveniadas. O emprego de mão de obra aprendiz nos prédios públicos da prefeitura, também proporciona redução de gastos ao não assumirem o pagamento dos direitos trabalhistas inerentes à mão de obra de carteira assinada.

Os respectivos programas mencionados ao longo desse capítulo caracterizam uma forma de subordinação que é reproduzida como natural nos discursos oficiais, conteúdos programáticos dos cursos profissionalizantes e meios de comunicação, fazendo com que os jovens residentes das regiões periféricas de Macaé sejam tendencialmente levados a acreditar que cabe a eles todo o “mérito” por conseguirem se inserir em um mercado determinado por agentes econômicos dominantes.

Neste contexto é preciso evidenciar o lugar que o capital aprisiona o jovem da região periférica de Macaé. Este apesar de conviver cotidianamente com os desequilíbrios sociais, ambientais e demográficos, fruto de um processo desestruturado de urbanização é levado a naturalizar que cabe a si mesmo a mudança de seu *status quo*. E que tornar-se disponível como mão de obra para o subemprego em programas nos moldes do jovem aprendiz (principalmente em função do atrativo da remuneração equivalente a meio salário mínimo e curso de profissionalização ofertado) é o único caminho possível.

A partir da retrospectiva histórica do ensino profissionalizante em Macaé é verificado o acesso desigual ao saber, posto de modo fragmentado e voltado para o trabalho manual para os jovens subalternos, como uma estratégia de reprodução social que permite a manutenção do sistema de dominação hegemônico vigente. (BOURDIEU, 2011). O que atualmente perpetua a legitimação das desigualdades sociais em torno do ensino profissionalizante se deve ao fato de

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.macaee.rj.gov.br/ordempublica/conteudo?id=1377>>. Acesso em: 26 maio 2015.

que, a partir do momento que a indústria do petróleo chega à região, as políticas sociais passam a atender aos interesses desse setor.

As formas de dominação pela escolarização se estabelecem como a moeda de troca do petróleo e possuem na profissionalização precarizada o seu carro chefe, visando - a partir de um mínimo de instrução concedida - atender aos interesses do capital por mão de obra barata e formada de modo aligeirada para os postos de trabalho de interesse da cadeia produtiva do petróleo ou para manter e reproduzir um exército de reserva industrial minimamente qualificado, que oscila entre o desemprego ou o trabalho informal primordialmente no setor de serviço. A tais relações econômicas capitalistas vigentes são adicionados mecanismos ideológicos que promovem certa aparência de democratização e inclusão social pela promessa de inserção no mercado do petróleo.

Assim, a profissionalização ofertada é uma versão simplificada do ensino médio técnico, que diferem entre si em relação ao tempo de conclusão. Estes cursos de curta duração, que em nada abordam a natureza expropriadora e destrutiva da produção de petróleo e as formas instituídas de dominação de classe, por possuírem um tempo de conclusão reduzido atendem de forma mais rápida a demanda por mão de obra do setor offshore da indústria do petróleo. O que caracteriza a precarização do trabalho, a reprodução da dominação via educação e a naturalização do discurso de progresso, sem considerar os conflitos e impactos ambientais produzidos pela economia do petróleo.

Contudo, entender a estrutura de oferta de cursos profissionalizantes exige a análise de índices sobre emprego de mão de obra na região, verificando a dinâmica de absorção e flutuação desta e conseqüentemente, a estabilidade econômica desse público a quem se destina a política de profissionalização do poder público municipal em parceria com as empresas. Este será o foco dado a seguir.

2.3 A GERAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS EM MACAÉ

Antes de fazer a análise dos dados em relação ao mercado de trabalho em Macaé, com o objetivo de compreendermos sobre o tipo de emprego que se encontra disponível à maior parte dos trabalhadores, é importante refletir sobre os dados mais gerais da cidade acerca da qualidade de vida dos seus habitantes, utilizando para isso um índice bem aceito nos meios científicos, o índice de desenvolvimento humano.

Em relação ao município:

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Macaé é 0,764, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,828, seguida de Renda, com índice de 0,792, e de Educação, com índice de 0,681. (ATLAS BRASIL, 2013, não paginado⁴⁶).

Neste sentido Macaé possui um índice de desenvolvimento humano alto. Em tese seria ótimo a oportunidade de estabelecer moradia em um local onde se vive mais, obtém-se uma boa renda e educação acessível. São resultados gerais que, em tese, reforçam o discurso de progresso e prosperidade propagado pelas instituições de Estado e que endossam a notícia veiculada em plena crise econômica pela prefeitura municipal de Macaé (Figura 4: Reportagem sobre a geração de empregos formais em Macaé.).

⁴⁶ Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em:
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/macaee_rj>. Acesso em 14 novembro 2014.



Figura 4: Reportagem sobre a geração de empregos formais em Macaé.

Após o que foi dito sobre a centralidade da indústria do petróleo e o caráter de fetiche a este associado, principalmente sob o contexto de crise, a reportagem acima demonstraria a ocorrência de uma milagrosa recuperação econômica em Macaé? De acordo com o secretário de Trabalho e Renda, a criação dos postos de empregos formais apontada na reportagem se deve às parcerias firmadas com as empresas para oferecer cursos de capacitação (através de CETEP) o que tem ajudado a fomentar a geração de empregos, uma vez que esses cursos “são ajustados de acordo com as demandas das empresas parceiras.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ, 2015, não paginado⁴⁷).

Se o município é de fato detentor de abundantes postos de trabalhos, a análise do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) - mesma referência mencionada pela

⁴⁷ Reportagem. Macaé é o segundo município do Estado na criação de empregos formais. 24/04/2015. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/noticias/leitura/noticia/macaeeosegundomunicipiodoestadonacriacaodeempregosformais>>. Acesso em: 26 maio 2015.

reportagem supracitada – poderia reiterar o que está sendo dito sobre a grande oferta de empregos existentes em Macaé. De forma minuciosa, a análise dos dados realizada nesta pesquisa abrangeu todo o período de 2014 e no intervalo de tempo entre janeiro de 2007 e dezembro de 2014, segundo a mesma fonte.

O número de empregos totais gerados em 2014 pode ser dimensionado a partir da Tabela 4: Flutuação do emprego formal por setor de atividade em 2014. Foram 57.744 novos postos de trabalho, sendo o setor de serviços o responsável pelo maior número de admissões (28.914). O segundo *ranking* em admissões foi o setor de construção civil, que empregou menos de 50% trabalhadores quando comparado ao setor de serviços. Já o setor do comércio está em terceiro lugar quanto aos postos de trabalho gerados (9.477).

Tabela 4: Flutuação do emprego formal por setor de atividade em 2014.

IBGE Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
SERVICOS	28.914	28.745	169
CONSTR CIVIL	11.881	12.076	-195
COMERCIO	9.477	9.259	218
IND TRANSF	6.687	6.525	162
EXTR MINERAL	325	958	-633
SERV IND UP*	281	177	104
AGROPECUARIA	174	166	8
ADM PUBLICA	5	3	2
Total	57.744	57.909	-165
*Serviços industriais de utilidade pública			
Fonte: CAGED. Jan - Dez 2014. Adaptado pela autora.			

Porém, o dado que desperta a atenção na Tabela 4, refere-se ao saldo negativo (-165) entre o número de admitidos e desligados ao longo de 2014. O elevado número de demissões nos setores de indústria extrativa (-633) e construção civil (-195) contribuíram fortemente para que se atingisse uma flutuação de empregos formais negativa. Isso porque, ou o número de admissões é reduzido e acompanhado de um elevado número de demissões (ex.: O setor extrativo mineral) ou há elevado número de admissões e também demissões no mesmo setor (ex.: Construção civil).

Se compararmos ainda a flutuação do emprego formal por setor de atividade em 2014 (Tabela 4) com o número de admissões em 2010/2013, (

Tabela 5) fica evidente, por exemplo, a nítida redução das contratações no setor da indústria extrativa mineral no período de crise. Este setor, que contrata em média 10 mil

trabalhadores formais por ano, em 2014 gerou 355 postos de trabalho formais. Já a construção civil, que contratou praticamente o dobro de trabalhadores formais em 2014 (11.881), quando comparado à média anual 2010/2013 (5.763) demitiu um contingente ainda maior do que admitiu em 2014. Estas drásticas flutuações contribuíram para o saldo negativo observado na Tabela 4.

Tabela 5: Número de admissões 2010/2013 por setor e gênero em Macaé

IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total	Media Anual
SERVICOS	32.749	17.327	50.076	16.692
EXTR MINERAL	27.066	3.339	30.405	10.135
CONSTR CIVIL	16.131	1.158	17.289	5.763
COMERCIO	9.279	6.594	15.873	5.291
ADM PUBLICA	4.842	10.562	15.404	5.135
IND TRANSF	12.001	2.540	14.541	4.847
SERV IND UP	446	112	558	186
AGROPECUARIA	427	54	481	160
Total	102.941	41.686	144.627	48.209
Fonte: RAIS/MTE. 2010-2013. Adaptado pela autora.				

No entanto, o elevado número de demissões em 2014, claramente intensificado em alguns setores (Tabela 4), como por exemplo, na indústria extrativa mineral e construção civil (que apresentaram flutuação de emprego formal negativa), não pode ser justificado somente pelo contexto da crise do petróleo. Analisando a Tabela 6: Ocupações que mais admitiram trabalhadores formais em Macaé. Jan 2007 - Dez 2014, dos nove cargos ocupam este *ranking* é perceptível a elevada flutuação dos empregos formais, em função dos altos índices de demissão, mesmo com o período de tempo a abranger um intervalo maior. Ou seja, contrata-se muito, mas também se demite muito.

Tabela 6: Ocupações que mais admitiram trabalhadores formais em Macaé. Jan 2007 - Dez 2014

	Ocupações	Salário Médio	Admissões	Desligamentos	Saldo
1	Servente de Obras	674,36	20.657	16.779	3.878
2	Vendedor de Comercio Varejista	673,27	19.473	18.774	699
3	Auxiliar de Escritorio, em Geral	909,88	19.468	16.959	2.509
4	Operador de Telemarketing Receptivo	523,2	15.793	15.987	-194
5	Assistente Administrativo	1423,5	12.654	11.320	1.334
6	Pintor de Estruturas Metalicas	1.264,99	10.086	7.629	2.457
7	Operador de Caixa	682,27	7.968	7.366	602
8	Caldeireiro (Chapas de Ferro e Aco)	1291,27	7.857	6.932	925
9	Soldador	1598,88	7.233	7.159	74
Total			121.189	108.905	12.284
Media salarial		1.004,62			
Fonte: CAGED. Jan 2007 - Dez 2014. Adaptado pela autora.					

A tendência em relação ao elevado número de demissões se mantém quando observamos as ocupações que admitiram mais de mil trabalhadores formais em 2014 (Tabela 7: Macaé: Ocupações que admitiram mais de mil trabalhadores formais. Período Jan-Dez 2014.). Quando comparamos ainda a Tabela 7: Macaé: Ocupações que admitiram mais de mil trabalhadores formais. Período Jan-Dez 2014. com a Tabela 6, se observa que os cargos que mais admitiram em Macaé são praticamente os mesmos daqueles observados em 2014 (exceto na nona posição em que há substituição da ocupação de faxineiro, pelo cargo de soldador), com a única diferença em relação à disposição no ranking de admissões.

Tabela 7: Macaé: Ocupações que admitiram mais de mil trabalhadores formais. Período Jan-Dez 2014.

	Ocupações	Salário Médio	Admissões	Desligamentos	Saldo
1	Auxiliar de Escritorio, em Geral	1.015,16	2.607	2.619	-12
2	Pintor de Estruturas Metalicas	1.629,71	2.604	1.860	744
3	Servente de Obras	983,65	2.587	2.226	361
4	Vendedor de Comercio Varejista	972,86	2.502	2.595	-93
5	Operador de Telemarketing Receptivo	791,46	2.086	2.851	-765
6	Assistente Administrativo	1.762,50	1.707	1.630	77
7	Caldeireiro (Chapas de Ferro e Aco)	1.807,72	1.618	1.382	236
8	Operador de Caixa	949,45	1.118	1.047	71
9	Faxineiro	920,56	1.038	1.005	33
Total			17.867	17.215	652
Media salarial		1.203,67			
Fonte: CAGED. Jan - Dez 2014. Adaptado pela autora.					

Em alguns cargos, como por exemplo, “Operador de Telemarketing Receptivo”, o saldo entre os desligamentos e demissões chega a atingir um valor negativo (-765). Para a

compreensão deste elevado balanço negativo na respectiva ocupação, também presente, embora que em menor escala, no período entre Jan 2007/dezembro 2014 (Tabela 6) seria necessário um maior aprofundamento sobre as condições de trabalho sobre as quais se promovem o cargo de Operador de Telemarketing.

É importante ressaltar que a oferta de vagas nesta ocupação em particular é potencialmente favorecida em função da existência de uma empresa de *call Center*⁴⁸ instalada na região. Esta potencialmente representa um grande atrativo para os jovens que buscam o primeiro emprego no município. Isso porque, a referida empresa dispõe de regime de expediente reduzido (6h20 por dia), além de contratar sem exigir experiência na área (pois oferece o treinamento técnico necessário), e também empregar jovens que ainda estão cursando a 2ª ou 3ª série do ensino médio - desde que possuam a idade mínima de 18 anos⁴⁹.

O que podemos compreender no decorrer da análise em relação aos cargos e setores que mais empregam em Macaé é que se faz presente uma *alta rotatividade de trabalhadores*, o que gera a impressão de constante oferta de empregos. Essa característica abre para a necessidade de futuras investigações que analisem as condições de trabalho dos empregos que são ofertados na região. Porém, os indícios que a análise quantitativa nos fornece é que as empresas instaladas na região, não disponibilizam cargos com garantia de empregabilidade em longo prazo. A flexibilização das relações de trabalho, sob as quais se promovem os contratos das empresas terceirizadas com o trabalhador são efêmeras, além de não garantirem estabilidade para a economia do município.

É interessante observar que o setor que mais emprega na capital nacional do Petróleo não é a indústria extrativa e sim o setor de serviços. Aliás, em um panorama mais amplo, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014, não paginado⁵⁰) a “evolução do PIB brasileiro tem sido influenciada significativamente pelo setor terciário [comércio e serviços]”. O impulso que o setor de serviços exerce em Macaé pode ser observado na Tabela 4. Somente este setor foi o responsável em 2014 por mais de 50% (28.914)

⁴⁸ A BrasilCenter Comunicações é uma empresa de *call center*, que oferece os serviços de SAC, cobrança e vendas. Disponível em: <<http://www.brasilcenter.com.br/QuemSomos>>. Acesso em 10 maio 2015.

⁴⁹ Reportagem. Empresa de call center oferece 400 vagas em Macaé, no Rio de Janeiro. 30/01/2013. Disponível em: <<http://extra.globo.com/emprego/empresa-de-call-center-oferece-400-vagas-em-macaee-no-rio-de-janeiro-7441175.html>>. Acesso em 10 maio 2015.

⁵⁰ Reportagem. A Importância do Setor Terciário. Secretaria de Comércio e Serviços – SCS. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=4485>>. Acesso em: 11 maio 2015.

dos empregos gerados no município, visto que todos os outros setores, excluindo o setor de serviços, geraram juntos 28.830 empregos formais. Devido a esta expressiva oferta de empregos no setor de serviços é que o número de empregos gerados em 2014 manteve-se acima da média (57.444) quando comparado ao período de 2010/2013 (média anual de 48.209 ocupações). Não podemos esquecer, no entanto, que estas admissões também são seguidas de demissões (28.745) nas mesmas proporções, acompanhando a tendência já discutida anteriormente.

O elevado número de contratações no setor de serviços também não deve ser tratado por diversificação da economia. Pois apesar de ser um setor não ligado estritamente à cadeia do petróleo, este está diretamente relacionado ao aumento da “expansão da renda e do consumo”, que somente se sustenta em função do contingente populacional flutuante que se instala na cidade enquanto há oferta de emprego. No caso do esvaziamento da cidade, fruto do resfriamento do mercado do petróleo e as subsequentes demissões em massa, o consumo necessário para a manutenção do setor de serviços também é diminuído.

Outra característica presente nos empregos disponibilizados no município de Macaé se refere à questão de gênero. Apesar de uma distribuição igualitária da população por sexo, segundo os grupos de idade (IBGE, 2010. Figura 5), as vagas disponíveis no mercado são majoritariamente ocupadas por homens. Conforme pode ser evidenciado

Tabela 5, somente no setor de serviços (que mais empregou no município) 65% dos cargos foram ocupados por homens. Porém a diferença mais acentuada ocorre na indústria extrativa mineral (segundo setor que mais empregou no período 2010-2013), com 89% dos cargos sendo ocupados pelo gênero masculino.

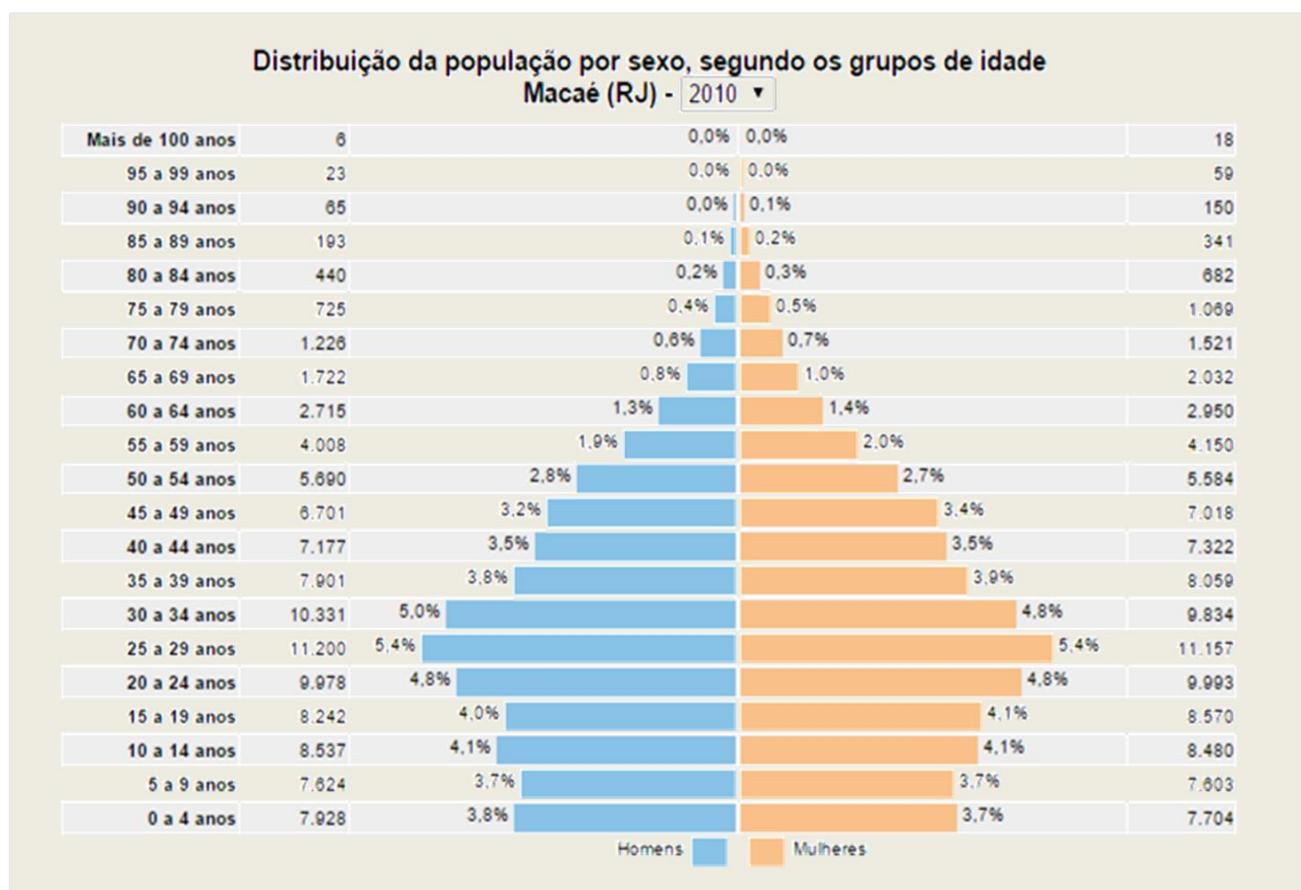


Figura 5: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade em Macaé. (IBGE, 2010).

Apesar do contexto de crise do setor petrolífero, o município sob a máxima da propaganda *crise se enfrenta com trabalho*, considera segundo o secretário de Trabalho e Renda que “esse é o momento do trabalhador se reciclar e qualificar, não ficar dando murro em ponta de faca.” (Brust, 2015, não paginado⁵¹). A formação oferecida pelo CETEP neste sentido é tratada como referência para sanar esta demanda. Adicionalmente de com o secretário de trabalho e renda do município,

[...] é tempo de investir na carreira, buscar conhecer as **necessidades do mercado**, que sempre se renovam, e se qualificar. Quando novas portas se abrirem, é preciso estar preparado para elas. Macaé já é referência nessa área. Desde 2013, a Prefeitura formou quase cinco mil trabalhadores em mais de 50 cursos com carga horária

⁵¹ Reportagem. Crise se enfrenta com trabalho. 02 abril 2015. Disponível em: <<http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/crise-se-enfrenta-com-trabalho>>. Acesso em: 04 abril 2015.

obrigatória. Os da área offshore alcançam quase 90% de empregabilidade”. (LISBOA, 2015, não paginado, grifo da autora⁵²).

Ao se analisar as “necessidades do mercado” em relação à escolaridade que é exigida para ocupar as vagas de emprego ofertadas no município de Macaé (Tabela 9) é percebida certa incoerência em relação ao critério exigido pelos cursos de qualificação (Tabela 8) e a demanda do mercado. A partir da procura de vagas de empregos ⁵³ nas nove ocupações que mais admitiram trabalhadores no período entre janeiro de 2007 e dezembro de 2014 foi percebido que o grau de escolaridade exigido pelo mercado na maioria das ocupações possuía um patamar mais elevado quando comparado ao critério estabelecido para se cursar as qualificações.

Tabela 8: escolaridade exigida pelos cursos de qualificação.

OCUPAÇÕES	CURSOS CETEP-MACAÉ	GUIA PRONATEC ¹	GUIA OMPETRO
Ajudante ¹ /Auxiliar / Servente de Obras	NO	Ensino Fundamental I Incompleto	NO
Vendedor	NO	Ensino Fundamental Completo	NO
Auxiliar ¹ / Assistente administrativo e/ou escritório	Ensino Fundamental	Ensino Médio Incompleto	NO
Operador de Telemarketing	NO	Ensino Fundamental II Incompleto	NO
Pintor Industrial	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental II Incompleto	NO
Operador de Caixa	NO	Ensino Fundamental II Incompleto	NO
Caldeireiro	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental II Incompleto	Ensino Fundamental
Soldador	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental completo / I ou II Incompleto	Ensino Fundamental
Observações: NO - Não Ofertado.	CETEP-MACAÉ: Centro de Educação Tecnológica e Profissional.	PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.	OMPETRO: Organização dos Municípios Produtores de Petróleo
Fonte: Elaborado pela autora.			

⁵² Reportagem. Macaé traça estratégia para enfrentar crise. 12 março 2015. Disponível em: <<http://www.macaee.rj.gov.br/agetrab/leitura/noticia/macaee-traca-estrategia-para-enfrentar-crise>> Acesso em: 04. abr. 2015.

⁵³ Devido à precariedade de informações de escolaridade exigida para a ocupação do cargo nas vagas de emprego pesquisadas foi estabelecido o critério mínimo de três ofertas de emprego por cargo (exceto para Operador de Telemarketing Receptivo. Para este último foi assumido o critério de escolaridade adotado pela empresa Brasil Center Comunicações, que contribui substancialmente para o elevado número de contratações em Macaé, neste setor).

Tabela 9: Escolaridade exigida pelo mercado de trabalho.

CARGOS	VAGAS DE EMPREGOS EM MACAÉ
Ajudante ¹ /Auxiliar / Servente de Obras	Ensino Fundamental Incompleto ou Completo
Vendedor	Médio Completo
Auxiliar ¹ / Assistente administrativo e/ou escritório	Médio Completo
Operador de Telemarketing	Ensino Médio Incompleto ou Cursando 2º/3º Ano*
Pintor Industrial	Médio Completo
Operador de Caixa	Médio Completo ou Cursando Último Ano
Caldeireiro	Médio Completo
Soldador	Médio Completo
Observações: NO - Não Ofertado. *critério adotado pela empresa Brasil Center Comunicações (que contribui substancialmente para o elevado número de contratações em Macaé, neste setor).	Foram consultadas diversas ofertas de emprego por cargo. Porém muitas destas não especificavam a escolaridade necessária. Em função da referida precariedade de informações foi estabelecido o critério mínimo de três ofertas de emprego (Exceto*) por cargo, que especificassem a escolaridade necessária para a ocupação do cargo.
As vagas de emprego foram pesquisadas nas páginas eletrônicas: VagasRio (http://www.vagasrio.com.br/) ; Indeed (Disponível em: http://www.indeed.com.br/) ; SINE (Disponível em: http://www.sine.com.br/) ; EmpregosOffshore (Disponível em: http://www.empregosoffshore.com.br/) ; Vagas de Emprego Macaé (Disponível em: https://www.facebook.com/pages/VAGAS-DE-EMPREGOS-MACA%C3%89/445768148863820?fref=ts) ; Secretaria de Trabalho e Renda - Macaé (Disponível em: http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/catalogo/semtre/index/mural). Acesso em: 09. mai. 2015.	
Fonte: Elaborado pela autora.	

Conforme pode ser percebido na Tabela 8, foi feita menção à escolaridade exigida pelos cursos de qualificação segundo a Ompetro. Essas respectivas informações foram extraídas da cartilha produzida pela referida instituição no ano de 2014, denominada de *Indústria Do Petróleo e Gás. Mercado e Profissões*, e que define por objetivo:

O objetivo desta cartilha é mostrar aos jovens do ensino fundamental e médio a importância da qualificação profissional, onde o trabalho e a renda são essenciais para a qualidade de vida da população. [...] Esta cartilha é uma fonte de informação aos jovens sobre a oferta dos cursos e desperta o interesse para áreas que atendam ao mercado existente na região. (OMPETRO, 2014, p. 05).

A presente cartilha busca suprir a aparente carência de informações sobre o mercado de trabalho em Macaé voltado para a cadeia produtiva do petróleo e assim *sanar o desencontro* das “empresas procuram profissionais qualificados e não encontram, e trabalhadores desqualificados procuram empregos e não encontram.” (OMPETRO, 2014 p. 03). Ou seja, o debate sobre a inserção no mercado de trabalho em Macaé é superficializado, reforçando a responsabilização do indivíduo e a justificativa ideológica de que o não ingresso no setor de

petróleo e gás se dá em função do jovem não possuir a qualificação necessária, cabendo a este o empenho e o mérito em consegui-la.

Conforme especificado na citação acima, a cartilha dispõe por público alvo o jovem. Porém, de que jovens estão se referindo? Para quem são direcionadas? As profissões disponibilizadas nesta cartilha possuem escolaridade máxima, para a inserção nos cursos profissionalizantes, o ensino médio. Os cursos superiores de tecnologia, por exemplo, as engenharias, que existem na região norte fluminense, em momento algum são citadas. Embora não seja pretendido neste trabalho abordar a questão do ensino superior, este caso em particular demonstra os sutis mecanismos de dominação e legitimação das desigualdades por uma fração dominante que condiciona o lugar de classe do subalterno dentro do mercado de trabalho.

3 A PERSPECTIVA DO JOVEM MORADOR DO LAGOMAR

Este capítulo foi dedicado à análise das entrevistas realizadas com onze jovens do bairro Lagomar, em Macaé/RJ e duas lideranças locais. Em função da precariedade de trabalhos voltados para a região Norte Fluminense pós chegada do petróleo, que trouxessem a perspectiva dos trabalhadores e suas famílias inseridos neste contexto, a presente pesquisa, nessa etapa e mediada pelas análises dos dados e das categorias teóricas tratadas no dois primeiros capítulos, buscou compreender a trajetória de jovens do Lagomar no que tange à formação e trabalho pretendidos pelos mesmos, em paralelo à trajetória de vida de cada um dos entrevistados.

A pesquisa teórica e documental, aliada ao conhecimento que pode ser assimilado da fala dos jovens entrevistados, as condições de vida dentro do bairro Lagomar e a realidade cotidiana destes jovens, clarificaram o entendimento da pesquisadora em relação aos mecanismos de naturalização e fetiche impostos pelo capital. Ou ainda, de que forma estes jovens são canalizados para determinados nichos precarizados na capital nacional do petróleo e que muitas vezes são enxergados por estes mesmos como único caminho possível de ser alcançado.

Por meio de entrevistas semiestruturadas os jovens se sentiram à vontade para expor suas ambições profissionais, seus sonhos de vida e de maneira geral, qual o panorama que possuíam em relação a formação e trabalho em Macaé. No contato com os jovens foi possível conhecer ainda, embora parcialmente, o contexto socioeconômico das famílias migrantes que residem nas regiões periféricas do município, visto que a maioria dos jovens entrevistados não haviam nascido em Macaé.

Em campo foram aprendidos ainda novos dados em relação às oportunidades de profissionalização existentes na capital nacional do petróleo e que despertavam interesse nos jovens entrevistados. O que resultou em um movimento de retorno à teoria para preencher a lacuna em relação aos programas de aprendizagem profissionalizantes em empresas conhecidos popularmente por jovem aprendiz.

3.1 METODOLOGIA DE CAMPO

Para a coleta de dados em campo foi utilizado o método qualitativo através de entrevista semiestruturada, o que abrangeu a elaboração de roteiro prévio contendo perguntas fechadas (do tipo: binárias e de múltipla escolha) e abertas (descritivas) relacionadas ao cerne da pesquisa sobre formação e trabalho dos jovens no bairro Lagomar, em Macaé/RJ. As perguntas consideradas "fechadas" (elaboradas para a obtenção de informações básicas) foram incluídas no início da entrevista e dispostas sob a forma de organograma (Apêndice 2) para facilitar o diálogo inicial com o jovem. Para tanto o organograma foi entregue ao entrevistado, o que permitiu que o mesmo explorasse o conteúdo inicial das perguntas tanto de forma oral quanto visual. Já as perguntas do tipo "abertas", que requerem um processo mental de maior complexidade foram abordadas somente através da oralidade pela entrevistadora (Apêndice 3), visto que necessitavam ser rearranjadas conforme o encaminhamento da entrevista e o tipo de resposta/informação que o entrevistado está a fornecer.

O roteiro foi estruturado visando basicamente coletar informações sobre escolaridade, formação pretendida, trabalho e dados socioeconômicos do jovem morador do bairro Lagomar, na faixa etária entre 14 e 24 anos. A justificativa para o recorte em função desta faixa etária é que potencialmente permitiu abranger o jovem legalmente capaz de estar inserido em programas sociais de profissionalização (entre 14 e 17 anos) ou no mercado de trabalho (entre 18 a 24 anos).

Para a ida em campo (em 28/08/2015) inicialmente foi conseguido o agendamento de 3 jovens (que receberam posteriormente a nomenclatura E4, E5 e E7) dentro dos critérios supracitados. Adicionalmente foram convidados para participar de entrevista em caráter mais simplificado, a senhora Nilcia Liz o senhor Renato da Silva Lyrio, lideranças locais relacionadas a projetos culturais e esportivos dentro do bairro Lagomar.⁵⁴ Assim, a partir da vivência destas duas pessoas, esperou-se elencar mais informações sobre as condições de vida do jovem do Lagomar. O questionário utilizado com os coordenadores encontra-se no Apêndice 4.

⁵⁴ É importante mencionar que foi dada a opção aos respectivos coordenadores de manter o sigilo de seus nomes. No entanto, os mesmos em função da atividade que desempenham dentro do Lagomar preferiram que fossem veiculados seus verdadeiros nomes.

Esta primeira ida em campo esteve condicionada à disponibilidade do entrevistado C2. Pois foi premeditado que a partir deste contato houvesse a possibilidade de acesso a outros jovens do Lagomar, para além daqueles inicialmente agendados, visto que C2 ministra aulas de *jiu-jitsu* dentro do Lagomar, com o foco para o público infanto-juvenil. De maneira geral o vínculo com os entrevistados até o momento especificados (E4, E5, E7, C1 e C2) foi estabelecido ainda no período da pesquisa exploratória em 2014, ocasião em que a pesquisadora através da atuação junto ao projeto social do Instituto Nil Liz, - que promovia aulas de Balé e Jiu-jitsu dentro da própria comunidade para jovens entre 4 e 17 anos - pôde intermediar o contato com alguns jovens moradores do Lagomar. O acesso a estes entrevistados, de conhecimento prévio da entrevistadora foi mantido pelas redes sociais, o que possibilitou a captação de informações parciais por exemplo em relação à idade e atuação profissional.

As informações que a pesquisadora conseguiu obter antes da realização das entrevistas e o modo pelo qual se estabeleceu o primeiro contato com o grupo de entrevistados motriz - alocados para critério de estruturação dentro de “grupo alfa” – podem ser visualizados no Apêndice 1. A partir dos participantes deste primeiro grupo que indicaram outros pares para participarem da entrevista, mais jovens passaram a compor a pesquisa. Por sua vez, estes novos participantes sugeriram um vizinho por exemplo, que também poderia chamar um amigo e assim por diante. É importante enfatizar que o critério da idade e a moradia estabelecida dentro do bairro Lagomar foram as únicas exigências apresentadas para que os participantes pudessem sugerir conhecidos.

No entanto, dentro deste critério de escolha estabelecido foi percebido que as indicações dos entrevistados abordados foram somente de pares masculinos. O que gerou por resultado 09 jovens masculinos entrevistados para somente um jovem do gênero feminino (E4). Sendo que esta última por pertencer ao grupo alfa, já era um contato prévio estabelecido pela entrevistadora. O fato dos entrevistados serem majoritariamente do sexo masculino prejudicou uma das perguntas dentro da categoria Profissão pretendida.

A pergunta mencionada acima se tratava de saber se a jovem achava que a sua condição de gênero diminuiria suas chances de acesso ao mercado de trabalho em Macaé em alguma carreira em específico. As respostas das entrevistadas seriam confrontadas os dados que indicavam no setor de serviços 65% dos cargos sendo ocupados por homens. E na indústria extrativa mineral esse valor chegaria a 89% segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), no período correspondente a 2010/2013 para o município de Macaé, previamente

analisados no item 2.3. Seria explicado ainda que essa diferença não se dava pela suposição de existirem mais homens do que mulheres em Macaé, visto que as estatísticas do Ibge (2010) comprovaram que a respectiva distribuição no município era igualitária.

No total 10 jovens foram entrevistados e embora houvesse outros interessados em participar, em função das categoriais fundamentais sobre trabalho e carreira em correspondência aos processos sociais relacionados a família, escolaridade, condição de vida – que independiam de gênero - ao longo do respectivo número de entrevistados delinearam um perfil similar, as entrevistas foram concluídas. O que totalizou um material de áudio de aproximadamente 7h (considerando uma média 40 minutos para cada jovem entrevistado).

No intuito de permitir uma visão mais ampla e assim facilitar a análise, as informações obtidas durante as entrevistas foram organizadas em tabelas por categorias de perguntas, com a identificação de seus interlocutores. (E1, E2, [...], E10). Nos apêndices 5 a 11 podem ser visualizadas algumas das tabelas, por meio das quais a pesquisadora iniciou a análise das entrevistas. Em função da dimensão de algumas tabelas, que por conterem trechos extensos de entrevistas somente poderiam ser visualizadas na íntegra em ferramenta apropriada, optou-se por colocar o conteúdo das mesmas de forma descritiva, ao longo das respectivas análises.

As entrevistas cedidas pelo senhor Renato e a senhora Nílcia também foram abordadas de forma descritiva, vindo a complementar o entendimento sobre questões inerentes as escolhas de vida do jovem do Lagomar mediadas pelas condições sociais existentes dentro de Macaé e que permeiam suas escolhas de formação e carreira pretendida. A partir da organização e análise das respectivas tabelas, as entrevistas foram posteriormente estruturadas em 04 categorias: (I) caracterização socioeconômica; (II) atividades remuneradas; (III) profissão pretendida e (IV) local de moradia.

3.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

O eixo temático *(I) caracterização socioeconômica* agrupou as informações sobre o núcleo familiar que reside com o entrevistado (número de pessoas que compartilham a mesma residência, renda mensal, escolaridade e profissão dos responsáveis) e do próprio entrevistado (idade, município de origem, idade de chegada ao Lagomar, se possui filhos, estado civil, escolaridade, tipo de escola frequentada – pública, particular ou ambas – e se já cursou supletivo). As respectivas informações podem ser visualizadas nos apêndices 5 a 9.

A partir da análise do eixo temático supracitado podemos notar que os jovens entrevistados possuíam entre 14 e 22 anos. De maneira geral, as faixas etárias mostraram-se bem distribuídas visto que estas somente não abrangeram as idades de 17, 20 e 21 anos, como pode ser visto na Tabela 10. A partir desta tabela é possível verificar também que 05 jovens possuíam menos de 18 anos, enquanto que 05 jovens possuíam idade igual ou superior a 18 anos.

Tabela 10: Distribuição dos jovens por faixa etária.

Idade	Número de jovens (total: n = 10)
14 anos	2
15 anos	2
16 anos	1
18 anos	3
19 anos	1
22 anos	1

Elaborado pela autora.

Foram ainda entrevistados três pares de irmãos. E5 (18 anos) e E7 (16 anos); E3 (18 anos) e E8 (15 anos); E9 (14 anos) e E10 (19 anos). Apesar deste caráter diminuir parcialmente o universo de famílias que se poderiam ter acesso, a pesquisadora aproveitou a oportunidade para tentar averiguar a importância da trajetória do irmão mais velho para delinear as opções de cursos e carreiras dos irmãos mais novos. O último caso (E9 e E10) foi tratado como duas famílias distintas em função de E10 morar em outra residência com a esposa. A discussão sobre a questão da trajetória dos respectivos irmãos no que diz respeito a escolha de cursos e carreiras será retomada à frente na análise das categorias correspondentes.

Adicionalmente a comparação entre as informações gerais passadas pelos entrevistados irmãos sobre a idade de chegada ao Lagomar gerou respostas distintas entre 02 pares de irmãos. E3 diz que chegou ao Lagomar com oito anos de idade, comparando com a data de nascimento que foi em 1997 (dia e mês em sigilo, porém também foram levados em consideração nos cálculos), o ano de chegada ao Lagomar teria sido 2005. No entanto, realizando os mesmos cálculos, porém a partir das informações fornecidas por E8, o ano de chegada ao Lagomar teria sido 2006. O mesmo ocorre em relação a disparidade entre a idade de chegada dos irmãos E5 e E7. Esta informação desconstruída pode significar que, ou os respectivos irmãos chegaram em momentos distintos ao Lagomar, por motivos que não foram explicitados pelos entrevistados, ou a noção do tempo em que residem no Lagomar é diferenciada, em função da relação que cada um destes possui com o bairro. No entanto, a referida informação, aparentemente divergente, não influencia na análise do que está sendo proposto nesta pesquisa.

Ao que se refere ao município/Estado de origem dos jovens entrevistados, embora 04 destes tenham nascido em Macaé, a maioria deles migraram para o bairro Lagomar especificamente com idade igual ou menor a seis anos de idade, o que denota para um bom conhecimento a respeito da realidade do bairro. Nenhum dos entrevistados possuíam filhos, todos moravam ainda com a família de origem e eram solteiros (exceto E10 que já morava com a esposa).

A maioria dos entrevistados haviam estudado somente em escola pública (08), e alguns haviam cursado as modalidades de ensino pública e particular (02). Sobre a escolaridade dos jovens entrevistados: 05 jovens estavam a cursar o ensino médio; 03 jovens o ensino fundamental II em andamento; 01 jovem havia concluído o ensino médio (E1) e 01 jovem (E10), que havia evadido a escola, possuía o ensino fundamental II incompleto.

No caso de E10, quando perguntado o motivo pelo qual o mesmo evadiu a escola, o mesmo respondeu que "Porque comecei a trabalhar, porque eu queria ter uma coisa melhor pra mim, minhas coisas. [...] Aí eu saí. Mas eu pretendo voltar." (E10. 03'08"). O jovem E10 estava com dezessete anos quando saiu da escola e no momento da entrevista, com 19 anos, estava a trabalhar como carteira assinada na função de porteiro, em uma pousada local.

Já o entrevistado E1, embora tivesse concluído os estudos básicos, conforme será descrito na subcategoria profissão pretendida, o mesmo não havia conseguido se estabelecer na carreira pretendida de técnico de mecânica. No momento da entrevista, E1 estava concluindo o

curso técnico em Mecânica, que por ser particular, estava a ser pago com a remuneração recebida na atividade de garçom (carteira assinada).

De modo geral, a maioria dos jovens estava na série correspondente à respectiva idade. No caso de E10, o mesmo passou por aceleração de estudos, da quinta para a sexta série foi para suprir um determinado período que a turma havia ficado sem professores. Vale ressaltar a fala trazida, em caráter adicional, por um jovem de 13 anos, que estava a acompanhar as entrevistas.⁵⁵ Este havia acelerado a quarta e quinta séries e quando perguntado sobre o motivo da referida aceleração, expôs que a escola o considerou muito avançado para a turma regular, em função de seu bom desempenho e por isso resolveram migrar o jovem para a turma de supletivo existente na escola.

Assim, eles da escola, já tavam vendo que eu já tinha evoluído aquela série, não era minha série, eles mandaram eu pra de manhã e de manhã tinha supletivo, aí eu peguei e fiz. Eu e uns colegas. (JOVEM DE 13 ANOS. 04'55").

O jovem de 13 anos considerou que foi vantajosa a oportunidade de poder ter avançado de série. No momento da entrevista estava a cursar a série correspondente a sua idade. No entanto pretendia fazer a aceleração dos estudos novamente, visto que desejava terminar os estudos mais rápido para trabalhar. Alegou ainda que a própria escola o motiva para avançar de série, em função de seu bom rendimento na série atual.

Sobre a composição do núcleo familiar dos jovens entrevistados, a partir do que foi relatado pelos 10 jovens entrevistados, as respectivas informações levantadas agregaram dados sobre 08 famílias distintas do Lagomar. Isso porque devemos considerarmos que 03 pares de irmãos foram entrevistados e somente 02 pares conviviam na mesma residência. No par de irmãos E9 e E10, um destes (no caso E10) já havia constituído seu próprio núcleo familiar. Ou ainda, se buscarmos analisar as informações referentes aos responsáveis (profissão e escolaridade por exemplo), a pesquisa abrangeu o universo de 07 famílias, considerando os 03 pares de irmãos que possuíam a mesma ascendência entre si.

De maneira geral, ao que remete as informações coletadas sobre os responsáveis, o que abrangeu o universo de 07 famílias distintas, todos os entrevistados mencionaram o pai e mãe,

⁵⁵ O jovem de 13 anos era morador do bairro Lagomar, amigo de alguns dos demais entrevistados manifestou o desejo de participar da entrevista. No entanto, em função do critério de idade adotado, o mesmo não entrou no quadro de entrevistados.

sendo que alguns dos entrevistados quando perguntados sobre a profissão dos responsáveis se referiram também, além dos pais, a outros membros do núcleo familiar que residiam junto com o mesmo e aparentemente contribuía com a renda familiar (padrasto, irmão ou avô). Através do relato dos entrevistados foram contabilizados que 06 dessas famílias possuíam pais divorciados, onde os jovens residiam somente com a mãe ou adicionalmente com o padrasto.

Assim considerando os responsáveis desses jovens sendo os pais, num universo de 07 famílias (7 pais e 7 mães), entre os entrevistados que souberam especificar a escolaridade de seus pais obtivemos no total 10 dados sendo que: a maioria possuía o ensino médio completo (04); fundamental incompleto (03); ensino superior (01); Ensino médio incompleto (01) e fundamental completo (01). Foi observado ainda que os jovens de 05 núcleos familiares não souberam especificar a profissão e/ou escolaridade do pai, e os jovens de um desses núcleos ainda não explicitou a profissão da mãe. Porém, não foram aprofundados nesta pesquisa os possíveis motivos para o não conhecimento e/ou omissão destas informações por parte dos jovens entrevistados. Por esse motivo não se pode estabelecer por exemplo, se haveria certo distanciamento entre pai e filho (s) em função dos divórcios dos pais ocorridos na maioria desses lares.

A profissão pretendida ou já exercida pelos filhos na maioria dos casos não possuiu relação com as profissões dos pais. Este paralelo somente pode ser observado somente nos casos dos irmãos E3 e E8 (posteriormente aprofundado na subcategoria profissão pretendida), que no momento da entrevista trabalham na oficina mecânica do pai e possuíam por profissão pretendida a mesma área e E5 que estava a trabalhar ajudando no restaurante do pai e ainda pretendia seguir na mesma carreira de formação do pai (no caso, soldador).

Dentro do contexto de 08 famílias distintas abrangidas nesta pesquisa, *o núcleo familiar era composto por número igual ou menor a três pessoas*. Sobre a renda mensal familiar, esta compreendeu a faixa média entre 01 a 03 salários mínimos. Na maioria dos casos, em que os jovens ainda moravam com os responsáveis e possuíam pais separados (08 jovens), a renda familiar era complementada com a pensão do pai e/ou o salário do padrasto.

3.3 ATIVIDADES REMUNERADAS

A categoria *atividades remuneradas (realizadas ou pretendidas)*, foi subdividida nas subcategorias “primeira atividade remunerada” e “ingresso em programa de aprendizagem profissionalizante” para que pudesse ser aprofundado o entendimento sobre a necessidade que os jovens entrevistados manifestaram em possuir a própria renda. A análise da respectiva categoria abrangeu a seguinte pergunta central: se, em algum momento da vida, os jovens entrevistados já haveriam exercido alguma atividade remunerada.

A subcategoria *primeira atividade remunerada* foi atribuída ao fato de 08 jovens entrevistados (no total foram 10 jovens entrevistados) já tivessem realizado algum tipo de atividade remunerada. A seguir a fala de alguns jovens em relação ao que os motivou para a busca pela primeira atividade remunerada.

Tabela 11: Primeira atividade remunerada dos jovens entrevistados

Identificação	Primeira atividade remunerada dos jovens entrevistados	
	Descrição	Trechos das entrevistas
E1 (22 anos)	Sacolão local no bairro Lagomar, onde exercia diversas funções, como por exemplo entrega de água. O valor recebido era de R\$ 54,00 reais mensais, cujo valor era retirado em mercadorias para contribuir nas despesas da casa.	Eu nunca gostei de depender muito dos meus pais, sempre gostei de ter o meu. [...] desde novo eu já ajudava em casa. Sem eles pedirem. Eu com [...] sete para oito anos cuidava dos meus irmãos mais novos, pra minha mãe trabalhar. Então eu já cresci já tendo que ter uma mente já ampla já porque eu tinha que cuidar dos meus irmãos, tinha que dar banho, fazer comida, levar pra escola. [...] [Entrevistadora] E o seu pai? [E1] Meu pai trabalhava o dia todo. (E1; ENTREVISTADORA. 17'08").
E3 (18 anos)	Atuou na função de ajudante na oficina mecânica do pai. Na época da pesquisa estava cursando o terceiro ano do ensino médio em modalidade semipresencial. Quando perguntado porque optou por cursar o ensino médio desta forma E3 explicou que:	“porque o que acontece, é, recentemente a gente mudou para uma casa e o aluguel aumentou e não só por causa disso, eu preciso também de arrumar um emprego pra ajudar minha mãe nas contas, essas coisas assim, entendeu? [Entrevistadora] E fazer essa ‘semi a distância’ [utilizando a descrição do próprio entrevistado] ajuda...[fala interrompida] [E3] Ajuda, porque o que acontece, eu posso trabalhar em período integral, entendeu? E estudar de noite, quando eu chego em casa, e poder ir à escola só pra fazer prova. Eu não preciso tá preso todo dia aquela rotina de ter que ir pra escola. (E3. 03'13’’).

E5 (18 anos)	A primeira atividade remunerada ocorreu em sacolão dentro do bairro Lagomar com 14 anos.	“Mas desde que eu comecei a trabalhar eu nunca mais parei. Eu gosto. Tem uma época [...] que eu fiquei quase dois meses parado, achei um tédio. É muito ruim. Depois que você se acostuma a trabalhar direto [...]” (E5. 38'21’’).
E7 (16 anos)	Apesar de não possuir renda própria em 2015 explicou que na época que trabalhou - se referindo ao estágio de consultor externo em um estabelecimento dentro do bairro Lagomar, em que foi remunerado em média com R\$ 400,00 reais e ao cargo de ensacolador e caixa em sacolão também no Lagomar onde recebia em média R\$ 20,00 reais/dia - usou o dinheiro pra comprar roupas. Porém disse geralmente que:	"chegava e dava pra minha mãe o dinheiro. Eu nem usava quase comigo. [...] Mas quando eu precisa usar comigo, eu gastava." E7 (16'30") Ao final da entrevista que não era muito apegado a dinheiro, e falou que começou a trabalhar "pra não ficar parado. [...] Eu não fazia nada mesmo." (E7. 26'12").

Identificação	Primeira atividade remunerada dos jovens entrevistados	
	Descrição	Trechos das entrevistas
E8 (15 anos)	A primeira atividade remunerada foi como entregador de água, com doze anos de idade, onde recebia remuneração diária era R\$ 32,00 reais. Quando trabalhou entregando água, com a remuneração recebida levava o dinheiro para comprar lanche na escola. Em 2015 nas atividades que estava a exercer ajudando o pai e o padrasto nas funções de mecânico e pedreiro respectivamente explicou que com o que gastava o dinheiro recebido.	"Minha mãe conhecia ele [se referindo ao dono]. Via que eu sempre tava de boabeira [...]. Aí eu comecei a trabalhar". (27'55"). “Eu gasto[...] Relógio, boné[...] Dou vinte reais pra minha mãe de vez em quando.” (E8. 08'17”).
E9 (14 anos)	Apesar de ter somente exercido uma única atividade remunerada, trabalhou em uma oficina mecânica do tio por 6 meses, onde recebeu entre R\$ 100,00 e R\$150,00 reais (porém não especificou a periodicidade da remuneração), com o dinheiro recebido disse que: Com o dinheiro que pretende receber nos próximos trabalhos pretende poder contribuir com as atividades religiosas que pratica, pagar a mensalidade do jiu-jitsu e comprar lanche na escola.	"Eu dava pra minha mãe comprar alguma coisa pra dentro de casa. [...] Eu dava um cadinho pra ela, um cadinho pra mim." E9 (10'50"). "[minha mãe] até falou que ia ver um serviço pra mim. [...] assim de horti fruti, de coisa assim. [Entrevistadora] E você acha legal ter assim um trabalho? [E9] De entregar as coisas assim, gosto de andar de bicicleta." (E9. 09'15").

E10 (19 anos)	<p>A primeira atividade remunerada ocorreu em sacolão dentro do bairro Lagomar com 14 anos de idade. Ganhava no total R\$ 700,00 reais mensais (distribuído em remunerações semanais). E10 alegou no entanto que:</p> <p>Por ter ido morar sozinho aos 18 anos de idade, alega que este foi o motivo que o incentivou a começar a trabalhar.</p>	<p>“não necessitava tanto. A minha mãe sempre me ajudou E10. [...] Mesmo impressada, mas, sempre me ajudando. (E10. 04’37’’).</p> <p>“mais minha necessidade de ter minhas coisas mesmo. Por eu morar sozinho então eu tinha necessidade de pagar o aluguel, pra ter uma casa.” (39’04’’).</p>
---------------	--	--

A partir da análise das falas dos jovens entrevistados pode ser notado que grande desejo em possuir a própria renda, sendo que este caráter abrangeu os jovens desde as faixas etárias mais basais (a partir dos 14 anos de idade). Nos casos mais sutis, não possuir algum tipo de trabalho remunerado nesta faixa etária já acusam falas como E7 (14 anos) que explica que começou a trabalhar *"pra não ficar parado. [...] Eu não fazia nada mesmo."* Ou como mencionou o entrevistado E8, à época que conseguiu a primeira atividade remunerada, com 12 anos de idade, *"Eu sempre tava de bobeira [...]. Aí eu comecei a trabalhar."*

De maneira geral, o início da primeira atividade remunerada desses jovens ocorreu quando os jovens possuíam no máximo 14 anos de idade. Apesar de algumas dessas primeiras atividades terem sido por um curto período de tempo (E4 e E9), a necessidade de possuir a própria renda, seja advinda do desejo/necessidade de contribuir nas despesas de casa (contas, aluguel, alimentação) ou para poder adquirir mercadorias e bens de consumo (tênis, roupas, lanche na escola, ir ao shopping) foi uma fala recorrente entre os jovens entrevistados, conforme evidenciado nas falas a seguir.

A atuação junto ao comércio do bairro ou na condição de ajudantes em estabelecimentos familiares ou na prestação de serviços junto de parentes comumente se caracterizaram como as primeiras atividades remuneradas dos jovens entrevistados. Um cargo que foi mencionado na fala de pelo menos 06 jovens se referiu a atuação em sacolões locais do bairro ou em estabelecimentos também locais de entrega de água. Visto que foi um cargo bastante mencionado notou-se que valor recebido por esta atividade sofreu variações: R\$ 20,00 /dia (Sacolão local do bairro, sendo que em feriados e finais de semana, o valor recebido dobrava), R\$ 32,00/dia (entregador de água), R\$ 54,00 reais por dia (no caso em que o funcionário também atuava de entregador) ou R\$ 700,00 mensais (sacolão local, porém com esse valor segmentado semanalmente).

Nos outros cargos especificados, por se tratarem de estabelecimentos de familiares ou pessoas próximas dos jovens, o valor recebido era algo mais simbólico e que não demandava relações de trabalho tão rígidas. Em exemplo E8 que alegou que que toda vez que ajudava o pai, que possuía uma oficina mecânica, o mesmo recebia entre R\$40,00 e R\$50,00 reais. Já quando ajudava o padrasto, que era pedreiro, era remunerado com R\$ 40,00 reais.

A necessidade engendrada socialmente de possuir a própria renda, no decorrer da pesquisa revelou um caminho que até o momento da atuação em campo passou despercebido: a remuneração recebida, pelo que é conhecido popularmente por jovem aprendiz. Conforme mencionado anteriormente 06 dos 10 jovens entrevistados mencionaram o programa jovem aprendiz em suas falas quando abordados sobre os quesitos cursos realizados e/ou sobre as experiências em atividades remuneradas.

Neste sentido, a subcategoria *Ingresso em programas de aprendizagem profissionalizantes* foi organizada para aprofundar a discussão em torno da fala destes jovens entrevistados, que vieram a mencionar a inserção em programas conhecidos popularmente por jovem aprendiz. Esta modalidade de profissionalização foi enquadrada pela pesquisadora dentro da categoria *atividades remuneradas*, em função do auxílio, equivalente a meio salário mínimo, vale transporte e alimentação, concedido aos aprendizes ingressos no programa.

Além do atrativo da remuneração, a pesquisadora analisou se o ingresso nestes programas também era motivado pelo interesse do jovem no curso profissionalizante que era ofertado; se a inserção nestes programas de profissionalização estaria previamente relacionada ou influenciava a escolha da profissão pretendida por este jovem. Foi também mapeado as vias de acesso para a inserção nestes programas. As análises da presente subcategoria foram fundamentadas a partir da fala dos jovens que pretendiam ingressar no jovem aprendiz (E2, E6 e E7) e que já atuaram na condição de carteira assinada pelo programa (E1, E3 e E5) conforme descrito a seguir.

Em relação a E2 (18 anos) nos primeiros momentos da entrevista pareceu muito claro o objetivo de E2 em seguir a mesma trajetória do irmão: terminar o terceiro ano do ensino médio e fazer faculdade (particular, a ser paga pelos pais). A faculdade de interesse do mesmo concede desconto aos pais que trabalham na Petrobras e também bolsas de estudos. Essas duas características, aliado ao fato do irmão de E2 já cursar esta mesma faculdade pareciam deixar o entrevistado bem seguro de seguir por este caminho de formação.

Porém após 10 minutos de entrevista E2 revelou que aguardava a possibilidade de ingresso no programa jovem aprendiz. Mesmo aparentando pouco conhecimento sobre o que se tratava o curso disse que:

[E2] Tô esperando uma resposta de uma empresa aí, que eu mandei currículo para fazer o jovem aprendiz. [Entrevistadora] Hum, como é isso de jovem aprendiz aqui, como é que funciona? [E2] É, como posso explicar. Não tenho muito noção também não. [Entrevistadora] (E2. ENTREVISTADORA. 10'45'').

A entrevistadora quando perguntou a seguir como que E2 ficou sabendo deste programa, o mesmo respondeu que os dois irmãos mais velhos haviam ingressado no jovem aprendiz. (E2 possui 04 irmãos: 02 são dos mesmos pais e os outros 02 são somente por parte de pai): “O mais velho tá lá na Schlumberger. Ele entrou lá como jovem aprendiz. Depois virou estagiário, agora é funcionário.” (E2. 11'10''). As perguntas a seguir foram elaboradas no sentido de avaliar o conhecimento de E2 sobre o programa.

[Entrevistadora] É a empresa que decide, que seleciona, é direto na empresa? [E2] É. Eles veem o currículo e devem chamar pra fazer a entrevista. Só que a gente trabalha menos porque é jovem aprendiz. Acho que é... não me lembro quanto tempo que é. E recebe salário, acho que é metade ou mínimo. Só que se eu fosse trabalhar lá seriam setecentos e pouco. [Entrevistadora] “Mas aí você tem que trabalhar e estudar alguma coisa?” E2: Não. Só ir lá na empresa e trabalhar. [Entrevistadora] Eles não pedem pra fazer nenhum curso não? [E2] Hum, que eu saiba não. Tem empresa que pede. A minha prima por exemplo, tá fazendo da Odebrecht e tá fazendo de soldadora. [Entrevistadora] Essa empresa que você botou currículo é qual? [E2] Brasdril. []. Esta empresa fica localizada de acordo com E2 no Parque de Tubos, em Macaé [...] [Entrevistadora] E qual foi o seu critério para escolher esta empresa? [E2] Não. escolhi não. [...] o irmão da igreja sabia que eu não tinha trabalho, não tinha nada. Aí ele pediu o meu currículo pra deixar na empresa lá [O conhecido trabalhava nesta empresa]. (ENTREVISTADORA. E2. 11'41'')

Embora E2 não tivesse exercido nenhuma atividade remunerada, disse durante a entrevista que desde o segundo ano do ensino médio já havia distribuído currículos em empresas. A elaboração do currículo, a escolha das empresas aonde esses currículos seriam entregues e posterior entrega foi realizada pelo irmão (exceto na empresa Brasdril, que o entrevistado que foi realizada por um conhecido).

Após E2 manifestar o interesse em ingressar no programa jovem aprendiz, a entrevistadora contra argumentou se o mesmo também possuía o interesse em trabalhar e não somente estudar. E2 mencionou a necessidade de possuir “um dinheirinho maneiro” (E2.

14'10''), apesar de também se manter firme sobre o intuito de realizar o curso superior particular e utilizar a pensão que recebe do pai para pagar a faculdade. Em um momento posterior foi perguntado ainda se haveria preferência por alguma área em específico, caso a empresa que E2 deixou o currículo o contratasse. *“Só não gosto muito de administrativo. [Entrevistadora] Mas se você fosse selecionado pra isso, você faria? [E2] Faria. Tem que trabalhar, né? Fazer o que?”* (E2. ENTREVISTADORA. 16'00’’).

Conforme pode ser observado no caso de E2, a escolha da empresa para a posterior atuação e o tipo de curso a ser realizado dentro do programa jovem aprendiz, não se deu em função das possíveis preferências do entrevistado. Os motivos que levaram E2 a tentar ingressar no programa foram estritamente financeiros. Mesmo com a alegação de que possuía condições financeiras de realizar um curso superior, e para tanto a mãe e o irmão o incentivavam neste sentido, além de conviver com exemplos dos dois irmãos mais velhos que estão a cursar faculdade, ainda assim se fez presente a fala sobre a necessidade de possuir a própria renda, concomitante ao ensino médio.

Tanto para a continuidade dos estudos (após o término do ensino médio), quanto para o ingresso no programa jovem aprendiz, a trajetória dos irmãos pareceu fundamental para pautar as futuras escolhas de E2. No entanto, ao que se refere à trajetória no jovem aprendiz, apesar dos planos de E2 para o ingresso no mesmo, embora o mesmo não soubesse, não haveria mais possibilidade de inserção no programa em função do mesmo já possuir 18 anos. O que denota pouco conhecimento sobre as condições exigidas para a inserção no jovem aprendiz.

O entrevistado E6 tentou ingressar no programa jovem aprendiz na empresa Offshore, porém disse que não conseguiu a vaga pois perdeu o prazo de envio da documentação necessária. E6 pretendia conciliar o jovem aprendiz com a profissão que buscava, de técnico de informática. Disse que através de carta de indicação de alguma empresa, conseguiria realizar este curso gratuitamente no SENAI. Apesar de demonstrar conhecimento sobre o programa jovem aprendiz e as empresas relacionadas existentes em Macaé que aderiam ao programa, não informou qual seria a empresa existente em Macaé que forneceria a carta de indicação para a realização do curso pretendido através do jovem aprendiz.

Mesmo que E6 não possuísse experiência em atividade remunerada, o motivo para o desejo de ingresso no programa jovem aprendiz se deu em função da necessidade do entrevistado *“pra ter um bom currículo”* (E5. 06'08’’). O que evidenciou um interesse de

ingresso em função da oportunidade de profissionalização, visto que há relação da profissão pretendida com o curso buscado através do jovem aprendiz.

Na época da entrevista E7 tinha acabado de ser aprovado no processo seletivo para trabalhar no *Subway* (empresa do ramo alimentício), na condição de jovem aprendiz. O mesmo explicou que a remuneração no jovem aprendiz variava dependendo da empresa, porém nesta iria receber R\$ 394,00. Sendo a alimentação e transporte pagos a parte. Sobre o horário de expediente, seriam quatro horas de trabalho, de segunda a sexta. Sendo que um dia na semana [na sexta] seria o curso realizado no SENAC. Porém E7 não soube informar qual será o curso a ser realizado.

O entrevistado E7 manifestou desconhecimento sobre as atividades que seriam exercidas dentro da empresa: "*Eu nem sei o que eu vou fazer lá. Mas parece ser maneiro trabalhar lá, numa lanchonete assim.*" (E7. 22'28"). Porém, de maneira geral E7 pareceu bem informado sobre o mercado de trabalho para essa área de jovem aprendiz. Explicitou que existem outras empresas que pagam melhor, principalmente as multinacionais. O mesmo mostrou-se atento inclusive para as taxas do banco que seriam descontadas no seu futuro salário como jovem aprendiz. Apesar de não ter mencionado o irmão mais velho (E5) como referência, o conhecimento sobre o jovem aprendiz pode advir do mesmo, que já havia passado por duas experiências junto ao jovem aprendiz. No entanto E7 explicou que foi por sugestão da mãe que deixou o currículo no SENAC.

A moça [se referindo à atendente] me falou pra ir lá no SENAC pra deixar o currículo lá. [...] Ai não demorou nem duas semanas, a mulher foi me ligou, falando que tinha levado meu currículo lá pra Subway, lá dos Cavaleiros. [...] Ai a mulher ligou pra minha mãe, falando que eu tinha entrevista [...] lá nos Cavaleiros. (E7. 18'40").

Inicialmente não foi especificado por E7 relação entre o jovem aprendiz com a carreira pretendida, até porque o mesmo disse que ainda não havia pensado sobre qual carreira pretendia seguir. Embora tenha revelado que seus planos de carreira estavam relacionados a ser jogador de futebol, porém que pretendia mais retornar a esta modalidade. Os planos futuros estavam relacionados a cursar o jovem aprendiz. Assim é possível compreender que qualquer atividade exercida dentro do jovem aprendiz seria válida para o mesmo. Isso porque, E7 acreditava que o programa pode lhe dar experiência. O que permitiu compreender que a oportunidade de aprendizado seria a prioridade para o interesse pelo jovem aprendiz.

Mesmo com a afirmação de E7 sobre não ter pensado que carreira pretendia seguir, a fala a seguir do entrevistado denota propensão para aderir a profissão condicionada pela experiência dentro do jovem aprendiz. *"A moça falou de lá, tipo é, se você gostar [...] de trabalhar aqui, e a gente gostar de você, funcionário e tal, já pode continuar trabalhando aqui. Mas só que você vai ganhar um salário como funcionário normal."* (E7. 24'59"). Após explicar sobre essa conversa que teve com o responsável por recepcionar os novos aprendizes no estabelecimento especificado, E7 afirmou que se o mesmo gostasse de trabalho, aceitaria a proposta, caso contratado.

Logo, a possibilidade de contratação definitiva dentro da empresa lhe despertava o interesse. O entrevistado E7 explicou também que já havia sido chamado no começo do ano para trabalhar como jovem aprendiz no J. Pavani [supermercado em Macaé] porém que perdeu o prazo para levar a declaração da escola. Assim, no caso de E7 Foi percebido que não houve critério de escolha da empresa, sendo que o direcionamento foi mediado simplesmente por procura de empresas que aderissem ao jovem aprendiz.

Diferentemente dos jovens mencionados acima, que somente haviam interesse de inserção nos programas de aprendizagem profissional, a seguir foram destacadas as falas dos jovens E1, E3 e E5, que já atuaram na condição de carteira assinada pelo programa jovem aprendiz. O entrevistado E1, que já havia exercido diversas atividades remuneradas (a primeira com 14 anos de idade. Vide subcategoria primeira atividade remunerada), mencionou a realização do curso de encanador industrial no SENAI, pago pela empresa PCP Engenharia. O conhecimento sobre o programa se deu por intermédio do pai.

Foi meu pai. O meu pai tinha um conhecido dentro dessa empresa, aí por eu ser muito agitado, nunca conseguir ficar parado muito tempo, sempre tava na rua brincando, então eu tinha que ocupar minha mente com alguma coisa. Então ele conseguiu, conversou lá dentro, arrumou um q.i lá dentro e me puxou, aí na época eu fiz uma prova de segunda e terceira série [fundamental], pra entrar, aí eu fiz a prova e entrei." (E1. 10'41").

Eu novo, com 17 anos eu fiz encanador industrial, um curso pago por uma empresa, como jovem aprendiz. Aí dentro desse curso eu me identifiquei muito com a área de desenho técnico, de projetos, de tubulações. Sempre gostei um pouco de matemática então os cálculos me chamavam atenção, os algoritmos, desenhos, fórmulas. (E1. 9'50").

A partir das falas acima foi verificado a importância do incentivo familiar para a inserção de E1 no jovem aprendiz, principalmente em função da indicação do pai do entrevistado para ingressar na vaga concedida pela empresa. Parcialmente houve relação da

atividade exercida dentro do curso de encanador industrial com a profissão pretendida por E1, pois este relatou, em outro momento da entrevista, que os conhecimentos apresentados no respectivo programa de aprendizagem o despertaram para o interesse na área de técnico de mecânica.

Quando perguntado se o estágio no programa jovem aprendiz lhe possibilitou oportunidades posteriores de emprego o entrevistado E1 afirmou que:

Não porque, eu não sei foi por conta da empresa, eles selecionavam quem eles queriam. Os outros pra casa. [...] Entrevistadora: Então esse curso não te deu nenhuma garantia de você ter um emprego [fala interrompida]. E1: De nada [risos]. Entrevistadora: Você acha que você perdeu tempo fazendo? E1: Eu perdi. Porque só me deram duas opções de curso, me deram encanador [industrial] e auxiliar administrativo. (ENTREVISTADORA; E1. 12'53'').

A partir da fala acima foi perceptível a frustração e E1 quando soube que as opções de curso pelo jovem aprendiz eram restritas. Embora não tenha sido abordado se o motivo para o ingresso no programa de aprendizagem tenha se dado pela busca pelo conhecimento ou se a remuneração recebida foi o elemento motivador para a inserção no programa, no contexto da entrevista foi perceptível que E1 sempre estava a buscar novas formas de conhecimento: “Minha mãe sempre me ensinou a buscar o conhecimento, então a todo momento eu procuro isso.” (E1. 40'09”).

Sobre o processo seletivo ocorrido para o ingresso no programa de aprendizagem. Conforme já dito, E1 conseguiu concorrer a uma vaga graças a indicação que conseguiu através do pai, dentro da empresa. Feito isso, a empresa entrou em contato com E1 por telefone para dizer que o mesmo havia sido selecionado para o programa. Foi necessário fazer uma prova de nível fundamental, múltipla escolha, no SENAI. Em função de ter sido aprovado, conseguiu a vaga no programa.

Na ocasião de assinatura de contrato, ocorrida dentro da empresa (após de entrega de documentos e exames admissionais) houve uma reunião coletiva com os jovens que estariam a ingressar no programa, aonde foi dito, segundo E1, que haveria possibilidade de contratação após o término do curso. Nesta mesma data foram entregues aos alunos EPIs (equipamentos de proteção individuais): Protetor auricular, uniforme composto de jaleco e calça, bota e capacete. Foi dito ainda para os jovens, pelo representante da empresa, que os mesmos fizessem bom uso

do equipamento. Quando perguntado pela entrevistadora se houve diálogo entre os jovens e a empresa nesta reunião, E1 afirmou que ninguém tirou dúvidas, pois estavam todos muito apreensivos.

O jovem E1 lamentou ainda o fato de não ter tido a oportunidade de atuar dentro da empresa, durante o período do estágio, apesar de ter dito saber quais seriam as empresas que possuem o programa jovem aprendiz e possibilitam a realização do estágio. “*Tem até empresa dentro de Macaé que fazem isso [...] que libera o jovem pra ficar de segunda a quinta fazendo curso e na sexta fica só na empresa.*” (E1. 13’44’’).

Durante o período do curso no SENAI, E1 explicou que dos EPIs recebidos chegou a usar somente o capacete e a bota, e isso em ocasiões que foi preciso adentrar a empresa para idas ao Rh. Isso vinha ao ocorrer em média 1 ou 2 vezes no mês quando era preciso resolver algo relacionado ao vale alimentação por exemplo. Após o término do contrato, período correspondente a realização do curso, E1 teve que devolver os EPIs. Soube ainda que somente, dois jovens haviam conseguido ingressar na empresa, embora não tenha sido explicado para os demais jovens o respectivo critério de escolha. E1 acreditava que a empresa, de maneira geral, somente selecionava jovens aprendizes para o programa, em função de obter algum tipo, algum tipo de incentivo fiscal.

O entrevistado E3 soube do programa jovem aprendiz por intermédio da mãe, que trabalhava na escola onde o entrevistado estudava. Isso porque, a empresa pelo qual atuou no jovem aprendiz foi até a escola aonde o mesmo estudava visando buscar jovens para adesão ao programa.

Aí como minha mãe é funcionária então ela ficou sabendo desse projeto que eles estavam fazendo na escola numa empresa chamada BSM, que ela tava pegando os jovens com as melhores notas e botando num programa pra tipo, a gente fazia o curso, ia lá no SENAI fazia a prova, se fosse apto ia fazer um curso e você fazendo aquele curso você ia receber, ia ser remunerado pra fazer o curso, entendeu? Ai eu consegui passar na prova e fiz [...]. Mas não é muito difícil não, é coisa boba, é só as noções básicas mesmo [...] matemática, português, é coisa boba, probleminha bobo. (E3. 08’41’’).

O processo de inscrição para tentar ingressar no programa conforme E3 ainda relatou ocorreu também dentro da escola. Quando E3 ingressou no programa estava com 16 anos e cursando o primeiro ano do ensino médio. O curso que E3 realizou foi de assistente administrativo, com duração de 10 meses, sendo esta a primeira atividade remunerada com

carteira assinada, apesar de ter sido contratado na condição de aprendiz. Antes deste período o entrevistado já trabalhava na oficina de mecânica do pai, desde os 13 anos de idade.

Na época da entrevista, E3 estava interessado em realizar o curso particular de técnico em mecânica. Portanto, não houve relação do curso realizado através do jovem aprendiz com a atividade profissional pretendida. Ao longo da entrevista, E3 cita ainda o curso de assistente administrativo.

Ele até foge um pouco da linha que eu quero seguir. [...] Mas o que acontece eu fiz esse curso, o de dez meses [se referindo ao curso de assistente administrativo] primeiro foi do causa do, eu não vou mentir, por causa do dinheiro, que a gente ia ser remunerado. Mas conforme minha mente foi abrindo, isso é um conhecimento a mais. (E3. 23'08'').

Inclusive, após concluir o curso pelo jovem aprendiz, E3 voltou a trabalhar com o pai. Porém ainda assim, considerou que, de alguma forma (não aprofundado pelo entrevistado) o curso contribuiu para a sua formação.

[Entrevistadora] E esse curso te ajudou de alguma forma? [E3] Ajudou. Ajudou nas questões administrativas. [Entrevistadora]: Mas te ajudou depois a conseguir algum emprego esse curso? [E3]: A conseguir ainda não. Por causa que logo depois que acabou o curso começou essa crise toda, entendeu? Mas eu creio que de certa forma ele vai ajudar sim, no futuro. [Entrevistadora]: E esse curso já direcionava pro emprego ou não dava garantia? [E3] Não. Não dava garantia não. Só um que da nossa turma, acho que tinha trinta [número de cursistas], só um que conseguiu entrar na empresa por a mãe de um colega nosso trabalhava lá dentro, entendeu? E ele era o único com maior idade. Aí ele conseguiu entrar. (ENTREVISTADORA; E3. 11'04'').

Embora tenha sido avisado de que não haveria garantia de emprego fixo, E3 alegou que no período que estava a realizar o curso parou temporariamente de trabalhar com o pai. “*Aí eu dei uma pausa nesses dez meses pra fazer esse curso e voltei de novo, tipo, fiquei tipo assim, a mercê se eles iriam me contratar ou não.*” (E3: 12'23'').

Em vários momentos da entrevista, E3 citou preocupação com a “crise” (termo usado pelo entrevistado) que afeta Macaé. O entrevistado apontou esta justificativa para o fato de não ter sido contratado pela empresa do programa de aprendizagem profissional. A crise, estaria se refletindo inclusive na vida financeira da família, que possuía uma oficina mecânica dentro do Lagomar. O referido desequilíbrio financeiro tem afetado os planos de E3 em poder custear o

curso técnico pretendido em mecânica, que depende diretamente da renda que o pai recebe na oficina e conseqüentemente na renda que o pai destina a E3 pela ajuda prestada na oficina.

É o que eu tô te falando. Essa crise que afetou Macaé arreventou todo mundo. Entendeu? Todo mundo foi atingido. Eu tava pretendendo esse ano começar um curso técnico agora em julho. [Entrevistadora] De que? [E3] Mecânica industrial. Mas aí, houve esse imprevisto. [...] Se tudo corresse como fosse, que eu tava esperando, o que acontece. Ele ia pagar meu curso técnico, ia pagar minha habilitação e ainda ia continuar me remunerando. Só que com essa crise todo mundo foi afetado. Todo mundo que eu digo, todo mundo mesmo. Todo mundo, entendeu? (E3. ENTREVISTADORA. 12'40'').

Em caráter de comparação, E3 explicou a diferença entre o curso técnico particular que pretendia realizar e o curso que havia realizado junto ao SENAI, se referindo a este último por profissionalizante e os diferenciando em relação ao tempo de duração. Explicitou a importância da realização destes cursos para inserção no mercado de trabalho em Macaé.

Na EFONAPE [nome do estabelecimento aonde pretendia realizar o curso técnico] são doze meses. Já no SENAI dependendo do curso, são dois anos. [...] Porque no profissionalizante não te dá aquela informação toda. Já o técnico já te deixa no mercado sabendo. [...] Como eu disse pra você uma pessoa com técnico consegue um emprego fácil em Macaé. (E3. 20'00'').

Assim como o entrevistado E1 também foi mencionado por E3 o fato da não realização do estágio junto da empresa: “A maioria das empresas aqui em Macaé tem esse negócio de quando acabar o curso vai pra empresa tipo estagiar, entendeu? Mas essa nossa não teve, a BSM. Foram só mesmo os dez meses de curso e acabou. (E3. 10'16''). Já o entrevistado E5 explicou que sempre desejou trabalhar em empresas no ramo de solda e que o pai foi a sua motivação para buscar esta profissão, visto que o mesmo trabalhava com isso.

Eu não sei dizer ao certo em que idade ele [o pai] parou de estudar, mas ele é um tipo de pessoa que quando vai fazer o teste na empresa, hoje em dia tem o teste na prática e teórica. A teórica ele num se dá bem, ele diz que não é bom na teórica, na prática, quando você faz bem aquilo que voce sabe fazer, é uma coisa que destaca muito. Ah e não adiante você ter curso disso, curso daquilo, se na prática você não sabe nada. Você só tem o currículo, o diploma pra entrar na empresa, mas se não sabe fazer, não sabe fazer. Então ele já trabalhou em diversas empresas trabalhou muitos e muitos anos nelas, coisa de cinco anos, dez anos, e em todas elas ele conseguiu entrar por causa da prática. [...] Mas ele diz que, se eu fazendo os cursos, me aperfeiçoando, trabalhar em empresa e adquirindo experiência, eu vou conseguir entrar em qualquer empresa. (E5. 11'57'').

De acordo com E5, o mesmo já entrou no curso de encanador industrial com a visão de tentar ingressar futuramente no curso de solda. De acordo com E5, as duas atribuições se complementam (encanador industrial e soldador), o que lhe possibilitaria aprimorar o currículo e garantir uma maior possibilidade de emprego.

Eu sempre gostei de solda. Eu sempre fui pesquisando como era, se fazia, aí tem até mais facilidade, porque o encanador industrial mexe muito com tubulação aí, tem certas coisas que o encanador tem que esperar o soldador pra fazer. Aí já vou ter uma facilidade maior, não vou precisar ajudar, esperar outras pessoas fazer aquilo que eu posso fazer. E fora que você fica mais coisa no currículo, te ajuda a conseguir emprego, com uma facilidade maior. (E5. 11'57").

Para conseguir fazer o curso que desejava, E5 ingressou na empresa UTC, pela modalidade jovem aprendiz encanador industrial. De acordo com o entrevistado, o mesmo conseguiu uma vaga no programa por intermédio de um tio que já trabalhava na empresa. *“Tinha vaga pra turma de jovem aprendiz, só que aí ele me colocou, [...] como é funcionário da empresa, conhece mais pessoas lá dentro, aí eu tinha mais chance de entrar. Aí ele conseguiu pra mim. Foi rápido.”* (E5. 08''00). Apesar da inscrição ocorrer pela internet, E5 disse que as vagas se esgotam em questão de dias e que há indicação dentro da empresa para se ingressar no programa.

Pela internet, o SENAI sempre coloca dizendo que tem vagas, mas fica coisas de dias. Abre vaga hoje, amanhã já fecha. Aí como eu logo vi na semana que a empresa UTC tava abrindo vagas pra cursos no SENAI, no outro dia eu já me inscrevi, aí eu lembrei que meu tio trabalhava lá, aí como já ter uma pessoa lá fica mais fácil, eu pedi ele pra me colocar lá. E pela internet você se inscreve mais os primeiros, assim em coisa de dias, muito rápido. Porém se você não tiver alguém conhecido na empresa fica um pouco complicado. (E5. 08'25'')

A seguir, alguns trechos que demonstraram o que pensava E5 sobre os motivos pelos quais as empresas contratavam aprendizes. No contexto das falas é possível verificar o motivo que E5 alegou sobre o fato de não ter sido contratado definitivamente no programa de aprendizagem realizado, apesar do mesmo se considerar um bom profissional no ramo em que buscou fazer os cursos.

Mas empresa que contrata jovem aprendiz não é só empresa de firma assim. Não. Aqui em Lagomar mesmo tem alguns supermercados, algumas lojas que tá contratando jovem aprendiz, porque esses locais por pagar imposto, eles acham

melhor contratar um jovem que o imposto reduz bastante pra poder ficar com jovem aprendiz. (E5. 20'23'').

Porque aí eles geralmente gostam de dar vaga para a outras pessoas, outros adolescentes fazer o mesmo curso ou outro tipo de curso, porque sempre abre vaga. Ainda mais com esse negócio que tá tendo de contratar pessoas, tirar as pessoas que tão na empresa pra contratar outros, tá tendo muito isso. Cortando muita gente as empresas, ainda mais jovem aprendiz, tá cortando muita gente. (E5. 19'21'').

Eu como fiz dezoito anos eu ia continuar e já ia fazer dezoito anos aí, eles não, como eu ia ficar de maior eu poderia continuar não como jovem aprendiz, carteira assinada como funcionário mesmo da empresa, não como jovem aprendiz, só que aí eles querem, gostam de contratar jovem aprendiz para dar continuidade entendeu. [Entrevistadora] Porque eles preferem contratar jovem aprendiz [...]? [...] Só que pra eles a facilidade é maior em pagar metade do salário mínimo é melhor do que pagar o salário de um encanador industrial. Eu ia tá lá como encanador industrial. Eles não iam querer me pagar mil e quinhentos, mil e duzentos do que pagar o salário de jovem aprendiz. [Entrevistadora] Então sempre tem jovem aprendiz pra eles contratarem, então sempre tem alguém pra realizar esse tipo de serviço, então como você vai conseguir entrar nesse mercado? [E5] É uma boa pergunta. É aquilo que eu te falei, eu tenho que dar continuidade no curso, fazer um técnico, fazer um curso mais aprofundado, porque aí, eu vou ter, tá em qualificando melhor, vou ter uma facilidade melhor, de entrar na empresa. (E5. ENTREVISTADORA. 21'46'').

Basicamente E5 considera mais interessante para a empresa contratar sempre novos aprendizes, pois assim a mesma recebe algum tipo de redução em impostos. E adicionalmente a contratação de aprendizes gera para a empresa economia com mão de obra. Mesmo possuindo esta visão contraditoriamente E5 continuou afirmando que se ele continuasse a buscar a formação técnica, conseguiria acessar o mercado de trabalho na profissão pretendida.

Conforme abordado no item 2.2, a formação para o trabalho em Macaé também aludiu para o universo das políticas sociais municipais de incentivo à profissionalização. Ao que se refere aos respectivos programas foi perguntado para 09 dos jovens entrevistados se os mesmos conheciam os programas existentes pela prefeitura de Macaé com esta finalidade, incluindo o CETEP (Centro de Educação Tecnológica e Profissional), projeto Nova Vida e Guarda Mirim. Em relação ao CETEP, somente 02 jovens (E1 e E3) jovens apresentaram efetivamente uma fala amadurecida sobre o mesmo, sendo que E1 já havia inclusive realizado um curso no respectivo local.

Cetep, eu fiz um curso lá. Fiz um curso de Autocad. Duas semanas só. Pena que foi rápido. [Entrevistadora] Mas você completou? [E1] Completei. Só que é básico, do básico, do básico, do básico. (E1; ENTREVISTADORA. 21'47'')

De acordo com E1, para realizar estes cursos no CETEP bastava “*estar estudando ou já ter terminado os estudos, apresentar o comprovante de escolaridade, identificação, cpf, identidade, comprovante de residência e esperar uma vaga.*” (E1. 22’02”). E1 não considerou que morar no Lagomar lhe facilitaria o ingresso no curso, visto que o critério de escolha seria por ordem de chegada. O jovem E1 explicou ainda que conheceu o CETEP através da mãe, sendo que o motivo pelo qual se interessou pelo curso de Autocad foi por influência do tio que mora no Espírito Santo e trabalhava usando este programa, sendo que este tio sempre lhe mostrava os desenhos que fazia com esta ferramenta.

Já o jovem E3, que também conhecia o CETEP explicou que os cursos ofertados neste estabelecimento, embora gratuitos, não atendiam ao seu interesse, pois não eram técnicos. Isso porque, na subcategoria que tratou sobre “ingresso em programa de aprendizagem profissionalizante”, E3 explicou que estava a buscar cursos técnicos, pois de acordo com E1, estes possuem maior tempo de duração (neste momento diferiu cursos técnicos e profissionalizantes), o que promoveriam uma formação melhor e inserção no mercado de trabalho.

Eu não sei muito como é que funciona, mas acho que a prefeitura disponibiliza cursos pra algumas pessoas. Grátis. [Entrevistadora] Mas você não tá procurando, falou que curso aqui [Em Macaé] favorece? [E3] É, mais esse curso do CETEP não é esses cursos que eu tô dizendo, técnico.” (E3. 18’05”).

Da mesma forma que E1, o entrevistado E3 não considerou o fato de morar no Lagomar como elemento facilitador para inserção nestes cursos. Esta pergunta propositalmente foi dirigida aos jovens que demonstraram conhecido amadurecido em relação ao que se tratava o CETEP, no sentido de confrontar a proposta estabelecida pelo referido centro de qualificação, que se propõe a qualificar o jovem de Macaé em situação de vulnerabilidade. (vide capítulo 2.2 formação para o trabalho em Macaé).

Em função de somente ter sido consultado para esta pesquisa a página institucional do CETEP, no qual não foram mencionados quais seriam os critérios de acesso aos cursos, haveria necessidade de se elencar estes critérios, afim de compreender se o jovem dito em situação de vulnerabilidade social é favorecido ao ingresso de alguma forma. Apesar do caráter qualitativo da referida pesquisa, o fato de somente 02 dos jovens entrevistados conhecerem efetivamente o CETEP, reforça o caráter de buscar compreender as vias de ação dessas políticas sociais propostas pelo município. A fala dos jovens E1 e E3 ao que se refere ao caráter de curta duração

dos cursos que são oferecidos no CETEP, apontou também para a necessidade de futuros desdobramentos que verifiquem se a profissionalização neste tipo de curso promoveria de fato a inserção do jovem no mercado de trabalho em Macaé.

Em relação aos programas Nova Vida e Guarda Mirim, a maioria dos jovens entrevistados (06) mencionaram os mesmos. No entanto, somente o programa Nova Vida foi descrito com mais detalhes pelos jovens conforme descrito nas falas a seguir. Particularmente 04 destes jovens já haviam tentado o ingresso no programa Nova Vida e enfatizaram a burocracia exigida para o ingresso, o que dificultou o acesso ao programa.

De acordo com E1, se referindo ao programa Nova Vida: *"Eu até tentei, na época [se eu não me engano eu ainda não tinha iniciado o ensino médio e aí eu não podia." (E1. 38'21")*. De acordo com E1 foram muitos os entraves alegados pelo programa, ora a idade, ora a própria escolaridade ou a grande procura. O critério de escolha, de acordo com o entrevistado, não se dava em função da área de moradia do interessado e sim *"se a pessoa consegue chegar no horário, eles já veem a rota do ônibus pra ver se vai demorar, se tem facilidade de chegar no local." (E1. 39'30")*. O motivo de E1 para tentar o ingresso programa se deu em função de buscar adquirir algum tipo de conhecimento.

Já o entrevistado E3 explicou que também tentou se inscrever no programa Nova Vida, porém não conseguiu reunir todos os documentos necessários a tempo. Mais uma vez foi feita menção ao excesso de burocratização por parte do processo seletivo do Nova Vida. O jovem E3 também explicou sobre as funções exercidas pelo jovem dentro do programa.

Tinha uma vez que eu fui tentar fazer isso, tinha umas vagas abertas. Aí fomos correndo pra lá, eu e minha mãe, só que aí, foi falta de pensar, aí fomos fazer, mas não tinha levado documento. A única coisa que tinha levado era a certidão de nascimento. Não levou mais documento nenhum. Sendo que ali já seria a contratação. [...] Aí saímos correndo pra fazer identidade, CPF, pelo menos fizemos tudo. [...] acho que era o último ano que eu tava com quatorze, aí no outro ano eu já tinha quinze, não tinha como entrar mais nesse negócio. [Entrevistadora] Mas como é que funciona, é pra trabalhar como que? [E3] Você trabalha na prefeitura como jovem aprendiz. E você ajuda nas escolas, nas secretarias das escolas, basicamente isso. (E3. 31'50").

A fala do jovem E5 também fez menção à questão da burocratização do programa Nova Vida.

Geralmente eles pedem todo a documentação, carteira de trabalho, CPF, RG, como o adolescente não tem acaba perdendo. Na época eu tinha tudo, porém como eu fui chamado primeiro em outras [se referindo ao ingresso no programa jovem aprendiz] em acabei não fazendo. (E5. 33'36").

O entrevistado E7 foi o único jovem que conseguiu passar pela fase de entrega da documentação, no entanto, foi reprovado na prova (múltipla escolha de português e matemática). Os motivos que o levaram a buscar o programa foram os mesmos alegados quando anteriormente E7 expôs sua inserção no jovem aprendiz, no caso, buscar experiência, descobrir alguma atividade com que se identificasse, e o caráter da remuneração.

Projeto Nova vida. [...] Cheguei a fazer a prova. Mas só que eu não passei na prova não. [Entrevistadora] Porque você quis fazer esse Nova Vida? [E7] Ah. A minha mãe comentou comigo. Ela me levou lá. Eu fui. Foi ano passado isso. (E4; ENTREVISTADORA. 28'24").

Já a jovem E4 conhecia superficialmente o programa Nova Vida em função de pessoas conhecidas que estavam atuando dentro do programa. Porém, como as atividades laborais que estas conhecidas desempenharam era relacionada a atuação junto às secretarias nas escolas, E4 não se interessou. No total, 06 dos 10 jovens entrevistados mencionaram como possibilidade os programas de aprendizagem profissional, seja prioritariamente para obtenção de remuneração (02 jovens) ou pela oportunidade de possuir em seus currículos determinados conhecimentos técnicos (04 jovens) que os ajudem a se inserir no mercado de trabalho.

Ao concluir a análise da categoria *atividades remuneradas (pretendidas ou realizadas)* se tornou evidente os motivos pelos quais esses programas de profissionalização se tornam um grande atrativo. Primeiramente, porque a trajetória destes jovens, desde muito cedo, envolve a necessidade de contribuírem na renda familiar e/ou de obter recursos próprios caso queiram comprar mercadorias e bens de consumo para si. Entre os jovens entrevistados, não possuir uma atividade remunerada com 14 anos de idade passa a ser algo incômodo. E, para tanto, buscam qualquer oportunidade que venha a surgir, como pode ser visto na análise da subcategoria *Primeira atividade remunerada*.

Foi dado ainda grande ênfase, por parte destes jovens, em adquirir toda a forma de conhecimento e experiência profissional que lhes é possível. Com isso, os jovens entrevistados esperavam ter melhores condições de disputar o mercado de trabalho e conseguir emprego

(como será analisado posteriormente na categoria *profissão pretendida*). Assim, quando os jovens entrevistados são noticiados, seja por familiares e/ou pessoas próximas (incluindo a comunicação via redes sociais virtuais), sobre a oportunidade em realizar algum programa de aprendizagem, imediatamente manifestam o interesse em concorrer a uma vaga.

De maneira geral, não houve escolha da empresa por preferências em área de atuação específica. Aonde havia alguma oportunidade, principalmente se esta possuía a vantagem de ser intermediada por algum conhecido, os jovens tentavam o ingresso. Mesmo no caso de E5, que antes de entrar no programa de aprendizagem profissional já possuía carreira de interesse definida, o mesmo ingressou inicialmente em um curso diferente da carreira pretendida.

Dentro do contexto da entrevista, um dos jovens entrevistados quando abordado sobre qual seria a área que mais empregava em Macaé (o posicionamento dos demais entrevistados em relação à temática será exposta na subcategoria *profissão pretendida*) mencionou inclusive a atividade de aprendizagem profissional em empresas como um tipo de trabalho: "*O meu amigo faz jovem aprendiz, eu não sei a função que ele faz não. [...] Na minha sala tem bastante gente que trabalha como jovem aprendiz.*" (E7. 26'40").

A fala do jovem acima reflete uma característica interessante desses programas de caráter jovem aprendiz. Ao jovem que ingressa no programa é estabelecido contrato em carteira de trabalho, mesmo que temporário, o que vincula o jovem a uma dada empresa. Porém, conforme evidenciado na legislação pertinente a aprendizagem (vide item 2.2) e também pelo que foi relatado pelos 03 jovens (E1, E5 e E7) que passaram pelo respectivo programa, sequer há obrigatoriedade de atuação do jovem dentro da empresa.

O programa de aprendizagem se propõe a maximizar o acesso ao primeiro emprego desse jovem, porém garantir um contrato de trabalho especial em CTPS que o jovem sequer necessita adentrar a empresa não aparenta ser uma medida eficaz para a finalidade que o próprio programa se propõe. Entre os cargos existentes no mercado de trabalho e que pedem experiência de emprego, de acordo com E5, o programa de aprendizagem (mesmo que assinado em carteira), não vem sendo considerado pelo mercado de trabalho como experiência.

Dentre os 07 jovens que mencionaram os programas de aprendizagem em suas entrevistas, para 05 destes era indiferente a escolha do programa de profissionalização em função do tipo de empresa e/ou área de atuação da mesma. Por sua vez, na maioria das vezes,

as vias de acesso para o ingresso no programa se dava por entrega de currículos diretamente na empresa (por indicação de parentes e/ou amigos).

As três exceções a esta via de inserção mediada por indicação, foi a entrega do currículo junto à instituição formadora (SENAC e SENAI) ou ainda, o mais intrigante dos casos, por meio do contato que a empresa estabeleceu diretamente com a escola (entrevistado E3). *Ou seja, somente um dos entrevistados escolheu o curso em função de preferência pela área, no caso E7.* O entrevistado E6, por sua vez pretendia ingressar em um programa de aprendizagem profissional relacionado a sua área de interesse, porém em função de possuir ainda poucas informações sobre o funcionamento do programa (a idade também contribuiu – 14 anos), não soube especificar em qual empresa essa opção seria possível.

Conforme já dito anteriormente somente 03 dos jovens entrevistados passaram efetivamente pela experiência em programas de aprendizagem (E1, E3 e E5). Apesar de dois destes efetivamente admitirem relação dos cursos realizados pelo programa com a profissão pretendida (como será detalhado na categoria a seguir), nenhum dos mesmos havia ainda conseguido emprego na área de interesse. E1 (22 anos) que fez o curso de encanador industrial pelo SENAI, estava trabalhando como garçom (carteira assinada) e E5 (18 anos), que fez os cursos de encanador industrial e solda pelo SENAI, estava a trabalhar há pouco tempo no restaurante de seu pai (também aberto recentemente à época da entrevista).

Na fala dos 03 jovens acima mencionados foi muito forte a ideologia da conformação em relação ao motivo de não terem conseguido se estabelecer na área em que estão a buscar a formação: seja por *“que logo depois que acabou o curso começou essa crise toda, entendeu?”* (E3. 11'04'') ou ainda pela necessidade de ter de possuir mais cursos para poder ter um currículo competitivo. Sendo que este último caso seria a estratégia pretendida por E1 e E5, que através do salário que estavam a receber pretendiam investir em suas carreiras. Assim, estes jovens são induzidos a crer que a realização destes cursos seria o único de caminho para conseguir adentrar o mercado de trabalho em Macaé.

No capítulo 2.2 já havia sido discutido a efetividade dos programas de profissionalização ofertados pelo município de Macaé. No entanto, novos elementos puderam ser adicionados a equação em relação as formas de acesso aos referidos programas. Através das falas supracitadas o Nova Vida foi o principal programa mencionado entre os entrevistados que conheciam os programas de profissionalização oferecidos pelo município. No entanto, em função da ênfase dada pelos jovens ao que se refere ao excesso de burocratização para acessar

o Nova Vida (documentações e provas foram os itens mencionados), é discutível se cabe a um programa, cujo público alvo pretendido diz ser o jovem dito em situação de vulnerabilidade, demasiados entraves burocráticos.

3.4 PROFISSÃO PRETENDIDA

Para a análise da categoria profissão pretendida, os jovens foram inicialmente agrupados em função das modalidades de experiências profissionais descritas anteriormente em *atividades remuneradas*. Pois foi assumida a dedução de que os jovens com níveis de experiência profissional mais diversificados apresentassem argumentos mais amadurecidos em relação a carreira pretendida e inserção no mercado de trabalho, o que facilitou a análise da categoria proposta.

Assim, os jovens foram organizados em 4 níveis: Nível 1 – Jovens que não exerceram atividades remuneradas; nível 2 – jovens que exerceram atividades remuneradas sem carteira assinada; nível 3 – jovens que exerceram atividades remuneradas com carteira assinada em CTPS, na modalidade jovem aprendiz; nível 4 - jovens que exerceram atividades remuneradas com carteira assinada em CTPS tradicional. É importante ressaltar que (com exceção do nível 1), os níveis não são estáticos. Ou seja, jovens que desempenharam atividades remuneradas sem carteira assinada (nível 2) por exemplo, também apareceram no nível 3 ou ainda no nível 4, em função de possuírem diversificadas experiências profissionais.

Em relação à experiência profissional dos 10 jovens entrevistados, de acordo o nível de organização proposto acima, 06 jovens haviam passado somente por um tipo de nível, o que incluiu todo o universo de jovens entrevistados menores que 18 anos e um jovem com 18 anos de idade. Mais especificamente foram incluídos os jovens que nunca haviam exercido atividade remunerada (E2 e E6) e jovens que possuíam atividades remuneradas somente sem carteira assinada (E4, E7, E8 e E9).

Por sua vez, somente 04 jovens transitaram por dois níveis (E3, E5, E10) e três níveis (E1) de organização em relação à experiência profissional. Fez sentido o fato destes dois agrupamentos abrangerem a faixa etária dos jovens entrevistados com idade igual ou superior a 18 anos. O que demonstrou que, entre o universo de jovens abordados nesta pesquisa, os jovens com mais idade apresentavam maior diversidade de experiências profissionais.

Em caráter mais específico, somente 02 jovens entrevistados (E1 e E10) tiveram experiência profissional na modalidade de contrato em CTPS tradicional (nível 4). Incluindo o fato de haver somente 01 jovem (E1) que, de acordo com o nível de organização proposto tivesse transitado por três níveis de organização: sem carteira assinada (nível 2); com carteira

assinada (CTPS) na modalidade programa de aprendizagem profissional (nível 3) e na modalidade tradicional (nível 4).

Após delinear os respectivos grupamentos conjuntamente à análise das profissões mencionadas pelos jovens, foram analisados os argumentos em relação ao mercado de trabalho na área pretendida, o principal elemento motivador para o interesse na referida profissão e se haveria relação entre os cursos que estes jovens estavam a buscar com a profissão pretendida. A tabela a seguir apontou inicialmente quais seriam as profissões pretendidas pelos jovens entrevistados.

Tabela 12: Profissão Pretendida pelos jovens entrevistados

Identificação	Carreira pretendida
E1	Técnico em Mecânica (durante a maior parte da entrevista). Piloto de aeronave (ao final da entrevista).
E2	Engenharia de computação.
E3	Mecânica industrial (técnico) e Engenharia Mecânica (curso superior).
E4	Administração (curso superior).
E5	Soldador.
E6	Técnico de informática.
E7	Disse que ainda não pensou sobre isso. Embora tenha mencionado a profissão de jogador de futebol e aparentemente ter investido nisso (Participou de escolinha de futebol. Viajou para jogar em outra cidade e também fazer alguns testes para tentar ingressar em clubes) interrompeu estas atividades quando começou a fazer o estágio de consultor externo. Não pretende mais retornar ao futebol. Seus planos futuros incluem fazer o jovem aprendiz.
E8	Mecânico.
E9	Jogador de futebol.
E10	Professor de Educação Física.

A primeira conclusão a que se pode chegar ao analisar as profissões pretendidas pelos jovens que passaram somente por um nível de experiência profissional e seus respectivos argumentos em relação ao que seria preciso para se estabelecer no mercado de trabalho na área de interesse foi que, conforme deduzido anteriormente, estes não possuíam a fala muito amadurecida em relação a temática. O que incluiu tanto os jovens que nunca haviam exercido atividade remunerada (E2 e E6), quanto aqueles que somente a exerceram na modalidade sem

carteira assinada (E4, E7, E8 e E9). À exceção, o jovem E8, que se mostrou seguro sobre o mercado de trabalho em que pretendia se estabelecer, possivelmente por já estar atuando na função de ajudante na oficina mecânica do pai.

Particularmente os jovens E7, E8 e E9, possuíam irmãos mais velhos sendo entrevistados. Portanto foi também analisado se, os irmãos mais velhos exerceriam algum tipo de influência em relação a escolha e a carreira de interesse dos mais novos. No caso de E7, embora o irmão mais velho tenha sido mencionado como o elemento motivador para que o mesmo se interessasse em começar a trabalhar, E7 ainda não havia pensado sobre qual carreira pretendia seguir. Mesmo com o seu irmão (E5) já possuindo bastante convicção em relação a área pretendida.

Em contrapartida, E7 estava a seguir o mesmo caminho do irmão em relação ao ingresso em programas de aprendizagem, com o diferencial de se tratar de uma área diferente a que o irmão mais velho ingressou. Ambos também haviam tentado o ingresso (porém sem sucesso) em programas profissionalizantes pela prefeitura de Macaé e ainda chegaram a realizar cursos de inglês e informática (na modalidade particular), estes dois últimos interrompidos no caso dois irmãos, por condições financeiras.

Já o entrevistado E8, na época da entrevista estava exercendo a função de ajudante de mecânico na oficina do pai. Neste sentido explicou que manifestou o interesse em trabalhar com o pai a exemplo do irmão, que já trabalhava com o pai. O que o motivou foi o fato do irmão, além de consertar os carros, poder dirigi-los a ainda ser remunerado pelo pai. E8 contou que teve que insistir com o pai para este deixa-lo trabalhar na oficina: *"Meu pai nem queria que eu trabalhasse com ele. Queria que eu terminasse os estudos primeiro."* (E8. 17'58").

O irmão de E8 (jovem E3), embora estivesse também a trabalhar na oficina mecânica do pai, possuía o interesse em arcar com os custos de um curso de técnico em mecânica, visando o ingresso em empresas. O entrevistado E3 já havia realizado ainda o curso de assistente administrativo no SENAI, via programa de aprendizagem em empresa (conforme descrito anteriormente no item atividades remuneradas). Por sua vez, E8 não se identificou com a respectiva área que o irmão realizou a profissionalização.

O último par de irmãos (E10 e E9) apresentaram as mesmas características em relação a algum momento da vida manifestarem o interesse em seguir a carreira profissional no futebol e também a pretensão em ingressar em qualquer emprego que lhes oferecesse a oportunidade

de remuneração. Visto que a maioria dos jovens mencionaram o interesse no ingresso em programas de aprendizagem profissionalizantes, o fato destes irmãos não mencionarem tal possibilidade foi atribuído como caráter diferencial e considerado assim característica de compatibilidade entre as preferências dos mesmos. Somente um dos irmãos teve a oportunidade de realizar curso de informática particular (no caso E10). No entanto, o fato da interrupção do curso de informática de E10 por falta de condições financeiras, pode ser o motivo do irmão mais novo ainda não ter ainda realizado nenhum curso.

Compreendido o caso dos três pares de irmãos entrevistados em relação à influência que os irmãos mais velhos poderiam exercer sobre a escolha sobre carreira de interesse dos irmãos mais novos, embora alguns irmãos apresentassem similaridades entre si em relação a carreira a ser seguida – em exemplo, os irmãos E3 e E8 que trabalham com o pai na oficina mecânica ou E10 e E9 que almejam em algum momento a carreira no futebol - outros simplesmente se inspiraram no fato dos irmãos mais velhos estarem a buscar alguma atividade remunerada para si e igualmente estavam a buscar as mesmas via de acesso – como o caso dos irmãos E5 e E7, com o interesse de inserção em programas de aprendizagem.

No entanto, mais exemplares de pares de irmãos seriam necessários, bem como mais variáveis para que pudessem ser realizadas análises comparativas em maior profundidade. Como por exemplo, se haveria alguma carreira que tradicionalmente era exercida pela família, ou, até que ponto as condições financeiras poderiam limitar o acesso a determinados cursos e viabilizar o interesse, por exemplo, no ingresso em programas de aprendizagem gratuitos.

Entre os 04 jovens que transitaram por dois níveis (E3, E5, E10) e três níveis (E1) de organização, embora a fala em relação à experiência profissional tenha se apresentado mais amadurecida – como já dito ter inclusive feito sentido o fato destes grupamentos abrangerem a faixa etária dos jovens entrevistados com idade igual ou superior a 18 anos - não foi notado maior complexidade de argumentos em relação a temática pretendida do nível três em diante, em comparação ao nível dois. A seguir a análise destes respectivos grupamentos.

Conforme pode ser visto na Tabela 12, a profissão/área pretendida por E3 foi de engenharia mecânica (curso superior). No entanto, o jovem visando a inserção no mercado de trabalho pretendia adotar a estratégia da profissão intermediária, ou seja, primeiro se estabeleceria no mercado como técnico de mecânica industrial. Desta forma, adentraria o mercado por meio dessa profissão e após ser contratado e atingisse certa estabilidade financeira

arcaria com as despesas de um curso que o permitisse galgar a profissão desejada. A seguir os motivos enunciados por E3 que justificam a adoção desta estratégia.

Você nunca vai conseguir entrar na empresa como técnico na hora. Você vai ser ajudante de mecânico, pra depois ser técnico. [...] Ai depois que entrar na empresa, me estabilizar, eu quero começar a pagar uma faculdade de engenharia mecânica, pra continuar seguindo este mesmo ramo. (E3. 24'12").

A motivação para o ingresso na área de mecânica industrial, de acordo com E3 veio de amigos que fizeram o respectivo curso e já estão inseridos no mercado de trabalho.

"É o curso que aqui em Macaé que mais consegue emprego. O curso de Mecânica industrial aqui é tipo uma base. Pra você ser desenhista você precisa de um curso técnico. Pra você ser um torneiro você precisa de um curso técnico de mecânica industrial." (E3. 25'00").

O jovem E1 buscava também adotar a mesma estratégia da profissão intermediária que E3 visando a inserção no mercado de trabalho. A opção de E1 era pela carreira de técnico de mecânica e se dava pela grande abrangência que esta possuía dentro do mercado de trabalho em Macaé. *"No meu caso eu já tenho que analisar já uma área que não seja tão chamativa e que esteja num momento estável pra eu me encaixar". (E1. 9'14")*. Posteriormente E1 almejava a carreira de piloto de aeronave. Assim, quando se estabilizasse na profissão de técnico de mecânica, poderia arcar com os custos para o curso de piloto.

O entrevistado E1 mencionou ainda que a inserção no mercado de trabalho em Macaé estaria relacionada ao fato de se possuir alguma indicação dentro da empresa: *"Em Macaé principalmente um q.i [indicação] muito grande que você tem que ter e também tem que ser um dos melhores na área que você quer exercer". (6'57")*. Este caráter da necessidade de indicação foi bastante mencionado quando discutido o ingresso dos jovens em programas de aprendizagem.

Conforme já abordado no item atividades remuneradas, o jovem E3 também possuiu experiência em programa de aprendizagem profissional (curso de assistente administrativo). Em função da análise pretendida neste momento buscou analisar a relação dos cursos realizados com a carreira pretendida convém lembrar que, o principal motivo alegado por E3 para a realização do curso de assistente administrativo foi a remuneração recebida. A carreira

pretendida por E3 reforçou que o programa de aprendizagem profissionalizante não influenciou nesta escolha.

No caso do jovem E5, embora na época de ingresso nos programas de aprendizagem profissionalizantes (encanador industrial e solda) o mesmo já possuísse a carreira de interesse de definida, cabe também lembrar que, inicialmente a realização do curso de encanador industrial foi a maneira encontrada por E5 para conseguir alcançar o curso que de fato o interessava, no caso, de soldador. De qualquer forma, o entrevistado E5 considerou que ambos os cursos dialogaram entre si e contribuíram para a carreira pretendida. A profissão combinada seria a estratégia adotada por E5 para a inserção no mercado de trabalho.

Eu comecei com encanador industrial porque a empresa que eu fui indicado, aí me designaram pra esse curso. Aí eu depois eu consegui o que eu queria fazer, o de solda, agora eu vou dar continuidade, vou continuar fazendo o de solda mais avançado. (E5. 05'20").

A fala acima exemplifica um desejo comum a todos os jovens entrevistados que possuíam mais de dois níveis experiência profissional: à realização de cursos técnicos, inclusive por recursos próprios, com o objetivo de inserção no mercado de trabalho. Mesmo o entrevistado E10 (19 anos) que possuía carteira de trabalho assinada, sem ter realizado curso profissionalizante algum, quando perguntado sobre área que mais empregava em Macaé, considerou que a maioria dos empregos exigem a profissionalização. *“São poucas coisas assim de ajudante. Mas profissionalizante mesmo, só com cursos. A maioria com curso. [...] caldeireiro. Essas paradas assim. [...] mas tem que ter experiência.” (E10. 44'07").*

O jovem E1 considerou também que, para se estabelecer no mercado de trabalho, era necessário possuir um curso técnico. Este já havia realizado o curso de encanador industrial através de programa de aprendizagem profissional em empresa, da mesma forma de E5. Na época da entrevista E5 estava realizando o curso particular de técnico em mecânica. Sendo que, E5 trabalhava de garçom (carteira assinada) e utilizava o salário para investir no curso. *“Tô trabalhando numa área que não tem nada a ver, tô trabalhando na área de restaurante, eu sou garçom. [...] aí eu trabalho lá e a noite eu venho pro curso.” (E5. 16'18”).*

Outras falas que exemplificam essa necessidade apontada pelos jovens em relação à realização de cursos técnicos, com o objetivo de inserção no mercado de trabalho.

Um curso técnico aqui em Macaé, você com um curso técnico em Mecânica industrial, você consegue estágio em uma empresa, aí você tá lá estagiando, dependendo do seu desempenho você vai e é efetivado. [...] Esse curso técnico é a base pra você conseguir emprego em empresa offshore em Macaé. (E3. 15'23').

Pois já é um conhecimento a mais. Como eu já fiz encanador industrial [...] já dá um conhecimento maior nas outras coisas até chegar a área que eu queira [...] eu vou ter mais facilidade. Vamos supor daqui a um tempo eu faça um curso pra Petrobras. O pouco tempo que eu já fiz aquele curso já me ajuda um pouco. Ter mais facilidade. (E5. 11'41").

O entrevistado E10 já havia trabalhado nas modalidades sem carteira assinada (nível 2) e com carteira assinada (CTPS) na modalidade tradicional (nível 4). Na época da entrevista, E10 estava atuando na condição de carteira assinada, exercendo a função de porteiro em uma pousada. Porém, o mesmo já havia passado por diversas atividades remuneradas, principalmente sem ser carteira assinada. Quando perguntado sobre a profissão pretendida, mencionou a carreira de professor de educação física. Porém E10 não possuía conhecimento algum sobre a área pretendida ou ainda o que seria preciso para se estabelecer no mercado de trabalho de interesse.

O caso de E10 em específico, incluiu também a excepcionalidade deste ter sido o único jovem que havia evadido da escola. E10 não possuía o ensino fundamental completo. Em comparação aos outros jovens entrevistados com a idade próxima, a questão da escolaridade básica pareceu fundamental para a presença de um argumento mais amadurecido em relação a carreira pretendida e mercado de trabalho correspondente. É importante ressaltar ainda que mesmo sem possuir o ensino fundamental completo, de acordo com E10, o mesmo não possuía dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Inclusive o jovem já havia passado por diversos empregos alegando que não se manteve nos mesmos por questões de afinidade pessoal.

Quando E10 mencionou sobre a carreira de professor de educação física, intrigou a pesquisadora o total desconhecimento do entrevistado sobre a existência de faculdades gratuitas na região. Dos 10 jovens entrevistados, embora 04 tenham mencionado o ensino superior como opção de carreira, incluindo o entrevistado E10, as informações que estes jovens possuíam sobre esta categoria de ensino eram demasiadamente superficiais. A jovem E4 chegou inclusive a argumentar a própria pesquisadora se de fato haveriam faculdades que não fossem pagas em Macaé.

Diversas foram as contradições existentes em Macaé discutidas nos capítulos anteriores as quais, por sua vez salientaram as desigualdades de classe possíveis de serem apreendidas a partir do que estes jovens explicitaram em suas falas. Embora não seja o foco desta pesquisa, cabe lembrar que Macaé há algum tempo busca incorporar a logo de *cidade do conhecimento*, o que é atribuído à existência de um polo universitário na região, que abrange cursos de instituições de ensino superior públicas. Sendo defendido ainda na fala do prefeito do município que “Macaé não é só petróleo e pesca, mas também a cidade do conhecimento” (Aluízio dos Santos Júnior, 2015, não paginado⁵⁶). Aliás o gestor em menção, é também presidente Ompretro, cuja instituição lançou em 2014 a cartilha de profissões, onde sequer foi mencionado a existência de profissões que demandam o curso superior (conforme já discutido no item 2.2).

Contextualizou o opressor cenário, a fala de um jovem de 15 anos, na última pergunta da entrevista - que tratou sobre o maior sonho/desejo na vida – que este desejava ser engenheiro mecânico ou engenheiro civil. E que para isso era necessário “*estudar e terminar o ano [se referindo ao terceiro ano] [...] fazer faculdade e entrar nisso aí.*” (E8. 31'36"). Porém, o jovem não soube informar em que lugar havia esse tipo de curso, acrescentando ainda que: “*Eu acho que aqui nem tem faculdade nenhuma. [...] Eu nunca vi ninguém fazer faculdade daqui.*” (E8.32'20").

A fala acima ilustrou algo comum a todos os entrevistados: o reconhecimento do estudo como requisito para ascensão profissional, que muitas vezes adquiriu a forma através dos cursos (técnicos) profissionalizantes, ou ainda através dos cursos superiores. Inclusive a importância atribuída aos estudos apareceu também, dentro do contexto desta última pergunta da entrevista, na fala de 04 jovens. A seguir os trechos das falas que denotaram explicitamente este caráter.

Se o cara não tem estudo, ele não vai ter um emprego bom. Tem gente que, desculpe a expressão, nasce com a bunda virada pra lua. Consegue. Mas eu acho que a base mesmo, o princípio de tudo é o estudo. Que pra você entrar numa empresa o cara vai preferir quem tem uma faculdade do que um cara que tem um ensino médio [...] Até pra você ser respeitado o estudo ajuda. (E3. 49'16").

Continuar estudando, pra dar uma margem melhor pros meus irmãos, assim, pra eles se espelharem em mim. Que a pior coisa que tem é você ver seus irmãos olhando pra você e [...] 'ah meu irmão parou por aqui, não tá nem aí pra vida, vou fazer assim também'. [...] então eu quero alcançar uma coisa muito grande, chegar a ser, sei lá,

⁵⁶ Reportagem de Elis Regina Nuffer. Uerj em Macaé: prefeitura assina convênio. 17/07/2015. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/funemac/leitura/noticia/uerj-em-macaerj-prefeitura-assina-convenio>>. Acesso em 09/02/2016.

o melhor que eu puder, pra meus irmãos sempre olhar pra frente e falar 'quero fazer igual o meu irmão' [E5 se emociona ao final da fala].

O caráter do estudo também seria o meio para alcançar finalidades como aquisição material ou ascensão profissional. No entanto, também foi observado fluidez entre os meios e finalidades, por exemplo ascensão profissional para obter estabilidade financeira (E1). Referente ainda a esta última pergunta da entrevista, os jovens também mencionaram por exemplo: a carreira esportiva (03), no caso futebol ou jiu-jitsu. *“Meu sonho é jogar bola, jogar futebol. [...] Não posso parar. Tem vários jogador aí que passa na TV aí, assim, que vendia pipoca, igual o jogador do Vasco [...]”* (E7. 33'15"). Outros gostariam de ainda possuir o negócio próprio (02). Já a jovem E4 possuía um desejo bastante singular.

Tenho duas respostas, pode ser? Uma é quando eu tiver uma estabilidade financeira, uma carreira, independente do que eu fizer. E a outra é quando eu poder montar uma associação [no Lagomar] pras mães deixarem o filho o dia inteiro. Eu quero isso pra mãe poder ir trabalhar tranquila. [...] E ter tudo de graça, comida de graça, roupa de graça, fralda de graça, banho, gente pra cuidar de graça. Tudo de graça. (E4. 47'07").

O incentivo familiar foi fundamental para despertar o interesse dos jovens para a profissão pretendida. Como, no caso de E1, que começou a se interessar na área de desenho industrial por causa do tio. *"Primeiro ele [o tio] ensinou meu primo, meu primo com 8 anos ganhava novecentos reais a cada duas horas para desenhar com ele."* (E1. 19'10"). A seguir mais algumas falas que retrataram a atuação dos familiares para o direcionamento da carreira dos jovens entrevistados.

Eu na verdade nem queria muito fazer esse curso de administração. Mas minha mãe [diz] filha vamu abrir a mente, não sei o que. Porque hoje em dia não tá valendo mais você saber fazer. Tá valendo você ter, você ser formado. Então eu tendo o curso de administração mesmo que eu não queira alguma coisa, eu posso entrar numa empresa, eu posso conseguir alguma coisa, dali de dentro. [...] É porque sempre eu administrei o dinheiro da minha casa. Sempre fui eu que falei, ah mãe tá faltando isso [...], tá faltando comprar isso. [...] então ela viu que eu gostava disso então porque você faz? (E4. 22'37").

Porque eu gosto muito de computador, eu acho essa área legal. Eu gostaria de entender mais. Me interessa muito. [...] quem me deu a ideia foi a minha mãe e meu irmão, porque eles falam que eu fico muito tempo no computador, aí me deram a ideia, [...] então porque não faz engenharia de computação? Aí eu gostei. Pesquisei quanto tempo que é, uns cinco anos, tem um salário bom." E2 (21'00): "Eu gosto de cálculos. [...] aí envolve muito isso na dele [referindo-se a faculdade do outro irmão

que faz engenharia de produção], aí eu gostei e quero fazer também. [...] Eu nunca tinha pensado nisso, em fazer faculdade. (E2. 17'01").

"Cara, eu sempre gostei de jogar bola, minha mãe nunca aceitou isso [...] eu fui fazendo esse curso [de informática] e fui gostando desses cursos de informática e sempre gostei. Mexer com computador. Assim, computação. (E6. 11'35").

Ele [o pai] trabalha em empresa desde novo, aí ele tem vários tipos de curso, não sei nem dizer ao certo o que ele faz. Mas desde novo, meus parentes todos trabalham em empresa, eu gosto [...] eu gosto, eu não me vejo fazendo outro tipo de curso como trabalhar como informática ou outras áreas, administração. Eu gosto mais dessa área de empresa mesmo. [...] eu acho que tenho mais facilidade nisso. [...] Não adianta você trabalhar numa coisa pelo dinheiro e não gostar do trabalho. [...] Eu tenho em mente trabalhar como soldador, mas daqui, vamos supor a uns três anos, se eu gostar de uma outra coisa, mas daqui, vamos supor, a uns três anos, eu vou continuar fazendo cursos aqui em Macaé, eu sempre vou fazer. (E5. 09'12").

A entrevista com os 10 jovens do Lagomar abordou ainda sobre o imaginário desse jovem referente a capital nacional do petróleo em relação a profissão pretendida. Para tanto foi inicialmente analisado se a carreira pretendida pelos jovens estava diretamente relacionada ao setor de petróleo e gás e se a área apontada pelo jovem como a que mais emprega é a mesma que o jovem pretende atuar.

Dentro deste contexto, foi trazida ainda a visão do jovem sobre a área que a área que mais emprega em Macaé. Sendo que, posterior a esta pergunta o entrevistado foi confrontado com as estatísticas que evidenciavam por setor que mais emprega na região o setor de serviços e não de petróleo. Para facilitar o entendimento do jovem entrevistado foram exemplificados alguns tipos de empregos formais enquadrados no setor de serviços: empregos em restaurantes, caixa de supermercado, transporte, salão de beleza.

As análises iniciais revelaram que somente as carreiras pretendidas por 03 jovens estavam relacionadas ao setor de petróleo e gás. Foram as profissões de técnico em Mecânica (E1), técnico em Mecânica industrial (E3) e Soldador (E5).⁵⁷ Os entrevistados que pretendiam estas carreiras estavam incluídos no conjunto dos 05 jovens entrevistados com idade igual ou superior a 18 anos. No entanto, um elemento comum ao respectivo conjunto de 05 jovens (E1, E2, E3, E5 e E10) juntamente com mais 02 jovens de 15 e 14 anos de idade (E4 e E6 respectivamente) foi a ponderação em relação ao setor de petróleo ao considerarem esta como a área que mais emprega em Macaé.

⁵⁷ As respectivas profissões aparecem na cartilha da Ompetro (2014) com designação para o segmento de petróleo e gás.

Estes 07 jovens, que possuíam carreiras de interesse diferentes da área de petróleo e gás, porém consideravam que essa era a área que mais empregava em Macaé fizeram essa associação em função da intitulação do município de capital nacional do petróleo. “*O pessoal fala que aqui é a cidade do Petróleo. [...] Todo mundo acha que quem mora aqui é petroleiro, por isso as coisas aqui são muito caras.*” (E2. 23'25"). De acordo ainda com E2 a maioria das pessoas que conhecia trabalham “*embarcado [...] em empresas.*” (E2. 25'38").

A seguir as falas de alguns dos jovens entrevistados quando foram confrontados com os dados estatísticos, que indicavam ser o setor de serviços o que mais empregava na região.

Até então eu tinha pra mim que era a área de petróleo e gás. Mas aí você falou que não era [E3 acompanhou parcialmente a entrevista de E2]. [...] [Entrevistadora] Mas porque logo petróleo e gás? [E3] Porque Macaé, o nome já diz, capital do Petróleo [...] isso aí quem tá vendo por fora pensa. (E3. 27'09").

A entrevistada E4 que também havia considerado que a área do petróleo seria a que mais empregava em Macaé quando posteriormente confrontada com os dados estatísticos afirmou que “*Eu e todo mundo acha que o que mais emprega, que o que mais, né, é o petróleo. Nunca parei pra pensar que poderia ser lojas, essas coisas.*” (E4. 29'50"). O interessante é que logo em seguida quando a entrevistadora perguntou qual o trabalho exercido pela maioria das pessoas que a jovem conhecia, a mesma respondeu que a maioria trabalhava “*nesses comércios em geral*” (E4. 30'10").

Já o entrevistado E6, mesmo após ser confrontado continuou afirmando que as pessoas que conhecia trabalham em firmas.

Tá pegando muito tipo, engenheiro [...] que trabalham com empilhadeiras [deu o exemplo do tio] [...] Pessoas que tão embarcando. Meu avô, meu tio e meu outro tio trabalham com pintura, trabalham e firmas assim, pintado tubos. Os dois tiveram muita oportunidade para embarcar e chamam muitas pessoas pra embarcar, a maioria para embarcar. (E6. 13'40").

Através da fala dos entrevistados acima foi possível perceber a importância da intitulação capital nacional do petróleo para a naturalização deste discurso. Mesmo que a maioria destes jovens inicialmente não estejam a procurar carreiras em áreas relacionadas ao

petróleo e gás, a ideia de que esta é uma área promissora, que possui nicho de atuação e/ou vagas de emprego encontra-se no imaginário deste jovem.

É importante também mencionar que algumas das carreiras pretendidas pelo jovem está situada dentro do plano ideal, o que não dialogou com a gama de possibilidades dentro do contexto real, no qual este jovem está inserido. O jovem E9 (14 anos) por exemplo pretendia ser jogador de futebol ao mesmo tempo em que já estava a avaliar a possibilidade de procurar alguma atividade remunerada dentro do próprio bairro (E9 em sua entrevista mencionou interesse por trabalhar realizando entregas de compras em sacolões locais). Já o jovem E10 (19 anos) que pretendia ser professor de Educação Física no momento da entrevista estava evadido da escola (fundamental incompleto) e trabalhando de carteira assinada em uma pousada local.

Por sua vez, entre os 03 jovens (E1, E3 e E5) que buscavam profissão em área relacionada ao petróleo e gás, os mesmos ainda não haviam conseguido se estabelecer na profissão pretendida. Conforme já foi dito, estes mesmos jovens também passaram pela experiência de programas de aprendizagem e aderiram a fala da importância da realização dos cursos técnicos com o objetivo de inserção no mercado de trabalho.

Em um primeiro momento em que é feita a pergunta para E5 *qual a área que mais emprega em Macaé*, o mesmo não soube informar, pois alegou o fato das pessoas mudarem muito de emprego em Macaé e sempre haver novas vagas em função da rotatividade de demissões e contratações, não haveria responder a pergunta. Pouco mais à frente na entrevista (cerca de dois minutos aproximadamente), E5 afirmou que a área que mais empregava era a de *"plataforma. Porque aqui esse negócio de petróleo e gás é muito forte. Tem muita área de curso aqui envolvido com isso. Petróleo e gás, offshore."* (E5. 29'57"). Posteriormente quando confrontado com os dados estatísticos resgata a seguinte memória:

Alguns bairros em Macaé realmente focam muito em restaurante, supermercado [...] mais eu não sabia que era tão grande assim. Tem um bairro lá onde eu trabalho que o bairro é pequeno, o parque de Tubos, tem muita empresa, mas também tem muito restaurante. [...] é muito pequeno o bairro, mas o que mais tem é restaurante por causa das empresas. [...] tem muito bairro em Macaé que tem restaurante, pousada, essas áreas de trabalho assim. (E5. 31'10").

Já o entrevistado E1 especificou a área de mecânica, como a que mais emprega em Macaé, exatamente a mesma que pretendia ingressar. O interesse em atuar nessa área, se dava em função da abrangência da mesma no segmento *offshore*. O jovem E1 definiu que *"Offshore*

*seria arrumar um embarque, trabalhar embarcado". (E1. 06'40"). No intuito de estabelecer uma fluência com as questões norteadoras desta pesquisa, quando o termo *offshore* era mencionado espontaneamente pelo entrevistado, buscou-se compreender o significado desse termo para o jovem. Do mesmo modo que E1, alguns dos jovens entrevistados mencionaram espontaneamente o termo *offshore* em suas entrevistas.*

Esse curso técnico é a base para você conseguir emprego em empresa offshore. [Entrevistadora] E o que seria offshore? [E3] "Offshore é empresa que trabalha com petróleo e gás, entendeu? Trabalha com embarcação, perfuração, sonda, essas coisas em plataforma. (ENTREVISTADORA; E3. 15'50").

[Entrevistadora] Mas você sabe o que essa empresa faz? [E2] É offshore. É alguma coisa assim de peças. Eu perguntei pra ele. Só que eu me esqueci agora. [Entrevistadora] O que é isso de offshore aqui? [E2] É um tipo de armazenamento eu acho. Não lembro agora. (ENTREVISTADORA; E2. 12'55").

O entrevistado E6, que se referiu ao termo ao mencionar seu desejo em ter uma empresa *offshore*, teve dificuldades em expressar o que seria tal segmento.

[Entrevistadora] O que que é isso [offshore]? [E6] Tipo a Odebrech. A Odebrech é uma empresa offshore, tipo internacional, é uma empresa internacional. [Entrevistadora] Offshore o quer dizer isso, esse termo? [E6] Cara, eu não sei como explicar não. [Entrevistadora] Mas trabalha com o que, offshore? [E6] Muitas coisas. Pô. Deixa eu pensar aqui [não consegue elaborar]. [Entrevistadora] Mas quando você pensa que você queria ter uma empresa offshore, você pensa o que, internacional? [E6] É internacional, vários países assim, vários lugares. (ENTREVISTADORA; E6. 31'32").

Assim, dentre os 04 jovens que mencionaram espontaneamente o termo *offshore* no contexto de suas falas, somente 02 destes fizeram associação ao trabalho embarcado e mesmo assim como algo dentro do contexto da profissão pretendida. O que diferiu da fala das crianças que a pesquisadora mencionou em suas questões norteadoras. No entanto, em função da maioria dos jovens relacionarem Macaé a oferta de empregos na área de petróleo e gás, caberia uma abordagem mais direta para averiguar o interesse destes jovens no segmento *offshore*.

Finalizando a discussão sobre a visão dos jovens em relação à área que mais emprega em Macaé, os entrevistados mais novos (E9 e E6) embasaram suas falas a partir de do conhecimento das profissões exercidas por familiares próximos. O que remete a um conhecimento restrito, em função da pouca idade, sobre o universo do trabalho.

Além dos cursos de caráter essencialmente profissionalizante, no total 07 jovens relataram a realização de algum curso: inglês (E5, E6, E7), informática (E6, E7 e E10), ou ainda modalidades artísticas ou esportivas como balé (E4), jiu-jitsu (E1, E10) ou futebol (E9). A maioria dos casos em que o jovem participava de alguma destas atividades era pago com a renda da família.

A atividade de futebol mencionada acima se dava por meio de um projeto de escolinha de futebol que era ministrado gratuitamente pela prefeitura na quadra do bairro Lagomar. Aliás, a prática do futebol de quadra (em caráter de atividade de lazer) foi bastante mencionada entre os jovens entrevistados, como será visto adiante na categoria que tratou sobre o bairro Lagomar.

3.5 LOCAL DE MORADIA

As principais questões sobre o bairro Lagomar apontadas pelos jovens emergiram da pergunta *como é morar no Lagomar?* Os jovens responderam a esta questão com menções sobre: o pertencimento ao território, a violência existente no bairro Lagomar, crescimento em relação à infraestrutura ou ainda temas relacionados à especulação imobiliária, precariedade do transporte público e escola. A entrevistadora complementou ainda a pergunta principal com questões referentes às condições de transporte público, lazer, saneamento e segurança, quando não mencionadas pelo entrevistado.

Apesar dos temas abordados pela entrevistadora sinalizarem explicações relacionadas majoritariamente à precariedade de infraestrutura do bairro Lagomar ou ainda para a existência de tráfico local, as respostas diretas em torno da questão principal indicaram forte pertencimento ao território, como pode ser observado a partir de alguns exemplos trazidos a seguir.

[sobre morar no Lagomar. Resposta direta] Pra mim é o melhor bairro que tem em Macaé. Eu falo porque eu posso sair de casa três horas da manhã, rodar o Lagomar todo, como eu já faço de vez em quando, tranquilo, ninguém me incomoda. (E1. 26'08")

[sobre morar no Lagomar. Resposta direta] Morar no Lagomar é se sentir em casa. É acordar de manhã, saber que você vai na padaria e saber que seu fulano vai te dizer bom dia [...], como foi seu dia de ontem, como foi sua noite [...] é você ter uma tranquilidade entre aspas, porque a violência tá muito grande. Mas é você ter sabe. Quando você desce dum ônibus no Lagomar, você sabe, aí, aqui eu tô segura, pode acontecer qualquer coisa comigo que todo mundo me conhece. (E4. 35'43")

No caso da jovem E4, apesar da explícita identificação com Lagomar, a mesma mencionou no começo da entrevista que havia se mudado recentemente do bairro. O motivo foi a dificuldade de acesso para a escola. Com a recente chegada da jovem ao ensino médio e a não existência de escola pública desse grau dentro do bairro Lagomar, E4 passou a ter de se deslocar diariamente para o centro da cidade. Embora a distância do Lagomar para o centro da cidade seja apenas de 12 quilômetros (aproximadamente 20 minutos) em média, a precariedade do transporte público a obrigava a ter de acordar muito cedo. *"Eu tinha que acordar quatro e quarenta da manhã e lá [se referindo ao novo local de moradia] eu posso acordar seis horas."* (E4. 36'50"). A distância do bairro em relação ao emprego da mãe também foi um fator

preponderante para a mudança de bairro, que veio ocorrer em junho de 2015, cerca de dois meses antes da ocorrência da entrevista.

A precariedade do transporte público foi inclusive uma das reclamações mais comuns entre os jovens entrevistados. Dentre os motivos alegados pelos jovens para a referida precariedade: O jovem E3 considerou o mesmo ineficiente em função do bairro ser muito populoso; E5 apontou que seria uma alternativa a existência de outra empresa de transporte viário, além da SIT (se referindo à SIT Macaé Transportes S/A, empresa que detém o monopólio do transporte público da região). Já o jovem E7, embora tenha reconhecido a deficiência do serviço explicou que:

Eu não ligo pra esse negócio de ônibus cheio, eu não ligo não. Se eu tiver dentro do ônibus indo pra onde eu quero, tá bom. Tem gente que fica nervoso na hora de sentar no ônibus, essas coisas. Eu não ligo pra isso não. (E7. 30'00").

Em relação ao saneamento os jovens mencionaram que o abastecimento de água, na maioria dos casos, era através de poço artesiano. Alguns ainda mencionaram a baixa qualidade da água (amarelada) e também, nos pontos em que já haviam chegado os dutos da CEDAE, que o abastecimento era descontinuado. Adicionalmente a água potável necessitava ser comprada pelos moradores (em média um galão de água de 20 litros no Lagomar custa R\$ 5,50). A jovem E4 mencionou que: "*Aqui inda não tem água, não tem esgoto tratado. Não tem nada disso. [...] só perto da Upa [...] o resto não.*" (E4. 39'19"). A seguir outras falas que retrataram sobre a questão do saneamento.

Aqui no Lagomar é complicado. A prefeitura já vem prometendo isso [se referindo ao saneamento básico e água potável], tipo, eu acho que há uns dez anos. [...] Mas só agora que começaram a botar em prática. (E1. 27'47").

Cara eles prometeram água e tal. [...] A prefeitura promete muito pro Lagomar e não faz. [...] água quando prometeram ficou um tempo pra fazer. As quadras ali. O parque das crianças, tempo pra montar os brinquedos, só em época de eleição começaram a montar. [...] Essa semana agora que botaram refletor na quadra. (E10. 49'49").

Sobre a questão dos refletores, mencionada pelo jovem E10, estes permitem que os jovens possam jogar o futebol de noite, que é o caso do mesmo, que trabalha durante o dia. O jovem E10 ainda alertou sobre a necessidade de manutenção das quadras, já construídas há

alguns anos. Conforme dito ao final do item 3.4, o futebol aparentemente é uma atividade de lazer muito popular no bairro Lagomar.

A questão em relação à especulação imobiliária, apontada por E1, alertou para modo que o alto custo de vida presente em Macaé (conforme constatado na literatura), se refletia nas periferias da região.

[sobre morar no Lagomar. Resposta direta] "Lagomar tá sendo visado como a terra do ouro. Amigas da minha mãe na época que veio para cá comprava um terreno gigantesco, trocava terreno por um freezer velho [...], meu pai o terreno que a gente mora hoje, meu pai pegou por dois mil reais naquela época. Hoje em dia o terreno [no Lagomar] tá valendo 150 mil. " (E1. 25'20").

Adicionalmente no caso do Lagomar, E1 explicou que a valorização dos terrenos/imóveis no bairro ocorreu em função de ter sido anunciado a instalação do terminal portuário, próximo ao Lagomar. Em função da maioria dos entrevistados terem estabelecido moradia no Lagomar com idade igual ou menor a seis anos de idade, o crescimento territorial do bairro pode ser percebido pelos entrevistados.

[sobre morar no Lagomar. Resposta direta] Cara é bom. Lagomar mudou muito, desde que eu comecei a morar. A maioria era só mato. Não tinha muro. Era cerca. [...] A questão é que foi evoluindo, começaram a botar piche, asfalto, aí o pessoal começou murando pra ter uma segurança melhor. Com pessoas de fora, que a gente não conhece. (E10. 46'03").

O quesito em relação a segurança do bairro, apesar de precário, foi tratada com naturalidade entre a maioria dos entrevistados (à exceção de E9).

É lógico que se você andar com a bicicleta mais cara e deixar ela na porta da farmácia por muito tempo [...] vão pegar. Mas aqui dentro eu nunca fui assaltada. [...] me sinto segura aqui dentro. Todo lugar tem tiroteio, todo lugar tem crimes, todo lugar tem morte, mas eu acho que aqui é diferente. Não sei se é porque eu conheço todo mundo. [...] todo lugar tem tráfico de drogas, todo lugar tem tiro, todo lugar tem morte, aqui também é um lugar desses. (E4. 38'24").

Já o jovem E5 embora tenha considerado que aumentou o número de viaturas no bairro com o objetivo de transmitir mais segurança para população considerou que não era dado o foco correto, visto que se a polícia se concentrava na apreensão dos carros que circulavam

irregulares pelo bairro, ao invés de coibir o tráfico. O entrevistado E10 quando perguntado sobre a segurança no bairro, respondeu da seguinte forma: *"Muito poca cara. Muito poca. Porque a gente hoje em dia tá vivendo um, mais no tráfico. Muita coisa. Os policiais não dão apoio legal. As vezes. Só quando acontece alguma coisa."* (E10. 46'45"). A abordagem da entrevistadora em relação a segurança no bairro foi entremeada com falas advindas dos entrevistados sobre a violência no bairro e/ou citações sobre o tráfico local.

É tranquilo. [se referindo a segurança do bairro] Tem algumas coisas, violência e tal. Mas nada absurdo entendeu. Tudo que pode ter em qualquer lugar do mundo. (E3. 35'47").

[sobre como é morar no Lagomar.] Eu gosto, mas eu não gosto que fica os bandidos, aí a gente não pode brincar, jogar bola. Só fica só dentro de casa. [...] fica aqui na rua, fumando, cherando, as vezes dá tiro pro alto. (E9. 16'40").

A situação da violência era agravada dentro do bairro Lagomar, pois haveriam rivalidades entre o comando (fação) do Engenho da praia e do Lagomar. No caso, o bairro Lagomar encontra-se separado por uma rua (a rodovia Amaral Peixoto), da localidade do Engenho da Praia. Uma das ruas de dentro do Lagomar, inclusive já era de domínio do tráfico local, o que aumentava esta tensão, segundo os entrevistados.

Apesar da existência do tráfico no bairro Lagomar, a pesquisadora percebeu aparente aceitação dos moradores em relação a atuação dos mesmos na localidade. A menção ao tráfico de maneira geral dentro do bairro transmitia inclusive a noção de certa proteção, visto que os mesmos não *mexiam* com o morador local e/ou ainda evitavam o agravamento de alguns tipos de violência, como assaltos e estupros.

Esse poder paralelo ao estado, que assumiu estas formas de relações sociais dentro do Lagomar reitera a ausência de segurança pública no bairro. A questão do tráfico apareceu novamente durante as entrevistas quando foi perguntado aos jovens sobre as atividades de lazer existentes no bairro. Isso porque a quadra, que foi mencionada como a área de lazer mais popular entre os jovens, tem sido ponto de atuação do tráfico local, segundo o relato dos entrevistados.

Com as possibilidades de lazer reduzidas no bairro, conforme apontou as porcentagens em relação ao uso e ocupação do solo no bairro Lagomar (vide capítulo 1.3), a lagoa (intitulada

oficialmente por Cabiúnas ou Jurubatiba) existente dentro da porção do parque que pertence ao município de Macaé foi apontada na literatura como opção de lazer da população local. Assim, a presente pesquisa buscou compreender qual era a relação que os jovens estabeleciam com a área do parque nacional da restinga de Jurubatiba, limítrofe ao bairro Lagomar, ou minimamente, se os jovens conheciam o local e/ou o enxergavam como uma possibilidade de lazer. Algumas falas foram muito abundantes neste sentido.

[Entrevistadora] Mas aqui perto, não tem um parque? [E1] O parque Jurubatiba? [...] É raro ter algum passeio ou alguma saída. Sinceramente já faz tempos que não vejo divulgar um projeto para conscientização do Parque. [Entrevistadora] Mas você já foi lá? [E1] [...] A gente mora dentro do parque praticamente. [...] Tem gente que acha que quando acaba a rua do Lagomar que começa o parque. O parque começa antes de acabar a pista. Só que a invasão da população que destruiu o começo do parque. [...] [Entrevistadora] Como que é essa relação com o parque? [E1] [...] A nossa relação é mais com a Lagoa, que a Lagoa fica mais pra frente do parque. A gente entra pela beira da praia, que tem uma guarita agora, fecharam a entrada, pra botar uma guaritazinha bunitinha, fizeram um calçamento, tão melhorando a entrada. Mas antigamente era chão batido. A gente ia andando, a pé. [...] Eu curtia muito quando não tinha nada lá. Era estrada de barro pra chegar. Eu curtia muito que era mais divertido. Ia a galera, conversando brincando na beira da praia. Aí a divisão praia e Lagoa de vez em quando a prefeitura ia lá e abria. Aí ficava um morro e a gente brincava. Era bom. Agora que com tudo que tão fazendo lá fecharam a entrada, a água também não tá como era antigamente. [...] a água agora tá quinze vezes mais escura do que cinco anos atrás. [...] [E1] Agora vão pra lá pra fazer churrasco, coisa que não tinha, a própria população não deixava. Agora até por causa da criminalidade, eles vão pra lá levam churrasqueira, droga, latinha de cerveja, vão deixando lá. (grifo da autora. E1. 31'14")

Inicialmente a pesquisadora perguntou ao primeiro entrevistado (E1) se o mesmo conhecia algum “parque” que existia ali por perto (do Lagomar). Embora imediatamente E1 tenha feita a associação ao “parque Jurubatiba”, explicou que a relação dos moradores se dava mais com a Lagoa (que existe dentro do parque). A partir desta informação a entrevistadora buscou com os próximos entrevistados dar ênfase à lagoa no sentido de averiguar a relação que os jovens estabeleciam com o respectivo parque nacional.

O jovem E1 demonstrou uma fala muito amadurecida em relação ao parque apresentando bastante clareza sobre o fato de que parte do Lagomar esteja integrado geograficamente a este. Foi percebido também certo saudosismo em relação à utilização da lagoa no passado como área de lazer. Mesmo com as intervenções estruturais realizadas na área do parque, E1 preferia o modo como era o local antigamente. A fala de E10, apontou colocação semelhante. O fato de haver infraestrutura dentro do parque, porém, que não era colocada em uso, era algo que aparentemente desmotivava o jovem E10 a frequentar o local.

É lá no final, a lagoa. Lá muito raro alguém ir [...] eu no entanto não vou mais porque eu não gosto. [...] Lá dentro tem tudo, mas não tem nada. [...] Tem as lojas lá, tem as coisas, mas não é aberto. Tudo trancado. Não tem ninguém lá trabalhando. [...] É um espaço que poderiam tá usando, pra ajudar a gente, pra trazer coisas novas pra gente. [...] Mas não tem ninguém pra fazer. Só fizeram e deixaram. (E10. 54'35")

A questão da criminalidade existente no entorno do parque e seu interior, de acordo com E1 resultou no afastamento dos moradores locais, que estão deixando de utilizar a lagoa como área de lazer. Os entrevistados E5 e E6 também abordaram a questão da existência do tráfico na área correspondente ao parque, embora para E5, esse caráter não restringisse o acesso das pessoas ao local.

Até indo ali pra Lagoa de Jurubatiba reformaram, fizeram [...] tipo uma praça até chegar na lagoa, colocaram quiosques, ficou bem bonito. Mas assim, já a área da W30, MPM [áreas do bairro que são limítrofes ao parque] continua a mesma coisa. [Entrevistadora] Você entra lá? [E5] Entro. Aqui no Lagomar todos os moradores têm livre acesso a tudo. [...] Só tem certas coisas que é que, tem certas áreas é que, como, os rapazes que são envolvidos com o tráfico eles não são de implicar com ninguém não, mas quando vê que não é da área, essas coisas assim, sempre param pra perguntar. Mais isso é raramente. Todas as pessoas que vem visitar tem livre acesso. Aqui é bem tranquilo, principalmente quando comparado a outros bairros como a Malvina, Nova Holanda. (E5. 47'49")

*Tem lagoa lá pra cima lá, lá pra trinta [rua do Lagomar]. [Entrevistadora] E vocês vão pra lá? [E6] Cara, [risos] é meio difícil. A gente ia bastante. Mas hoje em dia difícil. [...] Lá pra cima, pô, **lá tem mais morte do que vida**. [Entrevistadora] Como é o nome dali de onde tem a Lagoa? [E6] Parque Jurubatiba. [...] Lá reformaram. [...] fizeram tipo quiosque. [...] iam fazer restaurante, mas picharam o muro todo. [Quando a entrevistadora perguntou quem pichou, E6 fez um sinal visual e gesticula demonstrando se referir ao tráfico]. [Entrevistadora] Mas ali tem segurança não tem? [E6] É, tinha segurança, depois que entraram lá, fizeram uns negocinho lá, [riso], teve gente cara, o pessoal do movimento tipo, passou até no jornal, entrou lá, pra atirar nos seguranças. Não sei se tá tendo mais, pois faz algum tempo que eu não vou do lado de lá. [...] As vezes eu corro na praia, mas só corro dali da 14 até a 28 [nomes de rua], não chego lá não, volto. (grifo da autora. E6. 28'50").*

O entrevistado E5 embora não tenha mencionado que utiliza a área da lagoa para o lazer, mostrou certo desapontamento com o fato de somente terem ocorrido melhorias dentro da área do parque. Já a jovem E4, apesar de não lembrar o nome do parque alegou que conhecia a área ao qual a entrevistadora estava a ser referir. Porém, não considerou a área como local de lazer. Chamou atenção a comparação que E4 fez entre a invasão do bairro na área que em tese seria de restinga, com os dutos da Petrobras que passavam adjacentes ao parque, contra argumentando que ali também havia mata.

[E4] Sim, sim. Parque, como é que é, esqueci o nome. É aquele parque florestal? [...] [...] [Entrevistadora] Ali é considerado uma área de lazer? [E4] Não. Não não. Porque ninguém vai pra lá. [...] a gente caminha na lagoa e tal. Mas entrar pro parque [...] porque não tem como, é uma mata fechada praticamente. Tem cerca, tubulações da Petrobras. Ninguém gosta de andar por ali. [...] É como se tivesse uma coisa e o povo ignorasse. [...] é uma coisa que tem e que não tem. [...] Porque quando começou o Lagomar, uma parte que ficou perto do parque, foi invadido. Mas que não era parque, parque, parque porque você tem uma distância [...] Até mesmo a Petrobras aonde tem a tubulação, você acha que aquilo ali não era mata? " (E4. 40'25").

De maneira geral, o que pode ser evidenciado foi que a maioria dos jovens conheciam a área corresponde ao parque nacional e a associaram como local de lazer. A presença da lagoa de fato era o principal atrativo para a ida ao parque. Porém, nenhum dos jovens frequentava a lagoa nos tempos atuais. Os motivos variaram: Alguns por uma questão de preferência; outros até por receio de animais peçonhentos; ou ainda a insatisfação de alguns entrevistados com a subutilização da infraestrutura presente dentro do parque, foi o motivo alegado para que os mesmos não se interessassem em frequentar o local. No entanto, a fala mais recorrente para se evitar a ida até o local da lagoa, se referiu a presença do tráfico local no entorno do parque. Segundo os entrevistados, a área do parque era de domínio da facção rival.

Em relação aos entrevistados senhora Nilcia Liz e senhor Renato da Silva Lyrio, que atuaram a desenvolver projetos de caráter cultural e esportivo dentro do bairro Lagomar (no caso do projeto do Renato, este ainda encontrava-se ativo na época da entrevista), foi esperado destes que, em função da vivência dos mesmos com jovens do Lagomar, o entendimento sobre as condições de vida deles pudesse ser aprofundado. Os coordenadores expuseram ainda o modo pelo qual foi estabelecido a relação destes com o Lagomar e neste contexto e quais foram as demandas que ocasionaram o desejo de implementar os respectivos projetos dentro do bairro.

A senhora Nilcia havia residido no Lagomar por 16 anos. Em função disso seu relato ofereceu grande contribuição em relação a situação do bairro, desde a época de implementação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, e também sobre o crescimento das habitações irregulares.

Toda aquela área também fazia parte da reserva para manter o parque intacto. [...] O bairro inteiro era ser para ser um loteamento de cinco mil metros quadrados, porque ia ter menos impacto ambiental. [...] Uma residência por cinco mil metros quadrados, te dá menos impacto. Você não precisaria é [pausa] desflorestar o restante. [...] Aí quando [...] os fiscais do IBAMA viram que, é, algumas pessoas estavam loteando aquelas áreas foi que botaram as placas nas esquinas principais.

[...] As placas eram, [...] 'Crime ambiental, é proibido a construção de residências' [...] Isso se tornou uma grande briga política no município. Só que não parou de se vender. [...] As pessoas que moram no Lagomar tem proposta de compra e venda. A escritura definitiva só as primeiras pessoas que compraram as quadras é que as tem. Aí nisso, não podia a prefeitura entrar pra fazer recurso nenhum, não podia urbanizar, não podia calçar, não tinha esgoto, todo mundo usava água de poço, uma água fétida, amarela, uma água que não é potável pra tomar, pra beber. Mas que infelizmente a maioria das pessoas que chegavam lá em vez de comprar água mineral, bebiam essa água. Por isso tinha várias enfermidades as crianças. E nisso muitas crianças surgindo, surgindo, surgindo. Não tínhamos creche, escola no bairro, não tinha nada. E com minha inquietude de não ficar com os braços parados [...] comecei um trabalho social, só que procurava sempre o lado religioso, aonde tinha uma igreja, porque não precisava pagar aluguel. Fazia parcerias com as igrejas e começava a fazer o trabalho social. (NÍLCIA. 09'50'').

Em meio a esta situação de precariedade que vivenciava no bairro - ausência de saneamento, saúde pública, escolas – Nilcia começou a implementar por iniciativa própria, pequenas ações tentando minimamente amenizar as mazelas existentes no bairro.

Quando eu cheguei aqui no Lagomar que eu vi que tava em meio a um monte de bicho de pé, que não adiantava pegar uma agulha e sair estourando os bichos de pé, que eu tinha que dizer pra pessoa 'olha você tem que higienizar o seu pé, você tem que quando ficar o dia todo trabalhando, que for tomar banho, tem que olhar embaixo da unha [...] comprava vidrinhos de álcool pra dar. E meu ex marido era comerciante ficava bravo porque eu ia e comprava as caixas de álcool 70 e guardava dentro do guarda roupa e sem ele ver eu ia dando álcool 70 e algodão. Então esse trabalho eu sempre fiz. (NÍLCIA. 31'57'').

Além desta ação, Nilcia com o tempo também conseguiu implementar oficinas dentro do bairro: aulas de reforço escolar, artesanato, atividades esportivas, entre outros. Alguns professores se ofereciam a ministrar os cursos gratuitamente. Em 2011, no intuito de poder oferecer os cursos de forma continuada resolveu montar um instituto, sem fins lucrativos. Pois pensou que, se cobrasse uma taxa mínima, o suficiente para pagar os professores, conseguiria manter os professores e o aluguel do espaço onde os cursos ocorriam.

Porém seu projeto não se sustentou, pois não havia regularidade do pagamento da taxa por parte dos responsáveis das crianças. A coordenadora comentou ainda sobre a ausência de incentivo dos pais dentro de casa com a criança.

Só tenho os meus pais que trabalham o dia todo [se referindo a realidade da maioria das crianças que frequentavam o projeto] chegam em casa de noite, já chegam cansados, sem atenção. Meu pai para no bar pra tomar uma cerveja, pra vir pra casa por volta de dez, onze horas da noite. A minha mãe chega cansada vai fazer minha janta, com pouca paciência. Não se interessa pra ver meu caderno, pra ver minha

tarefa. A realidade de 70% de quem mora no Lagomar é essa. [...] Pelo comum os dois [pais] trabalham. Se a mãe fica em casa, quando tem uma criança pequena de dois, três anos, senão, consegue uma creche, já coloca na creche. Já corre pra trabalhar. (C1. 38'15'').

O motivo acima mencionado, aliado ao prejuízo financeiro e cansaço físico que a manutenção do projeto estava lhe causando levaram Nílcia a fechar o instituto. A única atividade que havia se mantido até época da entrevista foi o jiu-jitsu. Isso porque, de acordo com Nílcia, “o professor de jiu-jitsu que era tão apaixonado por jiu-jitsu que por fim ele passou já a não me cobrar as aulas.” (NÍLCIA. 18'44''). O professor que a coordenadora estava a se referir era justamente o senhor Renato.

Em entrevista, o senhor Renato contou que a relação com o Lagomar começou sem querer, quando conheceu a Nílcia, em 2012. Quando Nílcia lhe apresentou a proposta do instituto, Renato que se interessou em formar uma turma de jiu-jitsu no Lagomar. No decorrer da entrevista, o coordenador Renato pode expor a dificuldade que tem sido manter um projeto dentro Lagomar.

Foi assim que eu tive um contato maior com o Lagomar e com a realidade do projeto dela [se referindo a Nílcia], da carência, da dificuldade. Porque uma coisa é você tá dentro de um bairro como o Lagomar e trabalhar com verba, com grana. Pra gerar uma infraestrutura e tal. Outra coisa é você trabalhar num bairro como o Lagomar e a prefeitura não te ajudar com infraestrutura e você fazer de tudo pra chegar no final do mês com um aluguel pra pagar. (RENATO. 14'59'').

Na função de professor de jiu-jitsu dentro do instituto, no qual atuou por dois anos, Renato explicou que nunca recebeu remuneração. Neste sentido, a entrevistadora perguntou, o que o motivava a desempenhar o projeto no Lagomar, mesmo sem nunca ter recebido salário.

[...] Quando você através do jiu-jitsu você dá aula, você leva um sorriso pras crianças, você dialoga com as crianças, e você mostra pra elas que tem uma competição vindo, que ela é capaz., tudo muda na cabeça deles. Tudo muda. Você passa pras crianças uma esperança, você tá passando uma esperança, que o governo não passa. Que os pais talvez em casa não passe pra eles. [...] Eu pude perceber nesses anos dando aula até agora que você tem uma porcentagem de acesso muito pequena [aos pais]. [...] É uma situação meio obscura. E você tem que através da conduta do aluno, do perfil do aluno, diagnosticar motivos pelos quais ela tá assim. Tem uns que chegam pra treinar, cada um tem um problema. [...] Eu noto que boa parte o perfil deles, não de todos, mas da maioria, de agressividade. Não é agressividade de você sair batendo em tudo, mas é uma agressividade na forma de falar, de agir e a gente precisa lapidar como instrutor. Quando você entra em projeto em uma área carente, de risco, você tem que ter muito jogo de cintura. Você tem que se doar [...] amenizar a situação deles de alguma forma. (RENATO. 40'45'').

Conforme explicado pela Nílcia, a atividade do jiu-jitsu, foi a única que se manteve após o fechamento do instituto, em função do professor Renato ter assumido a gestão da turma. A estratégia adotada por Renato para ter conseguido dar continuidade ao projeto - que inclusive ocorre em outros bairros em Macaé – tem sido procurar os espaços das igrejas evangélicas para ministrar as aulas. Com a isenção do custo pelo espaço físico é possível cobrar um valor mínimo mensal, somente para poder gerir o projeto (inscrição dos alunos em competições, compra de quimonos para aqueles que não possuem condições financeiras, compra de água, tatame, etc.).

Ao final da entrevista Nílcia expôs suas impressões em relação a Macaé e o bairro Lagomar.

Eu vejo Macaé como um garimpo. Macaé primeiro tava no bruto, aí descobriram o outro, mas aí os grandões vieram e pegaram todas as pedras preciosas. E na época que tava tendo muita pedra preciosa, foi dividido pra poucos. Então agora, tá se esgotando, ainda tem muito outro ainda. Mas tá se esgotando ou se limitando esse ouro e as vezes é mais bonito fazer asfalto, que é algo notável, de que botar escolas, que cuidem de pessoas, com incentivo cultural. [...] Mas lá no Lagomar, na Malvina, que é favela, na Nova Holanda, que é uma grande favela, não tem uma escola com incentivo cultural. Com teatro, balé, cinema. [...] E porque não porque não dá oportunidade pra quem veio pra Macaé? [...] Eu tenho uma filha que é macaense, lagomaense [risos] que nasceu no Lagomar. Então assim, ela não tem direito em pensar em fazer uma formação teatral? E é isso que eu penso, que é uma mina, só que de petróleo e os governantes investem em algo de fácil visão e de pouca ação humana. (NÍLCIA. 53'07'').

Conforme pode ser evidenciado em relação às falas dos jovens e lideranças locais entrevistados sobre as condições no bairro Lagomar, em Macaé/RJ, estas remetem a diversas precariedades: econômicas, de saneamento, transporte, segurança e lazer. A questão da violência, que adquiriu contorno por meio da atuação do tráfico dentro do bairro alertou para o quão precário e conturbado é o ambiente que o jovem do Lagomar tem sido obrigado a conviver cotidianamente.

Neste sentido, o conjunto de informações transmitidas por estes indivíduos veio a reafirmar a ocorrência de injustiça ambiental (evidenciada no item 1.3), neste bairro periférico em Macaé. Porém, também foram estabelecidos contrapontos em relação a literatura consultada sobre o bairro Lagomar e por exemplo, a relação dos moradores com a área do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. No caso, não somente a localidade era conhecida pelos jovens entrevistados, como também foram apontadas insatisfações pelo modo que a gestão do parque tem conduzido as políticas de utilização e infraestrutura do mesmo. Adicionalmente tornou-se

problemática a área do Parque ser utilizada para o lazer, em função principalmente das condições de violência no entorno e em certas áreas da referida unidade de conservação.

CONCLUSÕES

A presente dissertação de mestrado analisou as formas de apropriação do ensino profissionalizante na dinâmica de reprodução social determinada pela instalação da cadeia produtiva do petróleo no município de Macaé, tendo delimitado a pesquisa na formação dos jovens de 14 a 24 anos das classes subalternas, em particular daqueles residentes no bairro Lagomar. O objetivo e a metodologia utilizada resultaram das motivações e inquietações da pesquisadora originadas após sua primeira imersão exploratória em campo, em que observou a reprodução e naturalização de um discurso do dominador pelo jovem subalternizado quanto ao papel da indústria do petróleo na promoção de prosperidade material e inserção no mercado de trabalho pela juventude macaense.

Ao compreender a educação na organização social e territorial da capital nacional do petróleo a partir de seu elemento fundante, ou seja, do processo de acumulação de capital no atual contexto de desenvolvimento no Brasil, fortemente marcado pela precarização do trabalho e reprimarização da economia, foi possível identificar como jovens de classes subalternas são territorialmente localizados nas periferias, em áreas de favelas, caracterizando um caso de injustiça ambiental. A educação voltada para o trabalho, nesse caso, desempenha um papel ideológico decisivo de reprodução do discurso da responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso do jovem no mercado, de reprodução de uma formação dualista, voltada para o trabalho manual e inserção precarizada e subordinada nas relações econômicas, e de manutenção do jovem em áreas desvalorizadas e sujeitas a conflitos ambientais variados.

Apesar das desigualdades sociais presentes na região não serem contemporâneas e decorrentes exclusivamente da descoberta petróleo - como pode inclusive ser evidenciado historicamente por análise documental, que abarcou a consolidação dos processos de formação para o trabalho em Macaé - evidentemente, as relações de classe foram reconfiguradas contemporaneamente pela indústria do petróleo, sua lógica fossilista e seu ideário eurocêntrico. Essa reconfiguração, reordenando o espaço, agudizam os conflitos ambientais, delimitam zonas de sacrifício onde residem os trabalhadores, determina a precarização do trabalho e expulsa povos tradicionais de seus territórios. Com isso, eliminam-se alternativas e práticas econômicas e culturais, obedecendo aos padrões de espoliação e acumulação do capital, algo sobremaneira distinto dos mecanismos de dominação social existentes no período de ocupação e colonização.

Neste contexto, o capitalismo dependente brasileiro, mantido através da reprimarização da economia, está tornando a disputa por recursos energéticos e matéria-prima cada vez mais acirrada. O petróleo, apesar de finito, atende plenamente as necessidades imediatistas de expansão do capital ao se constituir na principal fonte energética de alto rendimento e fácil mobilidade, facilitando os fluxos econômicos, a alta produtividade e a concentração de capitais. Sob uma figura de linguagem biológica, é possível considerar que o processo produtivo vigente fagocitou o petróleo e o tornou central para o funcionamento da maquinaria capitalista. No entanto, para torna-lo energeticamente favorável é preciso retomar o conceito da física, de que para haver trabalho positivo é preciso que força de trabalho atue na mesma direção do movimento. A força de trabalho, neste caso, jovens trabalhadores que buscam inserção no mercado de trabalho dominado por forças econômicas ligadas ao petróleo, para garantir a viabilidade do sistema precisa atuar sob condições precárias. Em particular, precisa ser formada de modo precário para se manter no lugar social subordinado e para se constituir como massa relativamente qualificada à disposição do mercado, ainda que sem poder ser integralmente absorvida.

Analisando as condições do mercado de trabalho no município de Macaé foi percebido que a partir de uma lógica de desenvolvimento regional em torno do setor produtivo do petróleo - que fomenta o discurso de altos ganhos financeiros e emprego para todos - a maior parte do contingente de trabalhadores é condicionada a ocupar os postos de trabalho precarizados. Precarizados pois, entre outros fatores, a flexibilização das relações de trabalho, sob as quais se promovem os contratos das empresas terceirizadas com o trabalhador são efêmeras, além de não garantirem estabilidade para a economia do município.

A análise de dados em relação aos cargos e setores que mais empregam em Macaé relevou uma alta rotatividade de trabalhadores - emprega-se muito, mas também demite-se muito - o que gera a impressão de constante oferta de empregos. Essa característica abre para a necessidade de futuras investigações que analisem as condições de trabalho dos empregos que são ofertados na região. Porém, os indícios que a análise quantitativa nos fornece é que as empresas instaladas na região, não disponibilizam cargos com garantia de empregabilidade em longo prazo.

Na capital nacional do petróleo, o setor que mais admitiu trabalhadores formais no município de Macaé em 7 anos (Jan 2007 - Dez 2014), foi o de serviços. E mesmo com uma distribuição igualitária de gêneros, presentes em Macaé, as vagas disponíveis no mercado de

trabalho são majoritariamente ocupadas por homens. Podemos esperar ainda por prognóstico futuro, que o jovem que chegará ao mercado de trabalho em Macaé manterá o padrão observado entre a população adulta economicamente ativa, apresentando a ensino básico incompleto.

De fato, o critério de escolarização exigido para os cursos de qualificação nas nove ocupações que mais empregam em Macaé, tem sido o ensino fundamental completo. No entanto, uma busca exploratória das ofertas de emprego existentes em Macaé nestas mesmas ocupações revelou incompatibilidade entre a escolaridade exigida no mercado – que em sua maioria exigia o ensino médio – e aquela exigida pelos cursos profissionalizantes. Chamou a atenção ainda a cartilha de profissões da Ompetro, cujo o público alvo diz ser o jovem de ensino fundamental e médio, apontar cursos no ramo do petróleo e Gás, cuja escolaridade não ultrapasse o ensino médio. Não foi pretendido abordar nesta pesquisa a questão do acesso do jovem subalterno ao ensino superior, porém este caso em particular demonstrou os sutis mecanismos de dominação e legitimação das desigualdades por uma fração dominante que condiciona o lugar de classe do subalterno dentro do mercado de trabalho.

A exaltação do nacionalismo energético sustentada pelo pilar do petróleo, abre margem também para o fetiche de distribuição igualitária de riquezas e prosperidade material. Particularmente em Macaé, que ocupa a segunda posição em arrecadação de royalties na região norte fluminense (RJ), em função do seu expressivo potencial de produção petrolífera, investe-se fortemente no desenvolvimento deste setor produtivo. O que inclui, entre outros elementos inicialmente indicados na dissertação, profissionalizar os trabalhadores para atender as demandas das empresas que se instalam na região e organizar a cidade para este fim, eliminando ou dificultando qualquer alternativa econômica fora da cadeia do petróleo.

Porém a instrução necessária e ofertada é mínima, visto que se propõe a atender às demandas do mercado por mão de obra barata e formada de modo aligeirado para os postos de trabalho de interesse da cadeia produtiva do petróleo ou para manter e reproduzir um exército de reserva industrial, indispensável para a manutenção da massa salarial em patamares aceitáveis diante da taxa de juros exigidas para o setor e para manter os trabalhadores mobilizados estritamente pela busca imediata por emprego . Por sua vez, é pretendido atender uma demanda das empresas da região, que necessitam de um profissional “qualificado”, mas que não querem arcar com este custo. Neste contexto se enquadram os programas de aprendizagem em empresas, conhecidos popularmente por jovem aprendiz, que evidenciam justamente o modelo de organização técnico industrial adaptado para o desemprego estrutural

e para a modelagem do jovem para aceitar a condição subordinada. Os cursos profissionalizantes oferecidos gratuitamente pelo município também operam sob esta lógica.

Mesmo com a disponibilidade das políticas sociais que tangem a profissionalização do jovem subalterno em Macaé elencadas ao longo desta pesquisa, evidenciou-se ainda bastante arraigado entre os jovens entrevistados, principalmente entre aqueles já atuantes no mercado de trabalho e que passaram inclusive pelos referidos programas sociais, a necessidade de buscar a formação técnica, também por recursos próprios. A análise dos dados em relação ao número de matrículas nos cursos privados de caráter profissionalizantes em Macaé reiterou esta observação empírica. Foi evidenciada também a estratégia de buscar atividades remuneradas em áreas afins, como forma de conseguir custear a própria formação.

Contudo caberiam desdobramentos mais aprofundados, inclusive de caráter quantitativo, para compreender, por exemplo, se entre os jovens que passaram por programas sociais de cunho profissionalizantes, haveria possibilidade de inserção na profissão correspondente somente com a formação recebida. Ou ainda qual seria o perfil deste jovem que está se inscrevendo em programas profissionalizantes privados em Macaé. Isso porque o fato desta pesquisa ter ocorrido mediante o contexto de crise econômica, poderia vir a contribuir para a dificuldade de inserção dos jovens entrevistados no mercado de trabalho formal, que já possuíam idade suficiente para inserção no mesmo. Este contexto porém reforça o caráter efêmero da centralidade em torno da atividade produtiva do petróleo, que embora mantenha a economia aquecida em curto prazo, não tem se mostrado eficiente em um cenário de crise no setor.

O abrupto crescimento econômico promovido pelas atividades de extração, e a dependência gerada em torno destas, promoveu em Macaé a acelerada expansão do crescimento populacional, fruto do fluxo migratório, que aliado a um processo de ocupação sem respeito por parte do poder público a direitos básicos e garantia de infraestrutura, proporcionou o desenvolvimento das periferias e a localização nessas zonas ambientalmente degradadas e precárias para a sobrevivência humana. O jovem residente nestas periferias, cujas condições são agravadas pela violência, aliado à precariedade financeira, que o leva à busca por toda e qualquer formação e possibilidade de se conseguir dinheiro, se torna elemento chave para a reprodução das formas de desigualdade e dominação próprias do modelo de desenvolvimento baseado no petróleo. Aliás este sistema é muito astuto neste sentido: Sob estas condições de

vida, é naturalizado no jovem deste a mais tenra idade que cabe a esta a mudança de sua própria realidade.

Os programas sociais de profissionalização estão a moldar os jovens a partir de 14 anos de idade para o mundo do trabalho simples. Sob um discurso de: Basta ter ‘q.i’, basta ter o curso x, y e/ou z, basta ser bom no que você faz, basta você ser dedicado, basta compreender que o mercado oscila em função das crises econômicas e ora você pode estar empregado, ora você pode estar demitido, basta compreender que os contratos são flexíveis e por isso não há garantias de estabilidade no emprego, basta aceitar que as prefeituras sempre do lado do empreendedor, pois elas desejam royalties e altas arrecadações em impostos, por isso você não poderá contar com a garantia de seus direitos sociais básicos. São muitos “bastas”, porém basta aceitar tudo isso e você, jovem, será muito bem-vindo na capital nacional do trabalho.

Enquanto o jovem busca se inserir precocemente no mercado de trabalho, as oportunidades de conhecer outros universos e aquilo que de fato o enriquece como ser humano (esportes, artes, estudos, outras culturas e mesmo uma gama mais abrangente de carreiras) lhe são negados. No entanto, dentro do atual universo (real) deste jovem, residente nas periferias em Macaé, a partir do que foi constatado nesta pesquisa, é preciso minimamente discutir as políticas educacionais e trabalhistas dos programas sociais nos moldes do jovem aprendiz, que não oferecem garantia de emprego aos jovens. É preciso lutar por condições mais dignas de trabalho e pela garantia de direitos desses jovens das periferias, que precocemente estão a ser alocados como exército industrial de reserva na capital nacional do petróleo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. V. de. Desenvolvimento local e *royalties* do petróleo: por uma agricultura familiar pulsante no município de Campos dos Goytacazes/RJ. *Boletim Petróleo, Royalties e Região* - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XIII, nº 49 – Setembro / 2015.
- ABREU E SILVA, C. R, de; FARIA, T. J. P. O mapa da migração em Macaé: impactos da industrialização no processo de urbanização. v. 1, n. 1 (2011): Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/index>>. Acesso em: 18 julho 2014.
- ALTVATER, E. *O fim do capitalismo como o conhecemos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ARAÚJO, T. B. Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr.-jun. 1999. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=143. Acesso em: 09. out. 2015.
- BARCELOS, D. R. Complexo Portuário do Açú: o município de São João da Barra/RJ na rota logística do novo padrão de desenvolvimento regional brasileiro. *Boletim Petróleo, Royalties e Região* - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XIII, nº 49 – Setembro / 2015.
- BARUQUI, S.S.C. *A cidade formal e a cidade informal em Macaé: Uma análise do crescimento habitacional na década de 90*. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes - RJ.
- BECKER, H. S. *Segredos e truques da pesquisa*. Zahar, 2011.
- BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO. Editorial. *Boletim Petróleo, Royalties e Região* - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XIII, nº 49 – Setembro / 2015.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P. *Escritos da educação*. 12.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B. de. et.al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL. DECRETO Nº 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm>. Acesso em: 07 jan. 2016.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Plano de Manejo do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. 2007.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Portaria nº 01, de 05 de janeiro de 2012. Estabelece normas e procedimentos para o credenciamento e autorização dos serviços de condução de visitantes, transporte em barco e transporte em veículo tracionado, com fins turísticos no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – PARNA Jurubatiba. 2012.

BRASIL. *LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997*. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). *Manual da Aprendizagem*. 9ª Ed. Brasília (DF). 2014.

BRASIL. PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE) Nº 723 DE 23 DE ABRIL DE 2012. Cria o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAP. Disponível em: < <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/portaria-mte-723-2012.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

BRUSCA, G. J.; BRUSCA, R. C. *Invertebrados*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). *Perfil do Município - CAGED/MTE*. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 10 dezembro 2014.

CARVALHO, T.; GUIMARÃES, W.; DELECAVE, J. Repercussões da exploração petrolífera sobre as transformações urbanas de Macaé (RJ). In HERCULANO, S. (Org.). *Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas: o caso de Macaé (RJ)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 220-239.

CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, I. B. e LIMA, J. C. F. (orgs.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>>. Acesso em: 12 Nov. 2015.

COSTA, R. C. R., "Sangue negro": juventude e violência na capital brasileira do petróleo. In: FREIRE, S (org.). *Direitos humanos e questão social na américa latina*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009, p. 145-160.

DIAS, R. *A formação de uma aglomeração industrial em Macaé, RJ: uma caracterização da espacialidade da indústria petrolífera e seus impactos no espaço urbano macaense e sua região de entorno*. Campos dos Goytacazes: CEFET/Campos, 2005.

FERREIRA, M. I. P. A sociedade do hidrocarboneto: o ônus do aquecimento econômico gerado pela cadeia produtiva do petróleo e gás em Macaé - RJ. In HERCULANO, S. (Org.). *Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé (RJ)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 169-187.

FRIGOTTO, G. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, jul./dez. 2015.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. SP: Loyola, 2004.

HERCULANO, S. Desenvolvimento local, responsabilidade socioambiental e royalties: a Petrobras em Macaé (RJ). In: HERCULANO, S. (org.) *Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé (RJ)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense, 2011.

HERNÁNDEZ, F. M; BERMANN, C. A expansão da fronteira de exploração petrolífera: consequências sobre territórios e populações tradicionais. In: ALMEIDA, A. W. B. de. et.al.

Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Versão 2.0. Estrutura detalhada e notas explicativas da CNAE 2.0*. 2007. Disponível em:

http://concla.ibge.gov.br/images/concla/downloads/revisao2007/PropCNAE20/CNAE20_NotasExplicativas.pdf. Acesso em: 25 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010. Cidades*. Rio de Janeiro. Macaé. 2010. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330240&search=rio-de-janeiro|macae|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em: 06 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010. Primeiros resultados*. 2011. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006960012162011001721999177.pdf>. Acesso em 19 novembro 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010. Aglomerados Subnormais. Informações territoriais*. 2013.

KONDER, L. *A construção da proposta pedagógica do SESC-Rio*. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2000.

LAGO, L. C. “Favela-loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana”. *X Encontro Nacional da ANPUR (Anais)*. Belo Horizonte, 2003.

LAMOSA, R. A. C. *O ensino médio integrado no contexto da reforma gerencial do Estado: uma análise sobre a atuação empresarial na formação da saúde*. 2015. Não paginado.

LAMOUNIER, M. L. Entre a escravidão e o trabalho livre. Escravos e imigrantes nas obras de construção das ferrovias no Brasil no século XIX. *Selecta*, Brasília, v.9, n.4, dezembro 2008.

LEHER, R. Iniciativa para a integração da infraestrutura regional da América Latina, plano de aceleração do crescimento e questão ambiental: desafios epistêmicos. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.). *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet. 2007.

LEHER, R. Educação ambiental como crítica ao desenvolvimento sustentável: desafio aos movimentos e às lutas sociais. In: LOUREIRO, C. F. B. e LAMOSA, R. *Educação ambiental*

no contexto escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Quartet/CNPq, 2015.

LEWONTIN, R. *Biology as ideology.* EUA: Harper, 1993.

LOBO JUNIOR, D. T. et al. *Macaé: Síntese Geo - Histórica.* Rio de Janeiro: 100 Artes Publicações, 1990.

LOUREIRO, C. F. B. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. E CASTRO, R. S. de. *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.* São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política.* São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e epistemologia crítica. *Revista Eletrônica do mestrado em Educação Ambiental.* Rio Grande, Furg, v. 32, n. 2, 2015.

LOUREIRO, C. F. B. e AZAZIEL, M. Áreas protegidas e “inclusão social”: problematização do paradigma analítico-linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: IRVING, M. de A. (org.). *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados.* Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.

LOUREIRO, C. F. B., BARBOSA, G. L., ZBOROWSKI, M. B. Os vários “ecologismos dos pobres” e as relações de dominação no campo ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P. e CASTRO, R. S. de (orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico.* São Paulo: Cortez, 2009.

MACAÉ. Lei complementar N°.045/2004. Consolida as Leis Municipais n°. 006/1998, 012/1999 e 017/1999, que dispõem sobre a Divisão Administrativa do Município, promove novo ordenamento territorial, expandindo a zona urbana, e dá outras providências.

MADEIRA FILHO, W.; RORIZ, J. E.; SILVEIRA, A. A. da. Poluição cívica - criminalização do bairro Lagomar no município de Macaé e ajustamentos de conduta. In HERCULANO, S. (Org.). *Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé (RJ).* Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense, 2011.

MARX, K. *O Capital.* Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MATTOS, L. M. A. *A avaliação de ações de educação ambiental: um estudo exploratório no âmbito da gestão pública sob uma perspectiva crítica*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/luizamattos.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2013.
- MARTINEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MASTERPLAN. *Relatório de impacto ambiental do terminal portuário de Macaé (TEPOR)*. Rio de Janeiro: Inea, 2014.
- MENDONÇA, G. de M. *O Brasil licenciando e andando: as relações da política pública ambiental brasileira com a produção e a expansão capitalista do território*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, PPG em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento/UFRJ, 2015.
- NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. *Revista Documenta*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1996.
- OMPETRO. *Indústria de petróleo e gás. Mercado e profissões*. 2014.
- PACHECO, Carlos Augusto Góes. O impacto dos royalties do petróleo no desenvolvimento econômico dos municípios da região norte fluminense. 3º Congresso Brasileiro de P&D em *Petróleo e Gás*. Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP. 2005. Disponível em: http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0181_05.pdf Acesso em: 01 nov. 2015.
- PAGANOTO, F. *Mobilidade e trabalho em Macaé/RJ, a “capital do petróleo”*. Dissertação. 2008. 110 p. (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/PPGG.
- PARADA, A. A. *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*. Obra Póstuma. v. I e II. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995.
- PETROBRAS. *Estudo de Impacto Ambiental do Gasoduto Rota Cabiúnas*. Apresentação. 2011A.
- PETROBRAS. *Estudo de Impacto Ambiental do Gasoduto Rota Cabiúnas*. Caracterização da atividade. 2011B.
- PETROBRAS. *Estudo de Impacto Ambiental do Gasoduto Rota Cabiúnas*. Área de Influência do Empreendimento. 2011C.

PETROBRAS. *Estudo de Impacto Ambiental do Gasoduto Rota Cabiúnas*. Diagnóstico Ambiental – Meio Socioeconômico. 2011D.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). *Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município*. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em: < http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#>. Acesso em: 10 dezembro 2014.

RICKLEFS, R. E. *A economia da natureza*. 5 Ed. Guanabara Koogan. 2003.

ROSA, T. T. Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. *Anais do 33º Encontro Anual da Anpocs*. 2009.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 42ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182013000300010&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 Nov. 2015.

SERRA, R. Distribuição das rendas petrolíferas no Brasil: uma sistematização crítica das alternativas em debate nas casas legislativas nacionais. In HERCULANO, S. (Org.). *Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas: o caso de Macaé (RJ)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense, 2011. P. 47 – 62.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. São Paulo, *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, maio-agosto, 2002.

SILVA; J. A. A. da.; BECKER, B. R.; MARTINS, R. L. Macaé e a sustentabilidade do projeto de “capital nacional do petróleo”. *Espaço e Economia* [Online], n. 7, 2015. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/1875>>. Acesso em: 12 abril 2016.

SIRELLI, P.M.; OLIVEIRA, R.C. de.; CAMPOS, K. M.; SILVA, H. J. Trabalho reestruturação do capital e mercado de trabalho em Macaé. *Pauta - Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 30, v. 10, p. 187-207, 2º Semestre,

2012. Disponível em: <http://www.puro.uff.br/observatoriodotrabalho_mercado>. Acesso em: 23 junho 2013.

SOTERO, E. Reformas no ensino técnico brasileiro: diferentes concepções e modelos de desenvolvimento para a nação. *Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. 2011.

SOUZA, J. dos S. A formação do trabalhador no contexto da reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, jul./dez. 2015.

TERRA, D. C. T.; RESSIGUIER, J. H. Mudanças no Espaço Urbano de Macaé: 1970-2010. In HERCULANO, S. (Org.). *Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé (RJ)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense, 2011.

VIANA, N. A teoria da população em Marx. *Boletim Goiano de Geografia*. v. 26, n.2, julho/dez. 2006.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília/DF: Unesco / Instituto Ayrton Senna / Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - INFORMAÇÕES SOBRE OS ENTREVISTADOS DE CONHECIMENTO PRÉVIO A ATIVIDADE DE CAMPO.

Grupo alfa	
Identificação	E4
Primeiro contato estabelecido com a entrevistadora.	Oficina de Cinema Ambiental na UFRJ/Macaé em janeiro de 2014. Posteriormente houve uma maior proximidade com E4 em função da atuação da pesquisadora no Instituto Nil Liz em Lagomar/Macaé.
Idade.	15 anos
Profissão/atividade remunerada.	Havia atuado como instrutora de Ballet infantil. Atualmente exerce função de auxiliar no ensino infantil em escola particular.
Manutenção do vínculo.	Rede social (<i>Facebook</i>) e ligações de celular.
Identificação	E5
Primeiro contato estabelecido com a entrevistadora.	Aulas de Jiu-Jitsu do Instituto Nil Liz em Lagomar/Macaé. (Vínculo estabelecido durante o período em que a entrevistadora colaborou com as atividades do Instituto Nil Liz.)
Idade.	18 anos.
Data de nascimento.	-
Profissão/atividade remunerada.	Jovem aprendiz na empresa UTC Engenharia.
Manutenção do vínculo.	Rede social (<i>Facebook</i>).
Identificação	E7
Primeiro contato estabelecido com a entrevistadora.	Aulas de Jiu-Jitsu do Instituto Nil Liz em Lagomar/Macaé. (Vínculo estabelecido durante o período em que a

	entrevistadora colaborou com as atividades do Instituto Nil Liz.)
Idade.	16 anos
Profissão/atividade remunerada.	-
Manutenção do vínculo.	Rede social (<i>Facebook</i>).
Manutenção do vínculo.	Rede social (<i>whatsapp</i>) e ligações telefônicas.
Identificação (autorizou identificação)	Renato (C2)
Primeiro contato estabelecido com a entrevistadora.	Professor de Jiu-Jitsu do Instituto Nil Liz em Lagomar/Macaé. (Vínculo estabelecido durante o período em que a entrevistadora colaborou com as atividades do Instituto Nil Liz.)
Idade.	-
Data de nascimento.	-
Profissão/atividade remunerada.	Instrutor de Jiu Jitsu.
Manutenção do vínculo.	Rede social (<i>Facebook, whatsapp</i>) e ligações telefônicas.

APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS JOVENS SOB O FORMATO DE ORGANOGRAMA.

Entrevista sobre a Formação e o Trabalho dos jovens do bairro Lagomar.

O organograma apresenta os seguintes elementos:

- Nome (não será divulgado)**: Campo de texto amplo.
- Data de Nascimento**: Campo de texto para data.
- Idade**: Campo de texto para número.
- Município/Estado em que nasceu**: Campo de texto amplo.
- Estado Civil**: Opções: Solteiro (a), Casado (a), Divorciado (a), Viúvo (a), Outro.
- Se possui filhos (as)**: Opções: Não possui filhos (as), Um, Dois, Três ou mais.
- Pessoas que moram com você (incluindo filhos, pais, irmãos, parentes e amigos)**: Opções: Moro sozinho(a), Uma a três, Quatro a sete, Mais de sete.

APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO DOS JOVENS COM AS PERGUNTAS DESCRITIVAS

Questionário dos jovens com as perguntas descritivas	
Você vive com a sua mãe e ao seu pai?	Variante.
Você saberia me dizer se eles frequentaram a escola e qual é a escolaridade da sua mãe? E do seu pai?	Se não for possível saber a escolaridade dos pais, procurar saber a escolaridade de outras pessoas próximas.
Perguntar se o entrevistado frequenta a escola.	Se sim. Serie/ano estudou. Opções: ensino fundamental (1º grau) incompleto/completo. Ensino médio (2º grau) incompleto/completo. Superior incompleto/completo. Para a escolaridade até ensino superior, perguntar sobre a continuidade dos estudos (mestrado ou doutorado). Em algumas dessas series chegou a fazer supletivo? Caso sim. Qual motivo que levou você a fazer supletivo? Se não. Esmiuçar o porquê.
Que tipo de escola você fez?	Escola pública sempre. Escola particular sempre. Maior parte em escola pública. Maior parte em escola particular.
Você faz algum curso? Ou se pretende fazer algum curso. Qual?	Abordar com o entrevistado se ele já ouviu falar sobre o CETEP (Centro de Educação Tecnológica e Profissional). Caso sim. Como ficou conhecendo o local, já fez algum curso lá e como faz para ser chamado para fazer o curso. Se acha que a localidade em que a pessoa mora contribui para poder fazer os cursos oferecidos.
Esses cursos que você já faz ou pretende fazer de alguma forma já te ajudam na carreira que você quer seguir?	Direcionar o assunto para a escolha da carreira. As pessoas que você conhece estão buscando fazer que tipo de curso?
Me explica um pouco sobre essa carreira que você pretende seguir.	

<p>O que é preciso para conseguir se firmar nesse mercado de trabalho?</p>	<p>Para as entrevistas femininas. Perguntar se acha que o fato de ser mulher diminui as chances de se seguir alguma carreira em específico em Macaé ou a carreira pretendida pela entrevistada. Confrontar com os dados estatísticos. <i>No setor de serviços 65% dos cargos foram ocupados por homens. E na indústria extrativa mineral esse valor chega a 89%. E isso não é porque tem mais homens do que mulheres em Macaé não. A contagem do IBGE provou que a quantidade homens e mulheres é a mesma.</i></p>
<p>Teve alguém ou alguma situação que te motivou para seguir essa carreira. Esmiuçar mais informações sobre o elemento motivador. (Quem é essa pessoa. Trabalha com o que.)</p>	<p>Variante: O que de repente te motivou foi talvez o fato de você querer ter um futuro diferente das pessoas que você conhece?</p>
<p>Qual é a área que você acha que mais emprega em Macaé? A maioria das pessoas que você conhece trabalham mais com o que?</p>	<p>Confrontar o entrevistado com os dados estatísticos. <i>O setor que mais emprega na região não é o de Petróleo e sim o setor de serviços (tipo empregos em restaurantes, caixa de supermercado, salão de beleza).</i></p>
<p>Você já ouviu falar sobre o mercado offshore em Macaé?</p>	<p>Caso sim. É uma área boa para se trabalhar? Perguntar se sabe o que é preciso ter para conseguir trabalhar nessa área.</p>
<p>E você possui alguma atividade remunerada, trabalha ou já trabalhou?</p>	<p>Caso sim. Perguntar o que faz ou com o que trabalha. Se já pensou em mudar de profissão. Se já trabalhou com outras coisas.</p>
<p>Você acha que as pessoas que você conhece que trabalham em Macaé mudam muito de emprego?</p>	<p>Caso sim. Porque você acha que isso acontece?</p>
<p>Eu fiquei sabendo que aqui em Macaé tem uns programas da prefeitura, tipo um estágio, que a pessoa que faz recebe meio salário mínimo. Você conhece esses programas da prefeitura?</p>	<p>Observação: Os programas sociais que a pesquisadora está a se referir são: O Guarda Mirim (secretaria de ordem pública) e o Programa Nova Vida (secretaria de desenvolvimento social).</p>
<p>E qual a sua renda mensal, aproximadamente?</p>	<p>Nenhuma renda. Até 1 salário mínimo (até R\$ 678,00). De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 678,01</p>

<p>Caso possua renda.</p>	<p>até R\$ 2.034,00). Ou mais de três salários mínimos (mais de R\$ 2.034,00).</p> <p>E com esse dinheiro você precisa contribuir com alguma coisa na Renda Familiar Tipo alguma conta da casa que você paga, ou compras de mercado) ou esse dinheiro é mais para você se manter mesmo?</p>
<p>E como que é morar aqui no Lagomar?</p> <p>Como que é a sua rotina (o que você sempre faz) durante a semana? E final de semana? O que você faz nas suas horas livres/de lazer?</p> <p>Você moraria em outro lugar se você pudesse escolher?</p> <p>Pensa assim naquilo que é o teu sonho/ teu maior desejo na vida. O que seria? E morar em Macaé, no geral, te facilita pra alcançar esse sonho?</p>	<p>Respostas curtas esperadas: “ah é bom”. “Ah é ruim”. “Ah, é normal”.</p> <p>[Esmiuçar.]</p> <p>Me fala um pouco sobre como que é o bairro aqui. (Tentar obter informações sobre o lazer, segurança, transporte, saneamento, moradia.)</p> <p>Nesses dois últimos uma dica é iniciar perguntando se falta muita água no bairro A água é fornecida pela prefeitura ou vocês que fizeram o poço?</p> <p>Se sim. Qual? E porquê?</p> <p>Se não. O que mais te faz querer morar no Lagomar?</p> <p>Se por acaso a pessoa sentir constrangimento ou timidez para falar mesmo assim fazer a segunda pergunta.</p>
<p>Como que são os moradores aqui no Lagomar? A maioria é daqui de Macaé mesmo?</p>	<p>Se não. De onde você acha que esse pessoal vem e porque que você acha que eles vêm morar aqui no Lagomar?</p>

APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM AS LIDERANÇAS LOCAIS

Questionário Apoio. (Coordenadores de projetos no bairro Lagomar).	
Qual que é a sua relação com o bairro Lagomar?	Esmiuçar. Qual foi a sua primeira impressão sobre o bairro Lagomar quando você chegou lá? (Pedir para o entrevistado contar um pouco de como conheceu o bairro Lagomar.) Porque começou a desempenhar projetos no bairro.
E atualmente, como é que tá o bairro Lagomar?	Abordar questões sobre a infraestrutura do bairro (saneamento, educação, lazer).
Você saberia dizer se existe algum incentivo público voltado para a realização de oficinas e/ou cursos para os jovens aqui da região?	Abordar se é de conhecimento do entrevistado o Programa Guarda Mirim e Nova Vida. (Abordar o que sabe sobre esses programas). Se sim. Se há outros programas nesses moldes. Perguntar se eles conhecem o CETEP. (Abordar o que sabe sobre esse local).
Me fala um pouco sobre esse jovem que mora no Lagomar, a partir de sua experiência com eles.	Esmiuçar. Em relação a escolaridade desse jovem (se costuma frequentar a escola); Trabalho: Se começam a procurar emprego cedo ou ajudam os familiares de alguma forma (nos afazeres dentro de casa por exemplo). Formação: Se procuram fazer algum tipo de curso. Se possuem muito tempo livre (caso sim, como ocupam esse tempo.)
Você gostaria de aproveitar esse momento e deixar aqui registrado mais alguma coisa a respeito das suas impressões sobre Macaé e o bairro Lagomar?	

APÊNDICE 5 – INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS (IDADE E LOCAL DE ORIGEM)

Informações socioeconômicas (Idade e local de origem)				
Identificação	Ano de nascimento	Idade	Município/Estado de origem	Chegada ao Lagomar (Idade)
E1	1991	22	Campos dos Goytacazes/RJ	Com 5 anos de idade.
E2	1997	18	Fortaleza/CE	Mora no Lagomar há 4 anos. Porém chegou em Macaé com alguns meses de vida.
E3	1997	18	Cantagalo/RJ	Com 8 anos idade.
E4	2000	15	Macaé/RJ	Havia morado no Lagomar até junho/2015.
E5	1997	18	Macaé/RJ	Chegou para o Lagomar com 5 anos de idade.

Informações socioeconômicas (Idade e local de origem)				
Identificação	Ano de nascimento	Idade	Município/Estado de origem	Chegada ao Lagomar (Idade)
E6	2001	14	Macaé/ RJ	Com três anos de idade.
E7	1999	16	Macaé/RJ	Chegou no Lagomar com 4 anos de idade.
E8	2000	15	Cantagalo/RJ	Com 6 anos de idade.
E9	2001	14	Campos/RJ	Desde bem pequeno. Não soube especificar idade.
E10	1995	19	Campos/RJ	Com 4 anos de idade.

APÊNDICE 6 – INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS (ESTADO CIVIL E DADOS FAMILIARES)

Informações socioeconômicas (estado civil e dados familiares)				
Identificação	Possui filhos	Estado civil	(N) Pessoas que residem na mesma moradia	(i) Descrição do núcleo familiar/ (ii) que residem com o entrevistado
E1	Não	Solteiro	6	Pai. Mãe. 02 irmãos. 2 irmãs.
E2	Não	Solteiro	3	(i) 4 irmãos: 2 irmãos são dos mesmos pais. 2 irmãos por parte de pai. (ii) Mãe, irmão e padrasto.
E3	Não	Solteiro	3	(i) Pais separados. (ii) Mãe, irmão (com 15 anos) e padrasto.
E4	Não	Solteiro	2	Mora com a mãe. Pais divorciados.
E5	Não	Solteiro	7	Mora com a mãe. Padrasto. 3 irmãos (de 16 anos, 11 anos e 6 anos). 2 irmãs (12 anos e 2 anos). Pais separados.

(Continuação página seguinte)

Informações socioeconômicas (estado civil e dados familiares)				
Identificação	Possui filhos	Estado civil	(N) Pessoas que residem na mesma moradia	(i) Descrição dos núcleo familiar/ (ii) que residem com o entrevistado
E6	Não	Solteiro	3	Mãe. Avó e Avô. Pais separados.
E7	Não.	Solteiro	Idem E5	Idem E5. Sendo que o irmão de 18 anos foi o entrevistado E5.
E8	Não.	Solteiro	3	(i) Pais separados. (ii) Mãe, irmão* (com 18 anos) e padrasto.*O irmão de 18 anos foi o entrevistado E3.
E9	Não.	Solteiro	3	(i) (i) Padrasto. Mãe. Três irmãos: (Irmão de 12 anos; irmão de 20 anos*; Irmão de 21 anos). Pais separados. *Entrevistado E10. (ii) Mãe. Padrasto. Irmão (11 anos).
E10	Não.	Solteiro	2	(i) Padrasto. Mãe. Três irmãos: (Irmão de 12 anos; irmão de 14 anos*; Irmão de 21 anos). Pais separados. Não possui muito contato com o pai. *Entrevistado E9. (ii) Mora com a esposa desde os 18 anos de idade. Atualmente possui 20 anos e a esposa 18 anos.

APÊNDICE 7 – INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS (RENDA)

Informações socioeconômicas (renda)			
Identificação	Renda Familiar	Renda entrevistado	Se contribui com despesas familiares
E1	De um a três salários mínimos.	Jovem aprendiz. Valor equivalente a meio salário mínimo. No horti fruti. Tirava em mercadorias.	Sim. Luz, internet e tv a cabo. "Já cheguei a morar sozinha, mas mesmo assim eu ajudava." (E1. 37'23")
E2	Dois salários mínimos e uma pensão do pai.	Não possui renda.	Não possui renda.
E3	Pensão do pai. Salário da mãe e do padrasto. Mais de três salários.	Não especificado.	Não especificado.
E4	Mãe. 1.080,00. Pensão do pai. (E4 não soube dizer o valor exato. Porém considera ser menos que 1 salário mínimo.)	500 reais.	Sim. Porém não há uma divisão certa. A renda é somada conjuntamente para suprir necessidades ambas.
E5	Quase três salários. Somente o Entrevistado e Padrasto possuem renda fixa. Contribui ainda para a renda o valor recebido pelo aluguel da parte de baixo da casa.	Não especificado.	Sim. Não especificado.

Informações socioeconômicas (renda)			
Identificação	Renda Familiar	Renda entrevistado	Se contribui com despesas familiares
E6	A mãe e o avô trabalham. Cada um recebe mais de um salário mínimo. E pensão do pai.	Não possui renda.	<p>Não possui renda. Porém manifestou o interesse em já possuir a própria renda, visto que quando a entrevistadora perguntou se a família o estimula a possuir uma renda. E6 respondeu que a mãe o incentivava muito.</p> <p>E6 (18'55''): "Eu tipo assim, eu gosto muito dessa coisa de marca. Eu gosto muito dessa coisa de marca mesmo. [...] Aí ela fala 'cara, oh, tá na hora já. Porque só eu sustento. Só eu. Já tá na hora.' Aí eu também, eu já tenho vontade de começar a trabalhar ajudar minha família e comprar minhas coisas."</p>
E7	Idem E5	Atualmente não possui renda.	<p>Quando trabalhou chegou a usar o dinheiro pra comprar roupas. Porém geralmente disse que</p> <p>E7 (16'30") "chegava e dava pra minha mãe o dinheiro. Eu nem usava quase comigo. [...] Mas quando eu precisa usar comigo, eu gastava."</p> <p>E7 disse ao final da entrevista que não era muito apegado a dinheiro, e falou que começou a trabalhar "pra não ficar parado. [...] Eu não fazia nada mesmo." (E7. 26'12").</p>
E8	Com o salário da mãe e do padrasto em torno de mil e novecentos.	É remunerado pelas atividades que exerce junto com o pai e o padrasto. Disse que toda vez que ajuda o pai recebe entre quarenta e cinquenta reais. Já o padrasto lhe paga quarenta reais.	<p>Sobre a remuneração que recebe.</p> <p>E8 (08'17"): "Eu gasto.[...] Relógio, boné.[...] Dou vinte reais pra minha mãe de vez em quando. Quando trabalhou entregando água, com a remuneração recebida, levava o dinheiro para comprar lanche na escola.</p>

(Continuação página seguinte)

E9	Não especificado	<p>Disse que já trabalhou com o tio na oficina consertando carros por 6 meses. Especificou que ganhava entre cem e cento e cinquenta reais. Porém não foi mencionado a periodicidade da remuneração. Atualmente não possui renda.</p>	<p>Com o dinheiro recebido quando trabalhou com o tio disse que E9 (10'50"): "Eu dava pra minha mãe comprar alguma coisa pra dentro de casa. [...] Eu dava um cadinho pra ele, um cadinho pra mim."</p> <p>Futuramente com o dinheiro que pretende receber com algum trabalho pensa contribuir com as atividades religiosas, pagar a mensalidade do jiu-jitsu e comprar lanche na escola.</p>
E10	A mesma do entrevistado.	900,00 reais	Em função de morar somente ele e esposa, com o salário que recebe consegue arcar com as despesas da casa. Mora de aluguel (quatrocentos reais) e em função da esposa não trabalhar sustenta a casa sozinho.

APÊNDICE 8 – INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS (ESCOLARIDADE E PROFISSÃO DOS RESPONSÁVEIS)

Informações socioeconômicas (Escolaridade e profissão dos responsáveis)		
Identificação	Escolaridade dos responsáveis	Profissão dos responsáveis
E1	Mãe. Ensino superior. Pai. Fundamental I incompleto.	Pai. Motorista de ônibus. Mãe Professora. E1 - área relacionada ao ensino técnico profissionalizante.
E2	Mãe Fundamental 2 incompleto. Pai. Ensino médio completo.	Mãe começou a trabalhar a pouco tempo. Costureira. Pai. Inspetor de segurança da Petrobras.
E3	Pai. Ensino Médio. Mãe. Concluiu o fundamental.	Pai. Mecânico autônomo. Mãe. Auxiliar de serviços gerais.
E4	Pai e Mãe. Ensino Médio Completo.	Pai. Possui um restaurante próprio. No parque de tubos. Mãe. Dona de casa. Eventualmente faz bolos para vender.
E5	Pai. Não soube informar se completou o Ensino Médio. Mãe. Até segundo ano do ensino médio.	Não especificado.

(Continuação página seguinte)

Informações socioeconômicas (Escolaridade e profissão dos responsáveis)		
Identificação	Escolaridade dos responsáveis	Profissão dos responsáveis
E6	Mãe. Ensino médio completo. Pai. Não soube informar.	Mãe. Auxiliar de creche. Avô. Pintura.
E7	Idem E5	Não especificado.
E8	Pai. Acha que não chegou a completar o Ensino Médio. Mãe. Acha que não concluiu o fundamental.	Pai. Mecânico. Padrasto. Pedreiro. Mãe. Coordenadora de escola.
E9	Pai. Não soube informar. Mãe. Parou na quarta série.	Pai. Pedreiro. Mãe. Costureira.
E10	Pai. Não soube informar. Mãe. Parou na quarta série.	Padrasto. Pedreiro e porteiro. Mãe. Costureira e manicure.

APÊNDICE 9 – INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS (ESCOLARIDADE DOS JOVENS ENTREVISTADOS)

Informações socioeconômicas (Escolaridade dos jovens entrevistados)			
Identificação	escolaridade do entrevistado	tipo de escola	Supletivo
E1	Ensino médio completo	Pública	Não
E2	Terceiro ano do ensino médio. Em andamento.	Maioria pública	Não
E3	Terceiro ano do ensino médio. Em andamento.	Pública	Não
E4	Primeiro ano do Ensino Médio. Em andamento.	Particular até os nove anos. Após pública. Mudança ocorreu em função dos custos financeiros.	Não
E5	Primeiro ano do Ensino Médio. Em andamento. Repetiu o primeiro ano do ensino médio. E alegou ter repetido a primeira série do fundamental, pois os pais por questões familiares não o levaram mais a escola da metade do ano em diante.	Pública	Não

Informações socioeconômicas (Escolaridade dos jovens entrevistados)			
Identificação	escolaridade do entrevistado	tipo de escola	Supletivo
E6	nono ano.	Pública	Não
E7	Primeiro ano do Ensino médio.	Pública. E7 (03'41'"): "Nunca cheguei em escola particular não. Nem senti o cheiro. Nem sei como que é escola particular." Espontaneamente E7 menciona que o ensino na escola particular é mais avançado, porém manifesta insatisfação com as regras da escola particular, a partir de informações que fica sabendo por conhecidos.	Não
E8	nono ano. Em andamento. Diz ter repetido um ano (não especificou qual).	Pública	Não
E9	Sétimo ano. Diz ter repetido um ano (não especificou qual).	Pública	Não

(Continuação página seguinte)

Informações socioeconômicas (Escolaridade dos jovens entrevistados)			
Identificação	escolaridade do entrevistado	tipo de escola	Supletivo
E10	<p>Sétima série. Parou a escola por ter começado a trabalhar. Entrevistadora (03'08"): "Porque você parou?" E10: "Porque comecei a trabalhar, porque eu queria ter uma coisa melhor pra mim, minhas coisas. [...] Aí eu saí. Mas eu pretendo voltar." E10 tinha dezessete anos quando saiu da escola.</p>	Pública	<p>Sim. Quinta e sexta para sétima. Diz que foi uma estratégia adotada pela escola, para ligar com o período que a turma ficou sem professores.</p>

APÊNDICE 10 – CURSOS

Identificação	Cursos			
	Realizou cursos ou pretende realizar	Descrição	Local de formação	Modalidade
E1	Sim.	Técnico em Mecânica. Duração de 1 ano. (a concluir).	EFONAPE CODIMAR	Particular. Valor do curso R\$425,00. Pago com recursos próprios.
		Curso de encanador industrial pelo programa jovem aprendiz.	SENAI	Pago pela empresa PCP Engenharia.
E2	Não realizou cursos. Porém pretende realizar	Pretende fazer ensino superior em engenharia da computação.	Quer fazer na faculdade Castelo. Em Macaé.	Modalidade particular. Porém há concessão de bolsas e/ou desconto para os pais que trabalharam na Petrobras.
		Quer fazer jovem aprendiz	Não realizado	Não realizado
E3	Sim.	Curso de assistente administrativo	SENAI.	Não especificado
		Técnico em Mecânica Industrial. (pretende fazer).	A referência que E3 possui de escolas técnicas: EFONAPE; José Rodrigues (menciona que esta é nova) na modalidade particular. Menciona ainda o SENAI, porém o diferencia dos demais pois diz que o mesmo é pelo PRONATEC.	Não especificado

(Continuação página seguinte)

Identificação	Cursos			
	Realizou cursos ou pretende realizar	Descrição	Local de formação	Modalidade
E4	Sim.	Curso de Balé	Diz que buscou fazer o curso em todos os lugares que já morou. Na cidade de Araruama, Rio das Ostras. Em Macaé, na escola de dança Âmbar e em outro local também que não se recorda o nome.	Não especificado
		Curso técnico de Administração. (Pretende fazer)	Não especificado	Pago.
E5	Sim.	Inglês	Não especificado	Particular. Não chegou a concluir. Fez por quase 1 ano.
		Informática	Não especificado	Particular. 1 ano e meio de duração.
		Encanador industrial	SENAI. Através da Empresa UTC. Elfe	Jovem aprendiz. 1 ano
		Solda	Não especificado	Jovem aprendiz. 6 meses
E6	Sim.	Informática	Não especificado	Particular. Não chegou a concluir. Fez por 1 ano.
		Administração	Index.	Apesar de ser particular, o mesmo ganhou o curso. 6 meses. De acordo com E5, a escola o indicou.
		Técnico de Informática. (pretende fazer)	Pretende fazer no SENAI	Gratuito
		Inglês.	Não especificado	Particular.

(Continuação página seguinte)

Identificação	Cursos			
	Realizou cursos ou pretende realizar	Descrição	Local de formação	Modalidade
E7	Sim.	Informática	PREPARA Cursos	Há dois meses. Particular. Em andamento.
		Inglês	Não especificado.	Fez por cinco meses. Particular. Saiu por motivos financeiros.
		Francês Tem vontade de um dia poder fazer	Não especificado.	Particular.
		Jovem aprendiz.	E7 (18'40"): "A moça me falou pra ir lá no SENAC pra deixar o currículo lá. [...] Aí não demorou nem duas semanas, a mulher foi me ligou, falando que tinha levado meu currículo lá pra <i>Subway</i> lá dos Cavaleiros. [...] Aí a mulher ligou pra minha mãe, falando que eu tinha entrevista [...] lá nos Cavaleiros. "	O mesmo já foi aprovado no processo seletivo. E7 (20'03"): "Ela falou lá, um funcionário normal, limpa chão, fica no caixa [...] ela falou que eu não vou precisar fazer nada disso. Nem a metade disso. Eles vão me ensinar a fazer a coisa e tal. Só isso mesmo. Ficar me ensinando [...] vou fazer pouca coisa." E7 (22'30)
E8	Não realizou cursos. Porém pretende realizar	Informática (Pretende fazer)	Não especificado.	Não especificado.
		Tinha vontade de fazer um curso de mecânica	Não especificado.	Não especificado.

(Continuação página seguinte)

Identificação	Cursos			
	Realizou cursos ou pretende realizar	Descrição	Local de formação	Modalidade
E9	Não realizou cursos. Porém pretende realizar	Educação Física. (Pretende fazer)	Não soube especificar.	Disse que esses tipos de cursos, incluindo Educação Física, não costumam demorar. Estes duram aproximadamente seis meses. E9 afirmou que o pai lhe passou essa informação. Já a mãe falou que seria um ano.
		Curso de Inglês (Pretende fazer)	Não especificado.	Não especificado.
E10	(Pretende fazer)	Educação Física.	Não soube especificar. E10 (37'25"): "Ainda não sei. Ainda vou procurar saber isso. Macaé é muito difícil encontrar essas coisa assim."	Pretende fazer um curso primeiro, para adquirir uma base e depois procurar fazer a faculdade. Apesar de ainda não ter buscado mais informações, acredita que a faculdade seja paga. Visto que segundo E10 que nunca ouviu falar que existam faculdades gratuitas em Macaé.
	Sim.	Informática		Particular. Parou por falta de condições financeiras. Porém pretende retomar.

APÊNDICE 11 – SONHO/DESEJO NA VIDA

Identificação	Sonho/desejo na vida
	Descrição
E1	<i>"Meu maior sonho vai ser quando eu conseguir minha carteira de piloto da aeronáutica. Aí eu vou tá realizado. [Entrevistadora] Isso tem a ver com a mecânica? [E1] Tem. Eu já tô pensando já em fazer mecânica de aeronaves, pra eu conseguir uma renda pra eu fazer o piloto que é top de linha do mercado e é caro pra caramba." (E1. ENTREVISTADORA. 41'01").</i>
E2	Disse que seu sonho era possuir um carro de nome <i>skyline</i> [modelo de carro importado]. Porém disse que nunca tinha pensado o que precisaria fazer para conseguir obter este carro. Considerou no entanto o estudo ser um caminho para conseguir o dinheiro para comprar o carro. Admite também que isto será um esforço pois não gosta muito de estudar.
E3	<i>"Eu confesso pra você que eu nunca tinha parado pra pensar no alvo. Mas agora eu parei. [...] conseguir me estabilizar numa empresa com um curso, fazer uma faculdade de engenharia mecânica e abrir meu próprio negócio de empreitada. Pois eu acho que esse é um negócio muito bom. Uma empresa que trabalha [...] como é que fala, com edificações, construções civis, criar prédio, essas coisas assim, eu acho que é uma área boa. O dia em que eu tiver lá em cima tipo com uma empresa Odebrech, sabe? [...] acho que essa seria minha meta, agora eu tô tranquilo. [Entrevistadora] E como você faz assim pra chegar lá nessa sua meta? [E3] Muita coisa na nossa vida é persistência né? Acho que você que faz faculdade deve saber que as vezes a gente não pode parar por qualquer coisinha. Então eu acho que o que a gente precisa mesmo pra você conseguir é batalhar e não desistir do que você quer." (E3. ENTREVISTADORA. 47'12").</i>
E4	<i>"Tenho duas respostas, pode ser? Uma é quando eu tiver uma estabilidade financeira, uma carreira, independente do que eu fizer. E a outra é quando eu poder montar uma associação [no Lagomar] pras mães deixarem o filho o dia inteiro. Eu quero isso pra mãe poder ir trabalhar tranquila. [...] E ter tudo de graça, comida de graça, roupa de graça, fralda de graça, banho, gente pra cuidar de graça. Tudo de graça." (E4. 47'07")</i>
E5	<i>"Não. Nunca cheguei a pensar não. Porque, até porque quando a gente sonha alguma coisa a gente pensa em melhorar, nunca parar por aqui [...] Sou uma pessoa que sempre quero ir além. [...] Se eu alcançar uma coisa hoje, 'ah vou virar um inspetor da vida', penso eu chegar a ser um inspetor de solda ou coisa até melhor porque chega uns certos anos que a gente vai conhecendo coisas que, vai se qualificando, ficando melhor, outras profissões, daqui a dez, quinze anos eu posso até sendo uma coisa melhor, que eu nunca imaginei. [...] Continuar estudando, pra dar uma margem melhor pros meus irmãos, assim, pra eles se espelharem em mim. Que a pior coisa que tem é você ver seus irmãos olhando pra você e [...] 'ah meu irmão parou por aqui, não tá nem aí pra vida, vou fazer assim também. [...] então eu quero alcançar uma coisa muito grande, chegar a ser, sei lá, o melhor que eu puder, pra meus irmãos sempre olhar pra frente e falar 'quero fazer igual o meu irmão' [E5 se emociona ao final da fala]." (E5. 50'22"):</i>

(Continuação página seguinte)

Identificação	Sonho/desejo na vida
	Descrição
E6	<p>“<i>[Entrevistadora] E sua ideia em informática é trabalhar com o que? Em alguma empresa, abrir um negócio, o que seria? [E6] Empresa. Trabalhar em empresas mesmo. Meu sonho sempre foi ter uma empresa minha mesmo.</i>” (ENTREVISTADORA. E6. 11'05”).</p> <p>E6 já havia mencionado o sonho dele em outro momento da entrevista, ao final quando a entrevistadora confirma o que foi respondido. Ele concorda e menciona que a empresa seria de caráter offshore.</p>
E7	<p>E7 (33'15"): "Meu sonho é jogar bola, jogar futebol." Porém diz que pretende tentar continuar jogando pelo menos final de semana. Reconhece que seria bem difícil, porém que este continuava sendo o sonho dele. E7 (34'21"): "Não posso parar. Tem vários jogador aí que passa na TV aí, assim, que vendia pipoca, igual o jogador do Vasco [...]"</p>
E8	<p>Falou se possuísse uma remuneração regular compraria uma casa para mãe. Quando abordado no final da entrevista falou que tinha o sonho de ir pra Los Angeles para jogar bola. Pois ele viu na televisão e achou legal. Sobre ser jogador de futebol alegou porém que "não tem possibilidade. [...] porque eu sou ruim jogado bola. [entrevistadora] Entendi. [...] O que seria seu sonho hoje? [E8] Meu sonho era ser engenheiro mecânico, engenheiro civil. [entrevistadora] pra ser engenheiro mecânico, engenheiro civil precisa fazer o que? [E8] estudar e terminar o ano [se referindo ao terceiro ano] [...] fazer faculdade e entrar nisso aí." (E8. ENTREVISTADORA. 31'36")</p> <p>Não soube informar porém em que lugar havia esse tipo de curso. "Eu acho que aqui nem tem faculdade nenhuma.[...] Eu nunca vi ninguém fazer faculdade daqui." E8 (32'20").</p>
E9	<p>Ser jogador de futebol. “[Entrevistadora] Como é que consegue pra ser um jogador de futebol? [E9] "Estudar, jogar bem, treinar todo dia." (ENTREVISTADORA. E9. 23'00").</p>
E10	<p>"Eu tenho foco. Procuro meus focos. [...] Eu tenho meu foco no Jiu jitsu [...] chegar a faixa preta e dar aula. [...] quero fazer um curso, me formar pra mim poder ter uma base. Pra mim poder passar pros outros. Trabalho eu procuro ter só um. Ou um dia montar o meu. O meu próprio negócio.[...] Eu gosto muito de roupas, então eu montaria uma gráfica de roupas. [...] Minha mãe costurando, o que eu faria? Botava umas costureiras pra trabalhar, pra fazer as roupas no nosso estilo. Teria um cara pra desenhar, como eu sei desenhar e meu colega também sabe, desenharia as roupas, elas fariam e a gente ia vender." (E10. 58'10").</p>

ANEXOS

ANEXO B - PROPOSTA DE PARCERIA COM AS PREFEITURAS DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TREINAMENTOS INDUSTRIAIS E SEGURANÇA.

Para Prefeituras



WEST AMIGA DO CIDADÃO
 PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL, ATRAVÉS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL É UM DOS OBJETIVOS DA WEST GROUP JUNTO À SOCIEDADE. BUSCAMOS ALCANÇÁ-LO FAZENDO PARCERIAS JUNTO AOS MUNICÍPIOS

HISTORICAMENTE, AS EMPRESAS TÊM DESEMPENHADO PAPEL FUNDAMENTAL NA SOCIEDADE, CONTRIBUINDO COM A ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS, TAXAS PÚBLICAS E DEMAIS TRIBUTOS, ALÉM DE GERAR EMPREGOS E MOVIMENTAR O COMÉRCIO COM A AQUISIÇÃO E VENDA DE PRODUTOS. ORA, O GRANDE DESAFIO DA SOCIEDADE MODERNA ESTÁ EM CONCILIAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SEM ESQUIVAR-SE DOS ASPECTOS MORAIS, ÉTICOS E, PRINCIPALMENTE, SOCIAIS, SENDO ESTA NÃO SOMENTE UMA PREOCUPAÇÃO GOVERNAMENTAL, MAS TAMBÉM DAS EMPRESAS PRIVADAS.

ENTENDER, ENTÃO, A FUNÇÃO DA EMPRESA SOB A ÓTICA SOCIAL QUE A PERMEIA É DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA TODA A SOCIEDADE. AFINAL, ESTA É, JUNTAMENTE COM A FAMÍLIA E A ESCOLA, UMA DAS INSTITUIÇÕES MAIS IMPORTANTES DA HUMANIDADE.

COM ESSE FOCO A WEST GROUP, ASSUME SEU COMPROMISSO COM A SOCIEDADE A QUAL ESTÁ INSERIDA, E BUSCA COLABORAR COM OS MUNICÍPIO ATRAVÉS DE PARCERIAS QUE VISAM:

PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL, ATRAVÉS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, POTENCIALIZANDO A MELHORIA DE VIDA, EM FUNÇÃO DE DOAÇÃO DE VAGAS GRATUITAS VOLTADAS À POPULAÇÃO CARACTERIZADA POR PODER AQUISITIVO RELATIVAMENTE BAIXO.

PROMOVER A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, OFERTANDO VAGAS DE TREINAMENTOS COM CUSTOS ACESSÍVEIS E EM CONSONÂNCIA COM A PARCERIA JUNTO A ESTE MUNICÍPIO;

INCENTIVAR E DESENVOLVER PALESTRAS E ATIVIDADES VOLTADAS À IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E AO MUNDO OFFSHORE.

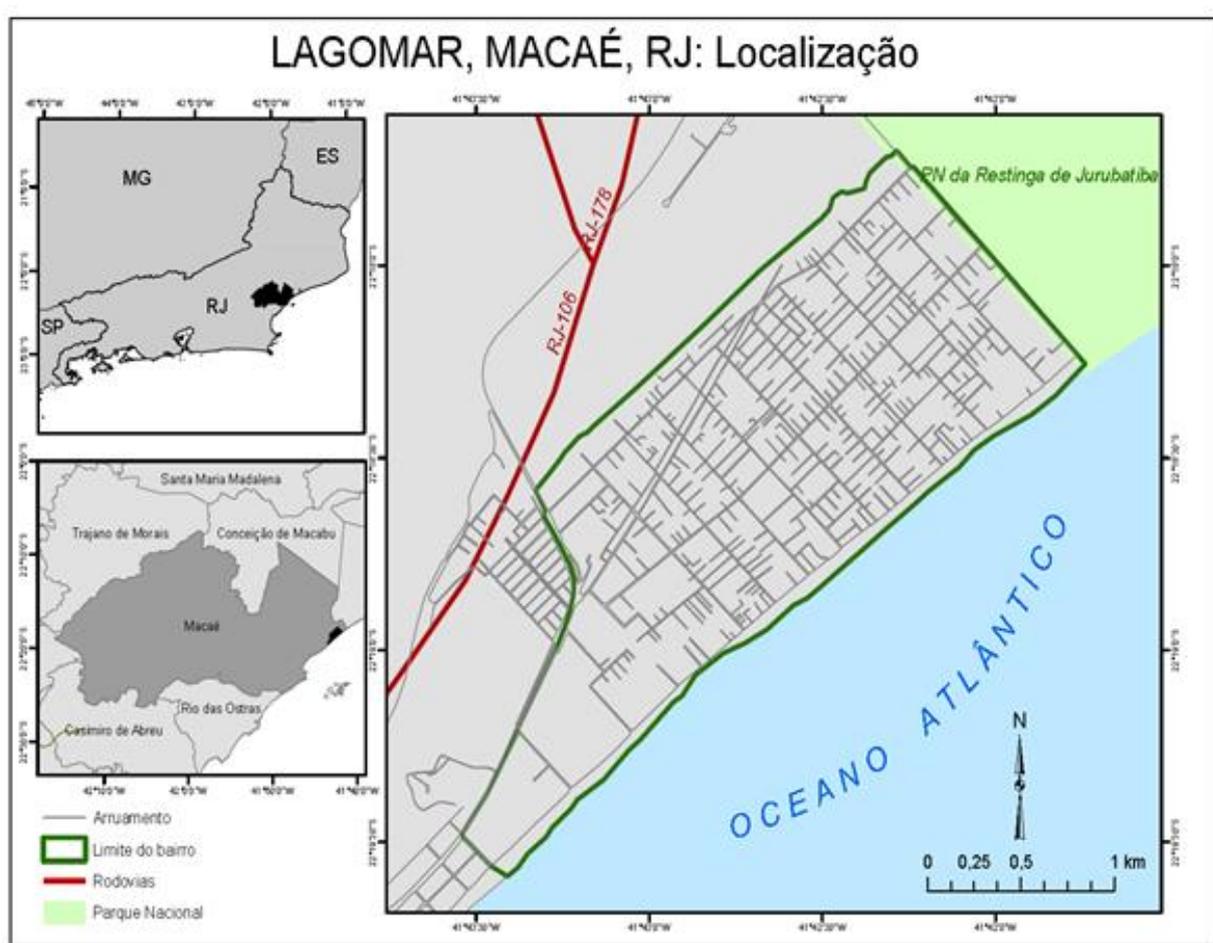
**Para maiores informações
Fale Conosco**

Fonte: West Group. Para prefeituras.

Disponível em: <<http://www.westgroup.com.br/site/conteudo.php?lang=br&conteudo=12>>.

Acesso em: 26 abril 2015.

ANEXO C - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ DENTRO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO LAGOMAR DENTRO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ. DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO BAIRRO LAGOMAR.



Mapa gerado a partir de imagens do *software Google Earth* e arquivos vetoriais da malha de setores censitários do IBGE com a utilização do *software ArcGis*. Elaborado por Fernando Damasco (IBGE) em Maio/2015.

ANEXO D - LIMITES ENTRE O BAIRRO LAGOMAR E O PARQUE NACIONAL DA RESTINGA DE JURUBATIBA - MACAÉ, RJ.



Mapa gerado a partir de imagens do software Google Earth e arquivos vetoriais da malha de setores censitários do IBGE com a utilização do software ArcGis. Elaborado por Fernando Damasco (IBGE) em Maio/2015.



Mapa gerado a partir de imagens do software Google Earth e arquivos vetoriais da malha de setores censitários do IBGE com a utilização do software ArcGis. Elaborado por Fernando Damasco (IBGE) em Maio/2015.

ANEXO E - CETEP. LISTAGEM DOS CURSOS DISPONÍVEIS PARA INSCRIÇÃO EM MAIO/2015.

CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL INSCRIÇÕES ABERTAS EM 01/05/2015									
ORD	CURSOS	CH	INÍCIO	HORÁRIO	LOCAL	PRÉ-REQUISITO	VAGAS	TURNO	
1	Pintor Industrial	200	11/05/15	2a a 6a. 18h30 às 21h30	CETEP	Ensino Fundamental	70	Noite	
2	Caldeireiro	250	11/05/15	2a a 6a. 18h30 às 21h30	CETEP	Ensino Fundamental	70	Noite	
3	Soldador	200	11/05/15	2a a 6a. 18h30 às 21h30	CETEP	Ensino Fundamental	70	Noite	
4	Cuidador de Idosos	160	11/05/15	2a a 6a. 18h30 às 21h30	CETEP	Ensino Fundamental	50	Noite	
5	Cuidador Infantil	160	11/05/15	2a a 6a. 14 às 17h	CRA (Imbetiba) Próximo ao Forte	Ensino Fundamental	50	Tarde	
6	Auxiliar Administrativo	160	11/05/15	2a a 6a. 8h30 às 11h30	CETEP	Ensino Fundamental	70	Manhã	
7	Corte e Costura Básico	160	04/05/15	2a. a 6a. 9 às 12h	PROMUR (Malvinas)	Alfabetizado	20	Manhã	
8	Corte e Costura Básico	160	11/05/15	2a a 6a. 8h30 às 11h30	Centro de Convivência do Idoso(Ajuda)	Alfabetizado	20	Tarde	
9	Artes em Tecido	160	11/05/15	2a. a 6a. 14 às 17h	SEMTRE	Ensino Fundamental	20	Tarde	
10	Assistente de Logística, Administração de Materiais e Almoxarifado	160	11/05/15	2a. a 6a. 14 às 17h	CETEP	Ensino Fundamental	70	Tarde	
11	Hidrojatista	15	11/05/15	2a a 6a. 18h30 às 21h30	SMART COAT	Ensino Fundamental	20	Noite	
12	Hidrojatista	15	18/05/15	2a a 6a. 18h30 às 21h30	SMART COAT	Ensino Fundamental	20	Noite	
13	Hidrojatista	15	25/05/15	2a a 6a. 18h30 às 21h30	SMART COAT	Ensino Fundamental	20	Noite	
14	Pintor Industrial	200	11/05/15	2a a 6a. 18h30 às 21h30	CIEP DARCY RIBEIRO (Nova Holanda)	Ensino Fundamental	70	Noite	
15	Artes em Tecido	160	11/05/15	2a. a 6a. 14 às 17h	CRAS Aeroporto	Alfabetizado	20	Manhã	
16	Artes em Tecido	160	11/05/15	2a. a 6a. 14 às 17h	PROMUR (Malvinas)	Alfabetizado	20	Tarde	
17	Tricô e Crochê	160	11/05/15	2a. a 6a. 14 às 17h	PROMUR (Malvinas)	Alfabetizado	20	Tarde	
18	Tricô e Crochê	160	11/05/15	2a. a 6a. 14 às 17h	CRA (Imbetiba) Próximo ao Forte	Alfabetizado	20	Tarde	
19	Departamento Pessoal e Recursos Humanos	160	11/05/15	2a. a 6a. 8h30 às 11h30	CETEP	Ensino Fundamental	70	Manhã	
20	Tricô e Crochê	160	11/05/15	2a. a 6a. 14 às 17h	CETEP	Alfabetizado	20	Tarde	
21	Assistente de Logística, Administração de Materiais e Almoxarifado	160	11/05/15	2a a 6a. 18h30 às 21h30	E. M Paulo Freire (Lagomar)	Ensino Fundamental	50	Noite	
Os cursos marcados com (X) não terão inscrição aberta na Praça Washington Luiz no dia 01/05.							VAGAS	860	

Fonte: CETEP. Inscrições abertas. Disponível em: <<http://www.cetepmacae.rj.gov.br/site/v2.0/wp-content/uploads/2013/06/INSCRI%C3%87%C3%82O-ABERTAS-CURSOS-2015-01.05.2015.pdf>>.

Acesso em: 28 maio 2016.

ANEXO F - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL OFERTADOS PELO CETEP.

The screenshot displays the website of the Centro de Educação Tecnológica e Profissional (CETEP) in Macaé. The main navigation bar includes links for 'PRINCIPAL', 'QUEM SOMOS', 'NOTÍCIAS', 'CURSOS', 'INSCRIÇÕES ABERTAS', 'CONTATO', and 'FOTOS'. The 'CURSOS' section is active, showing a list of various courses. The left sidebar contains a menu with 'ACESSO RÁPIDO' (Quick Access) and 'ÚLTIMAS NOTÍCIAS' (Latest News). The right sidebar features a search bar, social media links, and a calendar for February 2016.

PRINCIPAL QUEM SOMOS NOTÍCIAS CURSOS INSCRIÇÕES ABERTAS CONTATO FOTOS

CETEP CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E PROFISSIONAL

LOGIN

MACAÉ RJ INSTITUTO DE MACAÉ

PRINCIPAL QUEM SOMOS NOTÍCIAS CURSOS INSCRIÇÕES ABERTAS CONTATO

ACESSO RÁPIDO

- Principal
- Quem Somos
- Notícias
- Cursos
- Inscrições Abertas
- Contato
- Fotos
- Sistema
- Aviso de Licitação
- Login

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- Projeto "Sábado na Praça".
- CETEP promove encontro com novas instituições.
- INSCRIÇÕES ABERTAS inicia em abril/2014
- II Formatura do CETEP 2013
- Fotos do Curso de Soldador 6G(MIG, MAG, TIG, ELETRODO)

ARQUIVOS

- junho 2014
- abril 2014
- março 2014
- novembro 2013
- setembro 2013
- agosto 2013
- julho 2013
- junho 2013

CATEGORIAS

CURSOS

Like Share +1 More In Share 2 Compartilhe

- ANTES EM TECIDOS
- ANTES EM TECIDOS AVANÇADO
- ANESANATOS COM METAIS
- ANESANATOS DIVERSOS
- ANESANATOS EM ESCUMAS
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS, LOGÍSTICA E ALMOXARIFADO
- AUXÍLIAR ADMINISTRATIVO
- AUXÍLIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL E RECURSOS HUMANOS
- AUXÍLIAR DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
- AUXÍLIAR DE SAÚDE BUCAL
- AUXÍLIAR DE SERVIÇOS GERAIS PARA INDÚSTRIA
- BISCUITEIRA
- BISCUIT
- BOMBEIRO HIDRÁULICO
- CABELEIREIRO I
- CABELEIREIRO II
- CADEIRUÇO
- CAPACITAÇÃO PARA A GUARDA MUNICIPAL
- CAPACITAÇÃO PARA ABORDAGEM EM REDUÇÃO DE DANOS EM ALCÓOL E DROGAS
- CAPACITAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO CLIENTE PARA OS SERVIÇOS DA SEMTE
- CAPACITAÇÃO PARA GUARDA MUNICIPAL
- CAPACITAÇÃO PARA PROJETO NOVA VIDA
- CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA - PROFISSIONAL CETEP
- CAPTONE
- CESTARIA COM FIBRA DA TABOÁ
- CONDIÇÃO DE ECO TUBAS
- CONFECÇÃO DE ACESSÓRIOS E VESTUÁRIO ÉTNICO
- CONTE E COSTURA BÁSICO
- CONTE E COSTURA INTERMEDIÁRIO
- CUIDADOR DE IDOSOS
- CUIDADOR INFANTIL
- DESIGNER DE SOBRANCELHA / MAQUIAGEM
- DESIGNER GRÁFICO
- ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS
- ELETRICISTA DE INSTALAÇÃO RESIDENCIAL
- EMPREENDEDORISMO PARA ANTESAOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS
- ESCULTURAS EM BISCUIT
- ESPAÑHOL
- GARÇOM
- HIDROJATISTA
- HOMEM DE ANEA
- INGLÊS BÁSICO
- INGLÊS INTERMEDIÁRIO
- MANICURE
- MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS
- MAQUIAGEM
- MARKETING
- MIRAS E LERIANÇAS EM TECIDO
- MONTADOR DE ANDAIMES
- MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES
- MOSAICO COM RECICLAGEM
- OPERADOR DE COMPUTADOR
- OPERADOR DE COMPUTADOR PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- OPERADOR DE EMPILHADORA
- PINTOR RESIDENCIAL
- PINTURA EM TECIDO E TELA
- PINTURA INDUSTRIAL
- PROGRAMA CETEP ESTÁGIO
- RECEPCIONISTA E TELEFONISTA COM ÊNFASE EM ATENDIMENTO
- SOLDADOR (6G, ELETRODO, MIG, MAG E TIG)
- TÉCNICAS DE DESENHO ARTÍSTICO
- TÊNIS / ONOQUE
- VAGONETE

Search

SUBSCRIBER

CONSULTAR VAGÃO DE EMPREGO

VALIDAÇÃO DE ATENDIMENTO CERTIFICADO

Projetos Egressos

Comunidade Estudante

CALENDÁRIO

FEVEREIRO 2016

S	T	Q	Q	S	S	D
	1	2	3	4	5	6 7
8 9	10	11	12	13	14	
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29						
< jun						

Fonte: CETEP. Cursos.

Disponível em: <http://www.cetepmacae.rj.gov.br/site/v2.0/?page_id=154>.

Acesso em: 28 maio 2016.